

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Dissertação



**DESTRUIÇÃO E PROTEÇÃO DA CIDADE DE PALMIRA:
Patrimônio histórico em meio ao conflito sírio (2015 – 2017)**

Diego Rabelo Nonato

Pelotas, 2021

Diego Rabelo Nonato

**DESTRUIÇÃO E PROTEÇÃO DA CIDADE DE PALMIRA:
Patrimônio histórico em meio ao conflito sírio (2015 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, 2021

Diego Rabelo Nonato

**DESTRUIÇÃO E PROTEÇÃO DA CIDADE DE PALMIRA:
Patrimônio histórico em meio ao conflito sírio (2015 – 2017)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 04/05/2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. Doutor em Ciência Social (Orientador)

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro. Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fábio Amaro Da Silveira Duval. Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Profa. Dra. Kátia Maria Paim Pozzer. Doutora em História pela Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne.

Agradecimentos

Ao meu pai Carlos e a minha mãe Elisabete por toda paciência.

A minha irmã Ana Cristina por toda paciência, força, incentivo e tudo o mais. Este espaço é demasiado curto para descrever tantas e tantas coisas.

Aos meus dois irmãos Patrícia e Kayo pelas trocas e aprendizados.

A minha avó Lindaura que sempre esteve presente na minha vida. Que venham mais 91 anos!

A minha camarada/amiga Taisa. Obrigado por tudo novamente! Trabalharei para um dia ter um terço da sua capacidade acadêmica.

Ao meu amigo Rafael. Apesar da pouquíssima diferença de idade, o considero como um irmão mais velho que eu não tive.

Ao meu amigo Pablo, camarada e assessor de normas da ABNT. Tenho certeza absoluta de que terá êxito. Mesmo sendo tão diferentes, quis o destino que cruzássemos e nos tornássemos tão próximos. Obrigado pelas trocas, pelas conversas, enfim, por tudo. Não tenho palavras para agradecer. Espero em breve revê-lo.

Ao meu camarada e amigo Luciano. Quis o destino que fôssemos amigos desde o primeiro momento que sentou ao meu lado na sala de aula. Há pessoas que admiramos, mas há pessoas que gostaríamos de ter uma porção do senso de humanidade. Você é uma grande referência humana para mim. Obrigado pelas trocas e pelo aprendizado.

Ao meu amigo e cara João Pedro, por toda parceria, paciência e força. Obrigado por não desistir nunca da nossa amizade.

Ao meu orientador, professor Fábio Vergara, pela paciência, incentivo, cuidado etc. Acho que esgotei todos os limites de prazo. Obrigado por me dar um “diazinho” a mais sempre! Não tenho palavras para descrever o quanto foi importante para mim. Você é O cara! Obrigado imensamente!

A professora Maria Leticia Ferreira, pela paciência e atenção. Suas orientações foram extremamente importantes para desenvolver um trabalho melhor.

Ao PPGMP, pela oportunidade, compreensão e flexibilidade com os prazos em tempos tão esquisitos. Professora Juliane Serres e Gisele Quevedo, eu não tenho palavras para agradecer-lhes. Obrigado!

A CAPES pela bolsa de pesquisa. Nesse momento de profundo obscurantismo, lutarei como puder para defender a sua função social.

À professora Katia Pozzer, sempre disponível a ajudar.

Ao professor Diego Ribeiro e Fábio Duval por aceitarem avaliar o meu trabalho.

À PRO Reitoria de assistência estudantil e toda a sua equipe por ter me acolhido e me dado as melhores condições para pesquisar. Rosane, Rosendo, Angélica, as tias do RU, aos funcionários da casa do estudante (limpeza, manutenção, portaria) e todos demais. Muito obrigado!

A UFPEL por me proporcionar essa jornada, espero poder um dia retribuir.

Aos trabalhadores deste país que propiciaram a minha jornada na Universidade, espero um dia retribuir cada centavo investido.

Em memória de Khaled al-Assad, morto pelos jihadistas do Daesh por se negar a revelar os tesouros da cidade de Palmira.

Resumo

NONATO, Diego Rabelo. **Destruição e proteção da cidade de Palmira: Patrimônio histórico em meio ao conflito sírio (2015 – 2017)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O presente texto analisa a destruição do patrimônio de Palmira ocorrida no que podemos chamar de o mais importante conflito político e militar do século XXI e que em 2021 completará dez anos. No contexto da guerra na Síria, o sítio arqueológico da antiga cidade de Palmira teve parte do seu patrimônio arquitetônico dinamitado por um grupo de *jihadistas*. Ao analisar o ato, contextualizamos a sua relação com a geopolítica do Oriente Médio e suas implicações para o patrimônio e para a identidade nacional do país. O fenômeno das Primaveras chegou à Síria no ano de 2011, trazendo consigo o Estado Islâmico ou *Daesh*, abrindo um conflito que, de modo geral, é considerado um terrível desastre humanitário, chegando a contabilizar cerca de mais de 250 mil mortos desde 2011. A ferramenta do ato de terror perpetrado pelo *Daesh* em algumas cidades que caíram sob o seu domínio representa uma luta política que ultrapassa a mira de *rifles* e balas de morteiros e atinge diretamente a unidade territorial dos povos.

Palavras-chave: Patrimônio; Síria; Palmira; *Daesh*

Abstract

NONATO, Diego Rabelo. **Destruction and protection of the city of Palmira: Historical heritage amid the Syrian conflict (2015 - 2017)**. Dissertation (Master in Social Memory and Cultural Heritage) – Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

The present text analyzes the destruction of the cultural heritage of Palmira occurred in what we can call the most important political and military conflict of the 21st century and that in 2021 completes ten years. In the context of the war in Syria, the archaeological site of the ancient city of Palmyra had part of its architectural heritage dynamited by a group of jihadists. In analyzing the act, we contextualize its relationship with Middle East geopolitics and its implications for the country's national heritage and identity. The phenomenon of the Spring came to Syria in 2011, bringing with it the Islamic State or Daesh, opening a conflict that, in general, is considered a terrible humanitarian disaster, accounting for more than 250,000 deaths since 2011. The tool of the act of terror perpetrated by the Daesh in some cities that fell under its dominion represents a political fight that surpasses the aim of rifles and bullets of mortars and directly reaches the territorial unit of the cities.

Keywords: Heritage; Syria; Palmyre; ISIS

Lista de figuras

Figura 1	Localização da Província de Holms na Síria	44
Figura 2	Localização de Palmira	45
Figura 3	Imagem do Museu de Mossul, Iraque, após ataque pelo Daesh Imagem do Museu de Mossul, Iraque, após ataque pelo <i>Daesh</i>	51
Figura 4	Destroços de peça exposta no Museu de Mossul após ocupação do <i>Daesh</i>	52
Figura 5	Templo de Bel antes e depois da <i>iconoclash</i>	68
Figura 6	Ofensiva do Daesh sobre Tadmor em 2015	72
Figura 7	Leão de Al-lât após restauração realizada em 2005	74
Figura 8	Leão de Al-lat parcialmente destruído no Museu de Tadmor	75
Figura 9	Templo de Baal-Shamin antes de sua destruição	76
Figura 10	Escombros do Templo de Baal-Shamin	77
Figura 11	Imagem panorâmica do Templo de Bel	78
Figura 12	Pórtico e escombros do Templo de Bel após agosto de 2015	78
Figura 13	Arco do Triunfo, conforme restauração datada dos anos 1930	79
Figura 14	Ofensiva das tropas sírias sobre Tadmor em março de 2016.	81
Figura 15	Cidadela de Palmira em março de 2016	82
Figura 16	Ofensiva do Daesh sobre Palmira em dezembro de 2016	83
Figura 17	Teatro Romano de Palmira pré- <i>iconoclash</i>	84
Figura 18	Concerto russo no Teatro Romano de Palmira, em 2016	85
Figura 19	Proscênio do Teatro Romano pós-Daesh (2017)	86
Figura 20	Situação da Síria entre abril e junho de 2017	87
Figura 21	Territórios ocupados pelo Daesh entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016	88
Figura 22	Inauguração do Leão de Al-lat restaurado, em Damasco	104
Figura 23	Reconstrução virtual completa do Templo de Bel	106
Figura 24	Apresentação musical no Teatro Romano em 2019	107

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. PATRIMÔNIO CULTURAL E CONFLITO	23
1.1 Patrimônio: da herança 'paterna' à herança cultural.....	23
1.2 Legados em risco: as Cartas Patrimoniais	28
1.3 Patrimônio cultural em situação de conflito armado	34
1.4 Patrimônio como espólio de guerra e mercadoria	36
1.5 Convenções e regulamentos de guerra referentes ao patrimônio	38
2. PALMIRA: PATRIMÔNIO CULTURAL EM RISCO	43
2.1 A Palmira do presente e do passado	43
2.2 Daesh e a ação político-militar voltada ao patrimônio histórico	48
2.3 Palmira e a tutela patrimonial diante do Direito Internacional	60
3. BATALHAS DE PALMIRA: PATRIMÔNIO CULTURAL EM FOGO CRUZADO .	64
3.1 "Governança" do Daesh, da política da terra arrasada à iconoclash	64
3.2 As cinco "Batalhas de Palmira"	71
3.3 O ISSG, as Negociações de Paz e a escalada contra o Daesh	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

Não é tarefa das mais fáceis construir uma narrativa sobre eventos contemporâneos, cujos acontecimentos estejam em pleno desenvolvimento. A guerra na Síria, que vive oscilações de interesse pelo público médio geral no Brasil e no mundo, entrou em 2019 no seu oitavo ano, com um conjunto de novos elementos e outros que se arrastam desde que irromperam os primeiros acontecimentos na cidade de Holms, no norte do país. Aliás, dizer que os primeiros acontecimentos se deram em Holms já é por si só uma interpretação limitante para aqueles que compreendem o atual conflito sírio como um desdobramento do que se convencionou chamar de “Primaveras Árabes”.

Primavera Árabe é um fenômeno político que ocasionou levantes populares em diversos países do Oriente Médio que clamavam por mais democracia, mais participação política e mais abertura cultural, tendo como estopim simbólico a morte de um comerciante na Tunísia, que ateou fogo ao próprio corpo, após ter seus bens de trabalho confiscados pelo governo. Esse foi o fator que jogou luzes sobre o que acontecia naquela parte do mundo, proporcionando uma maior atenção para a interpretação dos fatos.

Mas uma maior publicidade da questão não a torna mais simples, ao contrário, revela a diversidade de ângulos que a temática pode suscitar, seja através dos países, dos Direitos Humanos ou da geopolítica. As fontes para a pesquisa e citações do trabalho foram matéria de imensa dificuldade, por ser um fato absolutamente contemporâneo, com seus desdobramentos em curso e com pouca definição ao longo do período da pesquisa, dado que o conflito armado ainda é uma realidade em boa parte do Oriente Médio. Mesmo assim, buscamos reunir um número razoável de fontes que estivessem equilibradas do ponto de vista político, ou seja, relevantes para os principais lados em disputa. Outro aspecto de dificuldade foi a barreira da língua, tendo em vista que as produções a respeito do tema, além dos grandes portais de notícias em francês e inglês, estão em boa parte no próprio árabe.

Compreendendo as dificuldades para desenvolver este trabalho, para elaborar uma construção teórica consequente, coerente com a cronologia e atraente para um público especializado e não especializado, desafiamo-nos a explorar diversos aspectos políticos, culturais, econômicos, históricos e geopolíticos que englobam o Oriente Médio e influenciam todo o mundo. Dentro disso, nos dispusemos tratar a

destruição do patrimônio histórico de uma pequena cidade situada no deserto sírio chamada Palmira, *Tadmor* em árabe, e, além disso, contribuir com a limitada produção acadêmica desta temática em nosso país, sobretudo, por conta da enorme velocidade dos acontecimentos em campo, que fazem da Síria o principal holofote de crise humanitária do século XXI.

Tentamos ainda combinar o tema da geopolítica à questão do patrimônio histórico, da memória social e sua relevância no âmbito dos Direitos Humanos, cooperando dessa forma com as discussões realizadas por atores que trabalham a temática, tanto na esfera acadêmica como da gestão e política cultural. Assim, o presente trabalho chama atenção para a conjuntura em que os indivíduos e objetos que pretende preservar estão inseridos.

Desafio lançado, convidamos o leitor a mergulhar em uma narrativa que pretende trazer elementos do presente, construções arquitetônicas históricas de séculos passados e, obviamente, das perspectivas futuras para um conflito que já deixou milhares de mortos e refugiados internos e externos.

Por meio deste trabalho tentaremos situar o conflito sírio nos seguintes contextos: nacional, regional e geopolítico. Para tal, será necessário um resgate da composição histórica da formação da Síria, de modo a explicitar os seus componentes étnicos, religiosos e territoriais desde o Tratado de Sykes-Picot, documento que definiu quase todas as fronteiras contemporâneas do Oriente Médio, cujo nome é referência a dois diplomatas, o inglês Mark Sykes e o francês François Georges-Picot (NASSER, 2016). Em seguida, pretendemos explicar como se chegou a atual configuração política liderada pelo partido socialista árabe Baath e sua linha de sucessão com os Assad, pai e filho. Esta montagem possibilitou adentrar nas questões atuais que envolvem a Síria, seus conflitos internos e regionais, além da destruição de parte do patrimônio histórico da cidade de Palmira pelo *Daesh*.

Como o grupo político-militar que hoje a mídia chama apenas de “Estado Islâmico (EI) foi mudando conforme a própria evolução da organização terrorista e com a forma como foi ganhando território e ampliando sua influência, a denominação mais usada foi *Daesh*, uma possível abreviatura árabe do nome “Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL ou, na sigla em inglês, ISIL)”, uma das formas como a organização terrorista se auto-intitulou ao longo da sua existência. Aparentemente, até a abreviatura não agrada os membros do grupo extremista, que ameaçam chicotear quem a usa. A palavra *Daesh* é parecida, no

som, a palavras árabes que significam "esmagar, esmigalhar ou esfregar". Também com o termo equivalente em inglês, "*dash*", que tem significado semelhante.

A conotação é considerada ofensiva pelo *Daesh*, que prefere chamar ao grupo *al-Dawla*, transliterado em português para "o Estado" (ECONOMIST, 2016). Na mídia francesa, que se ocupa com os temas de suas ex-colônias, inclusive a Síria, o termo corrente também é a transliteração do termo árabe para o idioma francês: "*Daech*" (FRANÇA, 2020). Entendendo o conflito como uma guerra de narrativas e de batalhas, sobretudo semânticas, e o uso da palavra Estado para uma organização política que não tem todas as características formais ou informais do que se convencionou chamar de Estado na literatura das ciências humanas, opto pela nomenclatura *Daesh* e a utilizarei ao longo do texto.

A massificação dos noticiários que associa quase sempre a região à guerra, conflitos, confusões, brigas, dor, sofrimento, caricaturas de modo de vida, foram fatores que aguçaram a curiosidade sobre o tema que contraditoriamente vive ao mesmo tempo, a grande exposição midiática e um profundo desconhecimento do público e da própria academia. Como explicar esse aparente antagonismo? Como explicar um segundo antagonismo que são as sociedades árabes e muçulmanas influenciarem tanto diversas regiões no Brasil e ainda assim parecerem tão distantes de nós? Essas e outras questões aguçaram a curiosidade para que este trabalho pudesse se desenvolver e sair das elucubrações e debates descompromissados para a presente discussão acadêmica.

Quando perguntado sobre os motivos de tanto interesse sobre Oriente Médio, Salem Nasser diz que a região é o coração do mundo e que sua história é repleta de lutas de conquista, mas também de um grande encontro de civilizações há milênios, sendo parte estruturante da história do comércio mundial (NASSER, 2016). Repleto de riquezas, de trocas e de influências capazes de produzir uma profunda relação entre os seres humanos influenciados pela sua dinâmica, a importância do Médio Oriente para a história das civilizações se revela de diversas maneiras. A aparente distância daquela região demonstra-se falsa quando nos deparamos, nos mais diversos países, inclusive no Brasil, com tantos sobrenomes advindos das culturas árabes e muçulmanas.

Já na literatura da geopolítica, costuma-se dizer que quem é "grande" do ponto de vista global, necessariamente demonstra a sua força política e militar

naquela região. Essa assertiva talvez ajude a entender parte dos interesses frequentemente projetados para os países e sua infinita disputa e transformação política.

Esses e outros curiosos aspectos nos levam a desenvolver essa pesquisa que, longe de esgotar a riquíssima história do Oriente Médio, pretende abordar questões de relevância não apenas no seu aspecto histórico e descritivo, como adentrar questões que, logo veremos, poderão abarcar o futuro e o equilíbrio de poder no mundo inteiro. Em tempo, não podemos deixar de citar as palestras e debates do professor de Direito Internacional da Fundação Getúlio Vargas, Salem Nasser, que com a sua imensa paixão e capacidade de abordar a temática conquistou definitivamente espaço para poder contribuir um pouco mais para a popularização das questões concernentes à geopolítica da região em nosso país. Para a escolha de meu tema de pesquisa, contribuíram também a professora Kátia Pozzer e o meu orientador, professor Fábio Vergara, que ministraram um curso nas jornadas de História Antiga da Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2015, dando-me a certeza de que este seria o meu foco para a sequência da carreira acadêmica.

Dito isso, o objetivo central deste estudo é abordar o conflito sírio de modo a trazer uma perspectiva que diminua a aparente distância do público brasileiro quanto a questões relacionadas a geopolítica e ao patrimônio do Médio Oriente, em que pese uma profunda influência do mundo árabe e muçulmano sobre nosso país. A partir de um expressivo número de variáveis que se pode abordar para a leitura do tema, a escolha interpretativa, seja ela religiosa, nacional ou política, corre sempre o risco de privilegiar determinados aspectos e deixar outros sem a mesma elucidação. Este risco torna-se ainda mais agudo quando se trata de um conflito que embora esteja decidido do ponto de vista macro, ainda percorre em pequenos bolsões pelo país deixando destruição e perdas.

Atualmente (2021), não há maiores novidades do ponto de vista dos enfrentamentos militares, mas alguns desdobramentos que dizem respeito a geopolítica regional e as projeções de poder das potências globais que ali encontram-se representadas.

Pretendemos ainda através deste estudo tentar demonstrar a evolução do *jihadismo*, termo que é utilizado convencionalmente a partir de interpretações de

acadêmicos ocidentais, desde os anos 1990, e mais frequentemente desde os ataques de 11 de setembro de 2001, como uma maneira de distinguir entre os muçulmanos sunitas não violentos e os violentos (SOUZA, NASSER, MORAES, 2014), no sentido de destruir os elementos de identidade, neste caso do povo sírio, e as novas táticas que surpreenderam o mundo e superaram qualquer coisa antes já vista em se tratando de grupos terroristas. Aliás, seria correto afirmar que ao implodir os sítios arqueológicos no Afeganistão, no Iraque e na Síria, os grupos salafistas⁶ inauguraram um novo modo de terror que se opõe ao pluralismo, às liberdades individuais e à ideia de território único e multiétnico? De outro modo, como a intolerância extremista e de cunho sectário se opõem ao modo de vida de respeito às demais etnias e religiões? Essas questões tornam-se absolutamente relevantes para a compreensão do mundo em que vivemos, principalmente após o 11 de setembro e as suas catastróficas consequências para o Oriente Médio com a invasão do Iraque em 2003.

Em se tratando do aspecto religioso sectário, pretendemos neste trabalho demonstrar um equívoco bastante comum e massificado que traz o antagonismo de diferentes seitas e religiões como o elemento motivador das guerras. Pretendemos fazer com que o público reflita que há uma constância da religião nos aspectos concernentes às mais variadas esferas da vida nos países da região, porém, queremos que se perceba o equívoco ao se imputar a mesma como único aspecto do chamado “orientalismo”, conforme a definição de Edward Said em sua famosa obra “Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente”, publicada originalmente em 1980.

Comumente ouvimos dizer nas mídias tradicionais que existe uma famosa polarização entre os muçulmanos, que não são a totalidade dos árabes, entre “xiitas e sunitas”. Geralmente, seguida da ideia de que se trata de conflitos milenares, bíblicos, entre outros. Contudo, as lutas políticas médio orientais ligam-se a um conjunto de interesses permeados por relações políticas, de interesse de fontes energéticas e locais estratégicos, pois se trata do “coração do mundo”, divisor entre duas partes que supostamente se opõem. Enfim, esse antagonismo ganhou relevante repercussão e incremento a partir da Guerra Fria, que opunha o mundo capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco comunista, dirigido pela extinta União Soviética, refletindo na maneira como os mapas escolares são divididos até os dias

de hoje.

Localizada em meio a um conjunto de países de maioria árabe e muçulmana, a Síria é um Estado bastante peculiar na região, pois é (ou era até então) um dos países mais estáveis do ponto de vista da relação entre os mais variados segmentos religiosos. Ao contrário do que o senso médio costuma imaginar, os cristãos fazem parte do governo e apoiam esmagadoramente o governo do partido *Baath*.

A Síria tem provavelmente a capital mais antiga do mundo, sendo um dos pilares mais importantes da civilização tal como a conhecemos. Damasco na Síria, com toda a sua riqueza cultural, seus exemplares de patrimônio histórico, suas construções arquitetônicas, seu pluralismo religioso e a laicidade do seu Estado vigente desde 24 de outubro de 1945, quando do primeiro mandato francês, é hoje a fortaleza de comando do governo. É possível afirmar que a capital síria passou a ter um grande peso geopolítico, sendo de extrema relevância para o mundo árabe e muçulmano, em um intrincado jogo de disputas com potências regionais e globais.

Antes de se tornar um Estado independente em meados da década de 40, o país sofreu algumas transformações territoriais que desembocam nas fronteiras atuais como a conhecemos. Vale lembrar que Síria e Líbano eram um só país, o que ajuda a explicar a interferência e contaminação política de um lado pelo outro. Acima de tudo, a Síria acumulou ao longo dos tempos relevância e foi uma região de comércio importante através dos portos do Mediterrâneo, valorizada por uma sucessão de impérios da Mesopotâmia. Contudo, a contextualização histórica da atual fotografia da cena síria será retomada neste trabalho recuando em um século, partindo do desfecho da Primeira Guerra Mundial e a implantação do acordo que proporcionou a divisão territorial que conhecemos hoje.

Logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, as potências imperialistas do século XX iniciavam o seu processo de pilhagem e partilha dos territórios. A aliança de franceses e ingleses imediatamente iniciou os trabalhos após a derrota do Império Otomano⁷, visando a dividir a região, logo percebida como estratégica para qualquer potência que pensasse o mundo como a sua área de influência, usando para isso a recém-criada Sociedade das Nações, que viria a ser o embrião da Organização das Nações Unidas (ONU) atual. A baixa popularidade dos imperialismos franco-britânicos obrigava uma solução que começou a ser trabalhada em segredo e diz respeito às fronteiras do Oriente Médio até os dias atuais.

O Império Otomano foi um Estado que existiu entre 1299 e 1922 como

sucessor cultural do Império Bizantino e que, no seu auge, compreendia a Anatólia, o Médio Oriente, parte do norte de África e o sudeste europeu. Foi um tratado chamado Acordo de Sykes-Picot que originou a divisão geográfica de boa parte do Oriente Médio após a derrota do Império Otomano na Primeira Grande Guerra Mundial, criando os territórios que se tornaram Iraque, Jordânia, Israel, Palestina, Síria e Líbano (usando as terminologias atuais), que foram repartidos pelos dois impérios europeus.

Em linhas gerais, Israel, Palestina, Jordânia e Iraque ficaram sob a alçada do Reino Unido; já Síria, Líbano e norte do Iraque, foram entregues à França. A divisão administrativa dos territórios ficou a cargo de cada um. É neste arranjo que o atual mapa político sírio configura fronteiras com outros cinco países, tais como os conhecemos atualmente. São eles: o Líbano a oeste; a Turquia ao norte; o Iraque a leste; a Jordânia ao sul e a problemática fronteira com Israel ao sudoeste.

Sobre os conflitos com Israel, dedicaremos um capítulo que contempla o conjunto de conflitos que a República Árabe Síria enfrentou com este país, haja vista a relativa tranquilidade com as demais fronteiras e a beligerante, e hostil relação com o país judeu. Segundo Nasser (2013), a Síria jamais aceitou normalizar relações com Tel Aviv, indo ao encontro da maioria dos países árabes. Em meio a essas hostilidades, parte das estratégicas Colinas de Golan sírias, recentemente reconhecidas pelo presidente americano Donald Trump como parte de Israel em declarado confronto no âmbito do Direito Internacional, segue sob a ocupação sionista.

Uma outra fronteira muito importante do país é a leste, onde se encontra o Iraque, país devastado por uma guerra imperialista que eclodiu em 2003, que levou o então presidente Saddam Hussein à força em uma das maiores farsas jurídicas já montadas pelo Direito Internacional (NASSER, 2013). Para além das questões essencialmente políticas deste país vizinho, o Iraque sofreu semelhantes perdas e pilhagens do seu patrimônio histórico, bem como a destruição dos seus templos e artefatos pelo *Jihadismo*, na época ainda concentrado na rede *Al Qaeda*.

Após o desmonte de parte significativa das instituições iraquianas, inclusive o seu exército, qualquer vestígio de ordem entrou em profunda decadência, colocando diversos grupos de interesses políticos e religiosos uns contra os outros. Essa foi a chave elementar para que as cisões e destruições do país tivessem terreno no que se chama de “sectarismo”, terreno determinante para o surgimento

do *Daesh*.

O Iraque é o maior herdeiro da antiga região conhecida como Mesopotâmia, dono de vastos sítios arqueológicos, inclusive sítios inexplorados, e de uma profunda riqueza que reconta a história da civilização. Além disso, uma das primeiras práticas de implosões de sítios históricos ocorre na antiga capital assíria Nínive, atual cidade iraquianas de Mosul, inaugurando uma estratégia jihadista de filmar os atos de violência contra o patrimônio deste país e mostrar ao mundo.

Através do Iraque, percebemos a ascensão da antiga frente *Al Nusra*, em 2003 que era a rede *Al Qaeda* na Síria. Este é o exato momento que o *jihadismo* se divide formando o *Daesh*, tal como o conhecemos hoje. Ou seja, o então Estado Islâmico é fruto de uma cisão da rede terrorista *Al Qaeda* e passa a se auto-intitular deste modo, quando atravessa a fronteira do Iraque e vai combater na vizinha Síria.

Portanto, é assim que chegamos ao autoproclamado “Estado Islâmico do Iraque e da Síria” (ISIS, ISIL, EI ou *Daesh*) e encontramos um *jihadismo* que combina diferentes táticas de atuação e que passou a governar vastos territórios, vendendo e comprando petróleo, além de cobrança de impostos e a implementação da *sharia* para a população que estava sob seu controle, afora o roubo e venda de obras de arte e artefatos arqueológicos no mercado ilegal. Desenvolvemos logo no capítulo inicial desta dissertação as características fundamentais deste grupo, bem como o seu fortalecimento, desenvolvimento e instrumentalização por potências estrangeiras, chegando ao atual estágio de forças.

Sharia é um termo que vem do árabe e significa "caminho", mas, que historicamente, na religião islâmica, tem sido continuamente empregado para se referir ao conjunto de leis da fé, compreendida pelo Alcorão, a Suna (obra que narra a vida do profeta Maomé), além de sistemas de direito árabe mais antigos, tradições paralelas, e trabalho de estudiosos muçulmanos ao longo dos primeiros séculos do Islã. Em outras palavras, a *Sharia* é um sistema detalhado de leis religiosas desenvolvido por estudiosos muçulmanos e ainda hoje em vigor entre os fundamentalistas (BBC, 2003).

No momento em que há um profundo recrudescimento da violência com os grupos jihadistas mais tradicionais, explicar o papel da oposição síria, seja ela armada ou desarmada, nos faria dar importância apenas ao aspecto das disputas geopolíticas. Como este não pretende ser o objetivo do nosso trabalho, apenas registro que esses grupos aqui não entraram com grande ênfase.

De toda forma, o desenvolvimento dos acontecimentos parece cada vez mais antagonizar, de um lado, o governo sírio e seus aliados – russos, chineses, iranianos e o *Hezbollah* –, e, de outro, os grupos salafistas, secundarizando o papel do que o Ocidente chamou, antes de abandoná-los, de “rebeldes moderados”. Alguns temas ficarão para uma elaboração futura, que deste trabalho poderão se desdobrar, tais como o papel da intelectualidade nesta oposição e um maior aprofundamento sobre o papel dos mais variados grupos políticos neste processo.

Cabe aqui uma breve explicação sobre o *Hezbollah*, que em árabe significa “Partido de Deus”. Esta é uma força político-militar de caráter religioso, da vertente islâmica *xiita*, com estrutura similar a agrupamentos militares do Estado e, ao mesmo tempo, funciona como grupo político. Tem sede no Líbano e nasceu após a invasão israelense ao país na década de 1980 e hoje representa a principal força militar capaz de combater o exército israelense, chegando a expulsá-lo dos territórios libaneses em duas oportunidades, em 2000 e 2006 (ARQUIVO N, 2000).

O conflito sírio rapidamente teve sua proporção redimensionada, combatendo a tese ainda presente de se tratar de mais uma das guerras civis herdadas da Primavera Árabe. Ao contrário, a pesquisa indicou que se houve algo de civil, logo se transformou em um conflito de proporções geopolíticas ampliadas, culminando com o estacionamento dos caças russos, em outubro de 2015, na base aérea de *Kmeimin*.

Para conceituar e contextualizar a questão do patrimônio histórico, de modo a demonstrar a sua importância cultural, política e civilizacional para os povos, recorreremos aos conceitos balizadores trabalhados no campo. Combinado a isso, tentaremos aplicá-lo ao cenário do conflito sírio, utilizando como exemplo a cidade histórica de Palmira, que fora recuperada pelo exército regular do governo com apoio da aviação russa, das forças especiais do *Hezbollah* e dos assessores militares iranianos que compuseram uma aliança no ano de 2016. Parte do patrimônio fora destruído pelo *Daesh*, bem como dilapidado e escoado para o mercado alternativo de obras de arte e artefatos que representam um dos aquecidos comércios do capitalismo contemporâneo.

A polarização geopolítica acarreta uma dramaticidade que ganha contornos em uma questão de modo de vida, contestada pelo *Daesh*, e se configura na destruição do patrimônio de Palmira. Sendo assim, analisei duas questões: a primeira, sendo o elemento político, central na interpretação regional que faz da Síria hoje o principal

cenário de disputas entre dois polos, os quais chamo de Arco da Hegemonia e Arco da Resistência; e a segunda, que demonstra como o grupo *Daesh* promoveu uma das maiores destruições de registro da história humana.

É neste cenário que se encontra Palmira, na Síria, onde se dão importantes desdobramentos da guerra, tanto no que se refere à destruição do patrimônio como às questões bélicas, reunindo em uma conjuntura ímpar instituições, grupos e pessoas, numa disputa em que o patrimônio, material e imaterial, passa a estar no centro do debate político. Há que se mencionar, é claro, a localização estratégica para uso militar da cidade, que se situa no centro do território sírio.

Há importante recorte cronológico a ser observado, quanto ao período de ocupação pelo *Daesh* da cidade de Palmira, que se dá em dois momentos, delimitados entre maio de 2015 e março de 2016 (primeiro período) e dezembro de 2016 a março de 2017 (segundo período), quando alguns dos mais importantes artefatos e ruínas arqueológicas foram gravemente danificadas.

O nome Palmira aparece pela primeira vez em uma tabuleta do século XIX a.C., tendo sido ponto de passagem de caravanas entre o Golfo e o Mediterrâneo, configurando-se mais tarde como uma importante etapa da rota da seda. Após a conquista romana, a partir do século I a.C., e durante quatro séculos, Palmira viveu um período formidável de ascensão. Graças ao comércio de especiarias, perfumes, sedas, marfim e vidro, a cidade passou a ser um local de luxo e exuberância em pleno deserto. No ano 129, o imperador romano Adriano declarou-a cidade livre, denominando-a Adriana Palmira, quando foram construídos alguns dos templos (VEYNE, 2016).

Há dois aspectos muito importantes em Palmira: o primeiro é sua localização militar privilegiada, próxima à moderna capital, Damasco. O segundo é o seu aspecto imaterial que, em grande medida, preserva significativamente bens definidores da identidade síria, fato que permitiria afirmar que um dos objetivos da destruição de parte do seu patrimônio pelo grupo terrorista foi engendrar a quebra de uma expressão da memória que caracteriza e constitui a unidade nacional.

Em 2016, após sucessivas publicações reportando implosões de parte do patrimônio sírio pelo *Daesh*, foi anunciada a retomada da cidade pelo Exército Árabe Sírio. Alguns itens da sua arquitetura haviam sido bastante danificados pelo grupo terrorista, a exemplo do Arco Triunfal, do Templo de *Baal Shamin* e do Templo de Bel. Observe-se que este último, mesmo após a retomada definitiva, segue ainda

inacessível, devido ao processo de retirada das minas terrestres ao seu redor. A libertação de Palmira só foi possível por conta da intervenção russa, através do apoio aéreo, e da colaboração dos assessores militares da Guarda Revolucionária iraniana e das forças do *Hezbollah*.

Em dezembro do mesmo ano, o *Daesh* retornou a Palmira, após uma escalada fulminante do Arco da Resistência em direção à cidade de Aleppo, quando ficaram desguarnecidas as posições do exército sírio em Palmira. Importante ressaltar que Aleppo, cidade no norte da Síria, é a maior cidade do país, capital da província homônima, que também contém em seu território locais considerados patrimônio. A província se estende em torno da cidade, cobrindo uma área de 18.482 quilômetros quadrados, e abrangendo uma população de mais de 5.315.000 habitantes, o que faz dela a maior província da Síria em termos de população (Agência EFE, 2017).

Alguns dos indícios¹⁵ apontam o envolvimento da coalizão liderada pelos Estados Unidos, de modo a instrumentalizar o grupo terrorista a desestabilizar o governo de *Bashar Al Assad* e substituí-lo por outro aliado. Diversos órgãos de imprensa, inclusive no Brasil, veicularam essa hipótese, contribuindo assim para uma segunda batalha que extrapola o terreno físico do campo e se encontra nos diversos tipos de informação.

Para análise da questão patrimonial de Palmira, utilizaremos fontes sobre as quais nos debruçaremos quanto ao seu aspecto histórico, o hibridismo da sua arquitetura e o estágio atual. Os boletins da ONG “*Heritage for Peace*”, os documentos da Assembleia Geral da UNESCO, realizada em Istambul, e a obra de Paul Veyne, intitulada “Palmira”, como um referencial historiográfico produzido, no momento dos ataques à cidade, por um historiador reconhecido por suas pesquisas sobre o Império romano que se dedicou notavelmente ao estudo sobre Palmira.

O livro de Paul Veyne, divide-se em doze capítulos que tratam de questões econômicas a perspectivas artísticas. Fundamentalmente, sobre a questão do patrimônio, o autor trata dos aspectos arquitetônicos e das esculturas, além do elemento religioso. Palmira, para Veyne, é uma mescla, resultante de relações de profundas trocas entre algumas civilizações, as quais influenciaram a cidade ao longo dos séculos, o que se reflete em uma hibridização de seus aspectos artísticos. Isso fará da cidade um tipo de “oásis” em meio ao deserto sírio, ou seja, uma “joia”. Além disso, ele também destaca aspectos políticos, culturais e religiosos presentes.

Neste cenário, encontramos o trabalho da Organização Não Governamental (ONG) *Heritage For Peace* (fundada em 1º de março de 2013), que faz um profícuo levantamento de danos causados pelo conflito ao patrimônio sírio por todo o país. Sua atenção está focada em museus, bibliotecas e, nas palavras do próprio site da organização, na “epidemia” de saques aos bens patrimoniais, por um comércio – e comércio ilegal – que pilharam parte dos artefatos arqueológicos locais.

A ONG reivindica um papel de neutralidade no conflito e leva em consideração, para a sua existência, o fato de que os grupos em disputa reivindicarem a Síria como uma importante herança cultural para a região e para o mundo. Além de atuarem no processo de proteção do patrimônio do país, os integrantes desta organização se colocam ainda em posição de ajudarem na educação das partes, propondo-se educar todas as forças militares quanto à obrigação de protegerem a preciosa herança cultural da Síria, salvaguardada por lei internacional.

Foram os boletins dessa ONG que nortearam a interpretação sobre o estado de conservação/deprecação patrimonial que resultou dos dois períodos de ocupação do *Daesh* na cidade histórica de Palmira. Trabalhamos o panorama geral do patrimônio, seus principais objetos e obras, mas não damos enfoque a um tipo de artefato em específico, haja vista que não é objetivo desta pesquisa algum bem em particular.

Abordamos ainda aspectos concernentes à reconstrução de alguns monumentos dinamitados pelo *Daesh*, inclusive a elaboração de técnicas absolutamente sofisticadas, em 3D, empregadas na reconstrução destes. Essas técnicas têm gerado alguns debates no que se refere ao conceito de patrimônio e seu aspecto material.

Combinado a esses boletins, trabalharemos também a resolução da 40ª sessão da Assembleia Geral da UNESCO, reunida em Istambul, na Turquia, ocorrida em 15 de julho de 2016, que versou sobre a destruição de diversos patrimônios pelo mundo, mas que deu especial atenção ao que ocorria em Palmira. Desta assembleia, um conjunto de resoluções emergenciais foram tiradas, dada a urgência e os absurdos praticados pelo *Daesh* que deixaram a comunidade internacional em choque.

São essas fontes documentais que determinam e subsidiam o conjunto de discussões contidas no presente trabalho, que leva em conta as relações sociais e

de identidade nacional, tão presentes no ato de destruição.

Um dos autores trabalhados no contexto da questão da identidade é Paul Ricœur (1977), que contribui nas formulações sobre o patrimônio. Edward Said (2007) nos possibilitou localizar este trabalho no contexto interpretativo de um “ocidental”. Assim, através da junção destes conteúdos imprimo uma leitura que combina elementos de interpretação ao conflito atual.

Por fim, diante do necessário recorte sobre o que devemos tratar, estruturamos o texto em três capítulos, no intuito de aprofundar o essencial para a realização desta dissertação. Nesse sentido, começaremos com o capítulo sobre Palmira. Pretendemos que essa estrutura permita explorar algumas questões, ainda que sem vastidão, com um pouco mais de profundidade.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL E CONFLITO

Vimos que o conflito sírio está inscrito em um complexo jogo de diversas disputas no Oriente Médio e suas multifacetadas realidades. Neste capítulo, abordaremos o desenvolvimento do conceito de patrimônio, em especial sobre a questão do patrimônio em situação de conflito, onde buscaremos estabelecer a relação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de países e grupos, e seu aspecto simbólico relacionado ao patrimônio cultural.

Também abordaremos as legislações internacionais e suas correspondentes, tanto aquelas que estão em vigor, como aquelas que foram firmadas para determinadas guerras e, ao fim, trataremos dos exemplos de sítios, em particular o caso da cidade síria de Palmira, objeto deste trabalho. Para isso, utilizaremos as cartas patrimoniais, convenções, tratados e resoluções localizando historicamente os usos dos conceitos de monumento, patrimônio e bem cultural.

Trataremos ainda da questão do roubo de obras de arte, localizando seu aspecto histórico e político, bem como o desenvolvimento das legislações que visam a impedir o crescimento do mercado internacional ilegal. Essas transações são extremamente importantes para este mercado, tendo em vista que o comércio de obras e bens se tornou um dos mais rentáveis do mundo.

Combinado a isto, há uma importante discussão acerca da devolução dos bens culturais saqueados para outras nações e mantidos nas mesmas sob a justificativa de conservá-los e mantê-los como “museus universais”, onde visitantes do mundo inteiro podem ter acesso a coleções de todo o mundo. Se por um lado a ideia de preservar esses objetos é nobre, por outro constitui um privilégio acessado, geralmente, por nações ocidentais e cidades cosmopolitas, como Nova York, Londres, Paris, entre outras.

1.1 Patrimônio: da herança “paterna” à herança cultural

Antes de entrarmos na questão da destruição, do roubo e da necessidade de proteção dos bens culturais que ocorrem no mundo e, em particular, na Síria contemporânea, é importante definir alguns conceitos gerais que orientam a presente abordagem acerca do que é o patrimônio e do que ocorre quando este patrimônio está em meio à ocorrência de conflitos armados. Essas definições possibilitam um melhor

entendimento sobre o tema, no intuito de padronizar o enfoque sem esvaziá-lo diante da diversidade semântica, política e cultural, muito saudável ao debate teórico, mas que precisa de metodologia própria para sua sistematização mais compreensiva.

Para estabelecer essa conexão entre o debate contemporâneo, constituição e desenvolvimento de conceitos e as ações práticas proporcionadas através dos órgãos multilaterais, buscaremos os acontecimentos iniciais que proporcionaram o modo de pensar o patrimônio. Nesse sentido, a Revolução Francesa, com todo o seu arcabouço teórico-metodológico, influenciou de modo definitivo o campo cultural e suas representações sociais e políticas.

A ideia de patrimônio remete a uma herança que o pai, o progenitor, deixaria para sua família e seus filhos, o que incluiria casas, pessoas escravizadas, objetos com valor de uso e troca, entre outros. Ao longo dos anos, a constituição do conceito de patrimônio foi se desenvolvendo e passou do entendimento de um substantivo masculino, relacionado a herança familiar ou algo relativo a bens materiais em sua lógica financeira, para uma definição mais ampla e abrangente, referindo-se a simbologia da construção de identidades de países.

Quando falamos de patrimônio, a busca pelo entendimento conceitual reafirma seu aspecto basilar na compreensão de si e dos outros, reafirmando a necessidade de garantir um aspecto importante no campo da identidade. O historiador francês Dominique Poulot (1997) aponta que os sentidos são socialmente construídos e que este aspecto se torna elemento central para a materialização de ações que busquem a sua preservação. Sobre isto, o autor aponta que "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais" (POULOT, 1997, p. 36).

É com o advento da Revolução Francesa (1789), acontecimento que trouxe ao mundo um conjunto de novos valores e quebras de paradigmas, que a noção de patrimônio histórico passou a se consolidar. Com a Queda da Bastilha, e o fim de uma sociedade baseada em relações feudais, onde tudo era propriedade do rei, inclusive os súditos, a ideia de patrimônio passa a caracterizar-se de modo mais próximo com o que conhecemos. A transformação ocorrida a partir de então provoca profundas discussões sobre o que fazer com os símbolos que representariam uma nova sociedade saída da revolução.

As revoltas ocorridas na França provocaram uma significativa destruição física

dos objetos e representações da sociedade monárquica da época, fazendo com que palácios e grande parte dos monumentos fossem danificados. Mas, o ato de destruir, seja ele político ou por fúria (vandalismo), logo causou preocupação entre os elementos mais avançados da rebelião, provocando no Comitê Revolucionário a preocupação diante dos objetos danificados. Logo, se começou a perceber que aqueles materiais tinham além de valor financeiro, valor estético, arquitetônico e histórico, que possibilitaram a nova nação francesa constituir a sua ideia de identidade em um momento posterior.

Sobre este aspecto, a obra da historiadora francesa Françoise Choay (2006), *Alegoria do Patrimônio*, destaca o elemento de amadurecimento da compreensão dos revolucionários, sugerindo um salto de entendimento no que diz respeito à questão da preservação e ressignificação daquela estrutura. Choay (2006) sugere que há dois momentos significativos no processo revolucionário ocorrido na França, sendo o primeiro de destruição e o segundo, como uma reação imediata, de defesa. Sobre isso a autora aponta:

A obra conservadora dos comitês revolucionários resulta de dois processos distintos. O primeiro, cronologicamente, é a transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrados para a nação. O segundo é a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e governo do Comitê de Salvação Pública. Esse processo destruidor suscita uma reação de defesa imediata, comparável à que foi provocada pelo vandalismo dos reformados na Inglaterra. Contudo, na França em revolução, a postura da reação assume outra dimensão e outro significado, político. Ela agora não visa apenas à conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional (CHOAY, 2006, p. 97).

Essa provavelmente foi uma das questões mais importantes que esteve colocada diante dos revolucionários franceses acerca de parte significativa da sua produção cultural e dos seus monumentos. Neste sentido, surge a seguinte questão: como repensar toda uma estrutura construída e consolidada através de instituições que privilegiam clérigos e nobres, para que pudesse servir a um propósito mais amplo e democrático, que colocasse o povo como seu detentor?

Se por um lado era necessário que a ruptura política e social também estivesse representada nos bens arquitetônicos e na cultura de modo geral, por outro também era necessário a constituição de novos mecanismos e formas de representar, provocando então uma disputa de caráter identitário mais amplo no seio dessa nova

sociedade. Dessa disputa, resulta uma nova síntese que produz legitimidade coletiva atribuindo valor aos bens que está diretamente relacionado como a forma que a sociedade buscou projetar-se.

Neste sentido, Maria Letícia Ferreira (2006) destaca que “noções de tempo e identidade operam em conjunto para o reconhecimento de algo como patrimônio”. Segundo a estudiosa brasileira, “mais do que reconstruir o passado supostamente conservado ou retido, a preocupação subliminar é garantir o presente e projetá-lo em um devir” (FERREIRA, 2006, p. 80). As transformações ocorridas na França se dão na perspectiva das coleções tradicionais dos nobres e da Igreja, apontando outras interpretações capazes de dar conta do sentimento nacionalista emergente. O culto pelos homens ilustres, como aponta Poulot (2009), implicava uma peregrinação aos seus túmulos ou lugares de criação, ativando os rituais reservados até então à categoria do sagrado.

Sobre este novo paradigma e as formas de encarar a questão que surgia, Mário de Souza Chagas (2011, p.6) propõe a seguinte questão:

A Revolução francesa instituiu marcos de memória (datas, heróis e monumentos) articulados com um novo conceito de nação. A comemoração desses novos marcos está inserida no projeto revolucionário. As festas não são apenas festas, são também lembranças da Revolução vitoriosa. A memória que foi o dispositivo detonador do novo, agora é utilizada para recordar, para comemorar, para garantir a ordem inaugurada (no passado). Utilizada para opor-se à antiga classe dominante, a memória agora é usada pela burguesia e vai penetrar com ou sem sutileza nas escolas, nos museus, nas bibliotecas, nos arquivos, na produção artística, religiosa, filosófica e científica.

Portanto, era necessário a transferência do uso desses bens: anteriormente a serviço do poder estabelecido no Antigo Regime, para a França revolucionária, saída de um profundo processo de transformação, o patrimônio constituído passou a ser de usufruto de todos. Sobre este aspecto, Choay (2006) aponta que foi a percepção sobre a necessidade de preservar e manter o patrimônio uma das principais decisões tomadas pelo processo revolucionário. Neste sentido, tornava-se necessário preservar o seu aspecto material nacionalizando os bens patrimoniais do país.

Tem-se, portanto, a elaboração de um minucioso inventário dos bens da nação, para designar aquilo que seria considerado patrimônio de valor histórico e aquilo que poderia ser vendido ou mantido, transferindo assim os bens do clero para a nação. Para Choay (2006, p.98), “essa fabulosa transferência de propriedade e essa perda brutal de destinação eram sem precedentes e trouxeram problemas também

sem precedentes”. Desta forma, é possível pensar em uma operação de metamorfose na qual, segundo a autora, as antiguidades nacionais se transformaram em “valores de troca, em bens materiais que, sob pena de prejuízo financeiro, será preciso preservar e manter. Não dependem mais de uma conservação iconográfica”.

Nesse momento, há um importante salto no entendimento do que era o patrimônio que passa a ser pensado para além do seu uso financeiro, considerando, a partir do seu valor histórico e estético proporcionado pelas edificações. Esses aspectos passaram a agregar valor à nova ideia de nação que os novos dirigentes nacionais almejavam estabelecer para a França.

Mas foram as campanhas napoleônicas que trouxeram para os museus franceses um conjunto de acervos de grande valia, incorporando ao museu parte significativa dos bens culturais que se objetivou ao se pensar o museu, por exemplo, como polo formador da identidade da nação. A já consolidada República francesa traz no século XIX a utilização dos seus museus como portadores de grande parte da cultura material histórica que se considera no mundo.

Obviamente, não foi apenas a França que se beneficiou do processo de espólios produzidos em guerras e seus processos de submissões a outras nações. A Inglaterra, por exemplo, tem em sua posse no Museu Britânico alguns artefatos como os mármores de Elgin e a pedra de Roseta, e ainda o obelisco egípcio na praça de Londres, para ficar apenas em alguns objetos. Por sua vez, os nazistas também planejavam criar um museu que contasse a história do mundo a partir da sua própria perspectiva estética e histórica, com obras estrangeiras fruto de espólios subtraídos de outras nações.

Ainda que não haja consenso entre profissionais e a população de modo geral, essa conduta é matéria contemporânea na discussão do campo patrimonial no que tange a devolução dos acervos estrangeiros pertencentes a outros países como forma de reparar ex-colônias. Cabe ressaltar que grande parte do acervo do Louvre e do Museu Britânico é proveniente de saques, roubos e doações em relações de desequilíbrio de poder.

Após esse período, o conceito de patrimônio se desenvolve para algo mais amplo, pensado a partir da sua totalidade, que combina aspectos estéticos, culturais de relações sociais que os indivíduos esboçam a partir dele. A partir daí, passa-se a designar o conceito de patrimônio cultural que abrange materialidades e imaterialidades como reflexos de uma cultura inerente a um determinado povo.

Analisando aspectos trazidos por alguns autores que refletem sobre a questão da identidade e do patrimônio a partir da questão francesa, podemos pensar em Joel Candau (2011), quando desenvolve algumas reflexões sobre patrimônio e sua relação com a memória e a construção de identidades.

A sociedade francesa contemporânea manifesta um imenso desejo de memória que se traduz no gigantesco esforço de inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos supostos indícios de seu próprio passado, a ponto de fazer de um país inteiro um imenso museu (2011, p. 158).

Logo, a partir da leitura de Candau (2011), tem-se a noção da relevância e da potência com que a questão patrimonial influencia na elaboração da identidade. Neste sentido, as cartas patrimoniais surgem como documento relevante para o desenvolvimento da ideia de patrimônio.

1.2 Legados em risco: as Cartas Patrimoniais

Documentos importantes sobre o desenvolvimento do conceito de patrimônio no século XX são as cartas patrimoniais, inseridas nas discussões de Congressos da então Sociedade das Nações que, posteriormente, gerará a ONU e órgãos derivados, como a UNESCO. No ano de 1931, em Atenas, na carta definida como “Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações”, do Escritório Internacional dos Museus, o conceito apresentado é o de “monumento”, que faz recomendações não só para a preservação do artefato, mas também quanto ao seu entorno. O conceito está atrelado a uma unidade edificada com proporções maiores que objetos móveis, portanto.

Em 1956, na 9ª sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, a Recomendação de Nova Delhi traz o conceito de “bem protegido”, o qual se refere somente a bens que se originaram de escavações arqueológicas. A carta também traz a constituição de coleções de objetos arqueológicos e designa normativas e usos por países estrangeiros, em caso de conflito entre duas nações no intuito de se evitar a fuga desses materiais para outros países, como podemos observar:

Em caso de conflito armado, qualquer estado membro que venha a ocupar o território de um outro estado deveria se abster de realizar pesquisas arqueológicas no território ocupado. No caso de achados fortuitos, sobretudo os que se derem durante atividades militares, potência ocupante deveria adotar todas as medidas possíveis para protegê-los e deveria enviá-los, ao término das hostilidades, acompanhados de toda documentação relativa que

detiver, às autoridades competentes do território anteriormente ocupado (ONU, 1954 p. 9)

A Carta de Veneza, de 1964, elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, usa um conceito mais abrangente, de “monumentos e sítios históricos”. Neste mesmo ano, a 13ª sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, em Paris, observa o conceito de “bem cultural” sendo definido e, posteriormente, em 1968, a 15ª sessão da Conferência Geral das Nações Unidas separa os bens culturais em “materiais” e “imateriais”.

De certa forma, ao dar uma definição específica, mais ampliada, para cada conceito desde o monumento até a concepção de bem cultural, a documentação dos debates políticos das Nações Unidas sugere uma tentativa de ampliar o escopo teórico e prático, a partir do resultado dos debates fomentados pela organização, ouvindo especialistas da área dos diversos países, produzindo em suas designações uma escala aumentativa das dimensões do patrimônio. Antes dessas elaborações referidas nas cartas patrimoniais, os conceitos trazidos eram limitados e vistos de forma isolada. A partir delas se conceitua um sentido amplo de patrimônio cultural. É importante ressaltar que a República Árabe da Síria é signatária do texto oficial da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural redigida em 16 de outubro de 1972, em Paris, desde 13 de agosto de 1975. Portanto, o país está formalmente comprometido com a consecução das normas internacionais relatadas.

É importante pensar que é a primeira vez que, nessas cartas, convenções e recomendações, o conceito de bem cultural aparece, ampliando o escopo teórico colocado em suas designações. Anteriormente, eram considerados monumentos, patrimônio histórico, arqueológico e partir de então, esses conceitos são ampliados. Com o advento do debate sobre patrimônio cultural, já considerado em 1972 na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO na França, temos o conceito de patrimônio condensado na página da UNESCO sobre o tema da seguinte maneira:

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados (UNESCO, 2021, p. 1).

Até a metade do século XX, a ideia de patrimônio ainda estava atrelada à limitação espacial constitutiva deste patrimônio, predominando, para fins de debate e de legislação, o conceito de monumento, que identifica o seu valor apenas no aspecto físico da arquitetura e da forma, tais como prédios ou estátuas produzidas para fins de homenagens. Esse entendimento se desenvolveu e por “monumento” passou-se a compreender diferentes obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais e elementos de estruturas de carácter arqueológico. Igualmente, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, entraram no rol do conceito.

Cabe ressaltar que as convenções aqui mencionadas são fruto de relações entre os países-membro da UNESCO, o que fortalece e legitima as relações a partir de órgãos multilaterais. Posteriormente, os países signatários se submetem a seguir as normativas elaboradas em conjunto para os seus próprios países transformando-as em leis.

Deste modo, observamos parte do processo histórico do conceito de patrimônio cultural, não somente em nível acadêmico/universitário, mas, também ao nível de elaboração de conceitos globais em instâncias de poder como a antiga Liga das Nações e posteriormente a UNESCO.

Ao nível internacional, observamos também um avanço na compreensão do que é patrimônio histórico-cultural, a partir da formalização daquilo que se conhece contemporaneamente como “nações”. Disso, decorre o fenômeno que entende a combinação que une diversos grupos culturais, sociais, aldeias e comunidades de diversas etnias para a constituição da identidade nacional.

É importante frisar que este processo não aconteceu de maneira uniforme e harmônica, pois, muitas vezes o processo de violência e imposição de um modo de vida por outro chocou-se frontalmente com diversas formas de viver e produzir cultura. Isso pode ser percebido em diversos momentos da história, inclusive no exemplo aqui abordado como a França, entre seu período revolucionário e o período de estabilização da nação.

Os museus, monumentos e a arquitetura pública de modo geral, estão representados e transformados em algo que quer ser representativo da nação e para a nação. Ainda que haja diversidade e pluralidade na cultura nacional, são elementos simbólicos da cultura e representam, de certa forma, a materialização ao público daquilo que se quer compreender como nação.

Em que pese que a capacidade da narrativa francesa consiga imprimir um peso relevante entre as nações, não se pode dirimir a noção globalizante do fato de que as suas expressões culturais têm um profundo impacto. A potência dessa ideia pode ser observada quando ocorre o incêndio da Catedral de Notre Dame de Paris, já comentada, sendo caracterizado como uma tragédia nacional e repercutiu em todo o mundo ocidental, mas é vista como uma perda para a humanidade por sua representatividade patrimonial coletivamente construída.

O exemplo da força globalizante da narrativa francesa também pode ser percebido na abertura de uma filial do Museu do Louvre em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos. A proposta, ambiciosa e parte de um claro plano de manutenção das relações culturais da França com o mundo árabe, relações das quais a atual Síria faz parte, percorrendo dois caminhos: a) trazer para o país árabe, artefatos que compõe a construção de uma identidade francesa; b) levar o projeto de hegemonia francês a outras nações pelo viés do patrimônio cultural. Em síntese, tornar o seu museu como peça chave na representação de uma cultura global e *prêt-à-porter*.

Recolocando a discussão sobre o patrimônio sírio, em particular Palmira, o objeto desta análise, é necessário pensar que o conceito de patrimônio sobre o qual se pensa o país tem as mesmas bases de sua contraparte europeia, a França, última colonizadora do território até o advento das guerras mundiais. A chave da questão da identidade nacional está posta nas diversas expressões patrimoniais, bem como na ideia geral de uma importante nação, herdeira de diversos impérios históricos e berço da humanidade. Aliás, os damascenos, embora não sejam alvo de análise aqui, vangloriam-se de serem a primeira capital de um Estado-nação tal como conhecemos e isso se espelha em toda a sua arquitetura histórica preservada.

Na Síria, a herança das cidades antigas tem grande significado. Cidades como *Ugarit*, *Mari* e *Ebla*, bem registradas arqueologicamente e que estão da mesma forma na lista dos lugares registrados como patrimônio cultural mundial pela UNESCO, são parte da representação identitária do povo sírio. Não se pode negar que essa construção é parte de uma representação necessária ao Estado, que combina identidade e poder e que se torna fundamental para a construção do imaginário nacional sobre si mesmo.

A combinação entre o imaginário nacional e o poder estabelecido é determinante para a maneira como se pensa a própria cultura de modo geral e os

seus mecanismos de construção e manutenção do poder. Tendo em vista que a própria construção do pensamento é uma gestação da memória, a padronização estética torna-se testemunho, registro de memória. Sobre isso, Chagas (2011, s.p) aponta que:

O poder em exercício amplia a sua rede de relações, produz novos sentidos, estabelece linhas de pensamento, determina o que deve ser conhecido, multiplica as instituições de memória (e de esquecimento) atribuindo-lhes um papel de fonte de saber, de “luz” e de “esclarecimento” (CHAGAS, 2011, s.p).

O ato de destruir uma memória e um patrimônio subjugado de outro país e incapacitar uma nação de contar sua própria história é algo que sempre foi utilizado. França e Inglaterra, expoentes de uma cultura global e totalizante, beneficiaram-se profundamente do expediente de espólios de guerra ao longo da história.

Para limitar a ação de violência contra o patrimônio foram pensadas, já no século XX, convenções para a proteção de bens culturais em casos de guerra, como a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado, de 1954, pensando que no mesmo ano em Nova Delhi houve um parágrafo na sua carta dizendo algo sobre patrimônio arqueológico.

Nesta perspectiva, os serviços de pesquisas deveriam prestar entre si colaboração para assegurar e facilitar o repatriamento dos objetos aos países de origem que fossem advindas de roubo ou que tenham transgredido legislações protetivas de qualquer país. A Carta de Nova Delhi (1956) sinaliza no primeiro aspecto sobre pesquisas em território ocupado, que:

Em caso de conflito armado, qualquer Estado Membro que venha a ocupar o território de um outro Estado deveria se abster de realizar pesquisas arqueológicas no território ocupado. No caso de achados fortuitos, sobretudo os que se derem durante atividades militares, a potência ocupante deveria adotar todas as medidas possíveis para protegê-los e deveria enviá-los, ao término das hostilidades, acompanhados de toda a documentação relativa que detiver, às autoridades competentes do território anteriormente ocupado.

E, no caso de acordos bilaterais, que “os Estados Membros deveriam, sempre que necessário ou desejável, concluir acordos bilaterais para regulamentar às questões de interesse comum que possam vir a ser colocadas pela aplicação das disposições da presente recomendação” (ONU, 1956, p. 9).

Esses dois pontos que fecham a Carta de Nova Delhi (1956) acionam a discussão ao nível internacional e trazem uma regulamentação que se preocupa com

os processos de controle sobre os artefatos que foram retirados dos seus locais de origem. Aqui, é importante destacar que o objetivo que determina a necessidade da proteção patrimonial não é a tridimensionalidade física do objeto, mas sim o seu valor cultural, que está respaldado em um grupo de indivíduos que o torna o aspecto unificador desta categoria. Como afirma Pomian:

Por outras palavras, surge uma divisão no próprio interior do visível. De um lado estão as coisas, os objectos úteis, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objectos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um outro lado estão os semióforos, objectos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. A actividade produtiva revela-se, portanto orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são, todavia, opostas na maior parte das vezes. (POMIAN, 1985, p. 71).

Podemos dar dois exemplos para uma melhor compreensão da imaterialidade deste tipo de bem que são, o folclore e as tradições orais, as quais não são concretas ou palpáveis, mas onde se verifica a presença do traço essencial do valor cultural. Dessa forma, os bens culturais proporcionam aos indivíduos compreender a sua identidade coletiva, de forma que devem ser preservados e mantidos de maneira perene.

Aparentemente, os objetos físicos tendem a proporcionar uma maior comoção quanto a sua situação de risco perante a inúmeras ameaças que o cercam, sejam por guerras, roubo, ou mesmo desgaste físico, como observados na Síria e em outros lugares. Contudo, ainda que os objetos físicos estejam sob ameaça de dano ou destruição completa em determinada situação, o que se pretende proteger é o valor cultural que está estabelecido naquela representação. Isso porque os bens culturais contêm em si o elemento da sociabilidade e do compartilhamento de elementos simbólicos que fazem parte da sua função cultural.

Portanto, o desejo manifestado para um grupo social, de que este bem seja protegido contém em si o valor cultural, que é o elemento mais relevante desta interação entre a importância do mesmo e o ato de protegê-lo, pois lhe proporciona fruição.

1.3 Patrimônio cultural em situação de conflito armado

As legislações são convenções sociais determinadas em diversos níveis (local, regional, nacional, internacional ou mesmo mundial), que servem para condicionar às relações entre pessoas, grupos e países. As leis regulamentam às relações de convívio, que é exigível por representar um direito a que corresponde, geralmente, uma obrigação da parte de outro ou outros, está incluída na lei moral, na mesma medida em que o Direito faz parte da ética.

Importante frisar que as leis são produto do seu tempo, apesar do processo de elaboração delas em níveis nacionais, que condicionam direitos e deveres de cidadãos em determinados países. As convenções e normativas que tratamos partem da relação de poderes já desenvolvidas acima. Aqui tratamos de algumas esferas globais que normatizam e regulamentam relações entre países no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural.

Henry Dunant (2019), em sua obra *Un souvenir de Solferino* (Memorial de Solferino, ainda não traduzido para o português), descreve uma situação de horror ocorrida durante a guerra de independência da Itália, onde franceses, italianos e austríacos confrontaram-se deixando um saldo de 40.000 vítimas. A partir disso, o autor aponta que duas medidas deveriam ser adotadas para que este tipo de prática pudesse ser evitada: a criação de sociedades de socorro privadas, que atuariam nas áreas de conflito independentemente do vínculo com qualquer das partes; e a aprovação de um tratado internacional que facilitasse sua atuação.

O sofrimento na batalha de Solferino relatado por Dunant em 1859 colaborou no nascimento do Comitê Internacional de Ajuda aos Feridos, que em 1880 passa a constituir o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). É a partir destes marcos estabelecidos que, em 1863, se origina o primeiro tratado de Direito Internacional. A chamada Convenção de Genebra passa a vigorar, no intuito de melhor atender os militares feridos em batalha. Este momento inaugura um novo período nas relações internacionais, pois pela primeira vez a guerra havia estabelecido condutas normatizadas pelo direito geral e escrito, criando a base axiológica e institucional do Direito Internacional Humanitário (DHI).

É neste aspecto que o grupo jihadista *Daesh* passa a operar no intuito de quebrar a identidade nacional síria, para além da representação arquitetônica dos monumentos, e destruir a simbologia da sua representação. A caracterização deste

ato como crime de guerra é um fato de absoluta relevância para a compreensão do conflito, que em parte significativa do seu desenvolvimento não foi suficientemente analisado, ainda que, contraditoriamente, a sua maior publicitação se dê pelos atos de destruição perpetrados pelo *jihadismo*.

O conflito que se desenvolve na Síria é um importante parâmetro para se compreender a legislação pertinente à ajuda humanitária internacional e às regras que devem ser adotadas por todos os países em situação de conflito. Cabe ressaltar que, ainda que os fenômenos que regem conflitos não sejam exatamente novos, o Direito Internacional, tal como hoje é concebido, é um fenômeno iniciado no século XIX.

Este capítulo da história do patrimônio é particularmente importante, pois este passa a influenciar de maneira significativa o modo de se pensar a questão, estabelecendo novas conexões que passariam a ser exploradas a partir de então. Os efeitos da escola francesa ainda são sentidos na atualidade quando se pensa em modos de preservação patrimonial e seu usufruto como constituidor de identidades de uma nação.

Atualmente, essa discussão é repleta de expectativa sobre os artefatos que foram destruídos pela guerra na Síria, em particular sobretudo aquilo que foi destruído pelo *Daesh* e grupos congêneres nas mais variadas regiões do país árabe. Portanto, é necessário compreender o que é conflito armado e suas múltiplas implicações para os processos políticos e sociais a que estão submetidas as nações.

O Direito Internacional Humanitário (DIH) distingue entre duas categorias de conflitos armados que são: a) conflitos armados internacionais, em que dois ou mais Estados se enfrentam; e b) conflitos armados não internacionais, entre forças governamentais e grupos armados não governamentais, ou somente entre estes grupos. O DIH com base nos tratados também estabelece uma distinção entre os conflitos armados não internacionais, na acepção do artigo 3º comum às Convenções de Genebra de 1949, e os que se encaixam na definição prevista pelo art.1º do Protocolo Adicional II.

O conceito de conflito armado vem ganhando melhores e mais elaboradas definições acerca do entendimento do Direito Internacional desde o final da Guerra Fria. Este conceito passa por importantes transformações a partir dos anos 90, onde se aprofundam disputas de natureza étnica e a formação de novos Estados com o desmonte da antiga União Soviética (GOMES, 2015).

Importante frisar que a dissolução de países federados ocorrida na década de

1990, como URSS e Iugoslávia, entre outros, muito embora configurem como conflitos internos, possuem relevância em nível internacional, por envolverem clara violação dos direitos humanos e das Convenções de Genebra. Esse relevante aspecto torna a questão do envolvimento da comunidade internacional central, tornando-a também responsável pelo que acontece.

Partindo da compreensão de conflito armado, temos o entendimento dos usos de algumas formas de violência contra populações civis e lugares de relevância cultural para uma nação. Como consequência dos conflitos armados, temos os saques e a destruição do patrimônio cultural, que remontam aos tempos antigos e são praticadas, dentre outros motivos, para impor às nações derrotadas a perda e a submissão das suas expressões políticas, culturais e religiosas. Dessa forma, os vitoriosos propiciaram que os roubos e a transferência dos espólios de guerra circulassem todo o mundo, produzindo o que viria a ser mais tarde um dos mercados mais lucrativos mundo.

1.4 Patrimônio como espólio de guerra e mercadoria

Nações consolidadas e Estados bem estruturados são barreiras naturais ao processo de expropriação de bens, ainda que possa haver transações escusas a partir dos mesmos. Contudo, a lucratividade oriunda dos conflitos armados, que movimentam uma volumosa soma de recursos, prescinde da desestabilização política e militar de países, facilitando a dispersão dos artefatos arqueológicos, patrimoniais e artísticos pelo mundo.

Uma estratégia não incomum que ocorre a partir dos conflitos armados é a de financiamento a partir da venda de artefatos como fonte de recurso pelas partes em conflito. Na Síria, sabe-se que o *Daesh* utilizou-se desse expediente como um dos mecanismos para continuar a guerra. O grupo usa a chamada "arqueologia da escavadeira", revolvendo sítios arqueológicos, usando qualquer máquina que estiver a seu alcance e que possa ser extraordinariamente destruidora, ou contrata pessoas locais para cavar os sítios e os túmulos. Essa ideia nos leva ao mercado das artes, que depende da movimentação anterior e tornou-se um importante artifício de parte das elites financeiras, no intuito de proteger os seus bens em locais seguros e insuspeitos.

Em 2015, o comércio de obras de arte passou de US\$ 63,8 bilhões, segundo

a publicação sobre negócios *Art Market Report*, com especial incremento na venda e compra das peças mais caras. O total mobilizado em arte em 2013 foi estimado em US\$ 32,6 bilhões.

O que mais impulsiona o mercado de arte é a riqueza acumulada” diz Michael Moses, da *Beautiful Asset Advisors*, que acompanha o ramo. “Como a riqueza ‘sofisticada’ vem crescendo mais depressa que qualquer outra, esse pessoal tem dinheiro sobrando para investir em arte (RODRIGUES, 2016, s.p).

Cerca de metade das transações com arte é privada, entre vendedores e compradores, calcula a *Art Market Report*. Há poucas informações sobre esse comércio. O restante é feito por meio de leilões públicos, que oferecem transparência no que tange aos preços, mas ainda permitem a vendedores e compradores que mantenham suas identidades em sigilo (RODRIGUES, 2016).

As experiências humanas ao longo dos séculos, em especial as guerras, trouxeram profunda destruição de vidas de populações diversas, assim como da infraestrutura dos países em situação de beligerância, muitas vezes encontrando como resposta o esforço para a construção de saídas negociadas destes conflitos.

O desenvolvimento das ciências jurídicas nos diversos campos, mas, fundamentalmente sobre os direitos humanos, também possibilitou que fosse erguida uma estrutura técnica visando a proteger o patrimônio cultural diante de conflitos armados. Esse aspecto buscava estabelecer regras diante dos órgãos multilaterais, trazendo à cena as principais potências econômicas e\ou militares, incluindo sanções para os que deliberadamente destroem o patrimônio cultural.

No processo de acúmulo sobre a forma de tratar as zonas e, conseqüentemente, os artefatos e bens em situação de guerra, é possível perceber diferentes sensibilidades ao longo dos tempos em que a questão surgiu. A partir do século XVI, o conceito de leis de guerra começou a se desenvolver na Europa e os comentaristas jurídicos se dividiram entre estar diante de espólios de guerra ou se estavam diante de um novo tipo de propriedade protegida. Esse debate em alguma medida se mantém até os dias atuais, principalmente no que tange às capacidades de proteção e manutenção dos artefatos em países com menos capacidades técnicas e financeiras, sobejamente nações não ocidentais, mas não só (se pensarmos em países ocidentais menos ricos, como a Grécia).

São as guerras napoleônicas que fazem pender para um dos lados o pêndulo

entre esta dualidade ao rejeitar este tipo de escrúpulos e levar parte significativa dos bens de nações submetidas ao seu jugo, para a França e outros países da Europa. Um dos mais simbólicos exemplos desta conduta são os artefatos roubados do Egito nas campanhas de 1798-1801, quando uma transferência incomensurável de objetos chega à França, HOJE NO British Museum

Não significa que a discussão ética houvesse se encerrado, ao contrário, continuou mantida: se por um lado alguns elogiaram essa transferência para Paris por resgatá-las em benefício dos franceses e de outros povos da Europa, outros, em particular o teórico da arquitetura Antoine-Chrysostôme Quatremère de Quincy (1755 a 1849), objetaram, argumentando que os objetos culturais pertenciam e eram mais bem compreendidos em seus contextos originais (GERSTENBLITH, 2016).

A derrota de Napoleão Bonaparte inaugura uma nova conduta que diferia da anterior praticada pelos vencedores sobre os vencidos, quando o duque de Wellington se recusa a levar os objetos culturais da França como espólio e propõe que os espólios apoderados pelos franceses nas guerras napoleônicas retornem aos seus países de origem. Dessa forma, parte desses artefatos foram devolvidos, o que permitiu a abertura de um processo de reivindicação, usado até os dias atuais, sobre os espólios de todas as guerras, ainda que esta ação estivesse restrita apenas às nações europeias. Há na história uma importante questão acerca do aspecto relacional entre povos, etnias e nações. Os seres humanos estão em permanente processo de transformação e influenciam-se mutuamente durante todo o tempo, permitindo trocas, aprendizados e o aprimoramento de costumes. Mas por outro encontram-se também processos de pilhagem e submissão impostos por grupos sobre os outros. No que diz respeito à cultura, não existe receita para a ação. Tudo depende de contexto.

1.5 Convenções e regulamentos de guerra referentes ao patrimônio

Embora ao longo da história possa se perceber o desenvolvimento dos códigos e convenções de guerra, algo absolutamente frustrante coloca-se sobre a questão, pois nenhuma dessas medidas foram capazes de evitar catástrofes durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

Os regulamentos de guerra que passam a vigorar inspiram codificações referentes às leis em situação de beligerância que propiciam uma maior proteção e

responsabilização das partes envolvidas. Este aspecto é determinante para compreender o atual desenvolvimento, onde as tensões estão levadas ao confronto físico-militar e construção de outras convenções.

Dois tratados são balizadores de todas as legislações de guerra que se seguiram no desenvolvimento da proteção do patrimônio: a) O código Lieber; e b) A Declaração de Bruxelas. Esses dois artigos demonstram dentro de um panorama geral a primeira tentativa legislativa ou convencional da história de proteger aquilo que se entende enquanto patrimônio.

Um ex-soldado prussiano, que esteve presente na batalha de *Waterloo* e que se tornou professor de direito na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, recebeu um pedido do presidente Abraham Lincoln, para que elaborasse um código de conduta sobre a atuação dos exércitos americanos durante a guerra civil. Conhecidas, por isso, como “Código Lieber”, em referência ao ex-soldado Francis Lieber, essas regras almejavam proteger “[c] obras de arte clássicas, bibliotecas, coleções científicas ou instrumentos preciosos” de “todas as lesões evitáveis” e impedir a apropriação dos bens de instituições de caridade, incluindo “museus de belas artes” (GERSTENBLITH, 2016).

O Código Lieber, portanto, é fruto de um esforço ainda que dentro de legislações nacionais, que direcionava sua atenção para a proteção aos objetos e coleções, demonstrando um avanço diante das regras expostas até então sobre conflitos. Nas duas Conferências da Paz de Haia, percebemos a passagem de legislações nacionais para regulações universais, no que se refere à proteção dos bens culturais, como lê-se no artigo seu 35:

Obras de arte clássicas, bibliotecas, coleções científicas ou instrumentos precisos, por exemplo, telescópios astronômicos, assim como hospitais devem ser protegidos contra todos os danos possíveis, mesmo quando em áreas fortificadas que estão sendo cercadas ou bombardeadas (LIEBER, 1863, s.p).

Segundo Guedes (2018) citando Graham (1987) e Merryman e Elsen (2002), o Código de Lieber é a base que proporcionou suporte para outras formulações de caráter internacional. A partir das primeiras Conferências da Paz de Haia percebemos a passagem de uma legislação nacional, como é entendido o Código de Lieber, para uma tentativa mais globalizante e universalizante, como são entendidas as Convenções de Haia.

Neste sentido, vemos o avanço ordenado e confluyente dos elementos jurídicos, como sugere Maria Tarcila Ferreira Guedes, em artigo intitulado “A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto Röerich e na Convenção de Haia (2018)”:

Nas duas primeiras Conferências da Paz de Haia (1899 e 1907) notamos, com a formulação desses fóruns, a passagem de legislações nacionais (Código Lieber) para uma esfera mais universal (Convenções de Haia), atingindo vários países da Europa, Américas e alguns da Ásia. Novamente nos aproximamos do pensamento de Merryman, Elsen e Graham quando estes afirmam que o Código Lieber serviu de base para a formulação dos artigos referentes à proteção dos bens culturais nos documentos internacionais de 1874, 1899 e 1907 (GUEDES, 2018, p.08)

Esses princípios, portanto, passam a ser adotados em Haia e visavam a exigir a proteção de edifícios dedicados à religião, arte, ciência ou fins de caridade, monumentos históricos, hospitais de ataques, sendo vedado qualquer utilização do mesmo para fins militares. Junto a isso, a Convenção também indica que os edifícios e prédios localizados nestas zonas sejam marcados com um emblema, conhecido como Escudo Azul, que permita a sua identificação para alertar as forças atacantes.

Haia passa a ser conhecida pelo seu aspecto inovador na diplomacia e na relação entre as nações, inaugurando um novo período das relações internacionais no século XX, primeiro com a criação do Tribunal Permanente de Justiça Internacional na cidade e, mais tarde, após a II Guerra Mundial, com a divulgação da Carta das Nações Unidas, que viriam a consagrar a existência do Tribunal Internacional de Justiça.

Outro importante tratado sobre os bens culturais em situação de conflito é chamado de Pacto Röerich, assinado pelas 35 nações americanas em 15 de abril de 1935 e promulgado no Brasil em 8 de setembro do ano seguinte, por decreto de Getúlio Vargas. Oficialmente chamado de Tratado para a proteção de instituições artísticas e científicas, e monumentos históricos, mas também conhecido como Tratado de Washington, cidade que sediou os encontros que ensejaram o tratado. O Pacto Röerich também é assim chamado na legislação e popularmente devido à homenagem ao ativista russo Nicholas Röerich (Nikolai Konstantinovich Rerich), criador da bandeira internacional da paz e formulador das políticas externadas no Pacto que leva seu nome. O pacto versa sobre a proteção das instituições de cultura em tempos de guerra e sugere que os governos do continente americano encampem os cuidados com a preservação destes espaços, como aponta o trecho inicial do

Pacto:

TRATADO SOBRE A PROTEÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS E DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS

As Altas Partes Contratantes, animadas pelo propósito de prestar forma convencional aos postulados da Resolução aprovada em 16 de dezembro de 1933, por todos os Estados representados na Sétima Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Montevideu, a qual recomendou aos Governos da América que ainda não o tenham feito, que assinem o Pacto Röerich, iniciado pelo Museu Röerich nos Estados Unidos e que tem como objetivo a adoção universal de uma bandeira, já composta e amplamente conhecida, a fim de, assim, preservar em qualquer tempo de perigo todos os monumentos imóveis nacionais ou pertencentes a particulares, que formam o tesouro cultural nas nações, resolveu concluir um tratado com esse fim em vista e, para levar a efeito o fato de que os tesouros da cultura sejam respeitados e protegidos em época de guerra e de paz, acordam sobre os seguintes artigos:

ARTIGO I - Os monumentos históricos, museus, instituições científicas, educacionais e culturais são considerados neutros e, como tal, serão respeitados e protegidos pelos beligerantes. O mesmo respeito e proteção serão devidos aos funcionários das instituições acima mencionadas. O mesmo respeito e proteção serão devidos aos monumentos históricos, museus, instituições científicas, artísticas, educacionais e culturais em tempo de guerra como em tempo de paz (BRASIL, 1936).

Ainda que seja bastante clara e importante no avanço dos aspectos jurídicos no que concerne a conflitos, a discussão jurídica por si não é capaz de dar conta dos contextos políticos, econômicos e religiosos que levam os diferentes grupos sociais e nacionais a entrarem em guerra. O aspecto moral e de costumes é determinante para se fazer combinar a ação humana com o estabelecimento da vida em sociedade que respeite a convivência comum, como aponta o sociólogo francês Emile Durkheim: “Quando os costumes são suficientes, as leis são desnecessárias. Quando os costumes são insuficientes, é impossível fazer respeitar as leis” (DURKHEIM, 1895).

Um detalhe que pode ser menosprezado em certos contextos, mas que não é desprezível do ponto de vista do historiador é que as mesmas potências que financiam, apoiam e impulsionam as convenções e tratados de proteção de patrimônio, seja em tempos de guerra ou paz, estão diretamente implicadas em situações de crimes de guerra, em papéis exercidos direta ou indiretamente.

Por mais bem-intencionados que sejam, estes tratados foram incapazes de barrar a destruição cultural e patrimonial causada na Europa, na Ásia e na África com o advento das duas grandes guerras mundiais, ou ainda a destruição proposital de sítios arqueológicos e monumentos culturais já no século XXI. Às ditas potências ocidentais, individualmente ou em conjunto, foram e têm sido as principais

financiadoras de órgãos de proteção aos bens culturais, mas também estiveram e estão diretamente implicadas com os danos causados ao patrimônio de inúmeras nações e povos durante e após a Segunda Guerra Mundial.

2. PALMIRA: PATRIMÔNIO CULTURAL EM RISCO

Considerando o contexto beligerante na Síria, neste capítulo analisaremos à destruição de parte do patrimônio arquitetônico, artístico e cultural da antiga cidade de Palmira, tendo em vista a grande repercussão midiática e humanitária causada no ano de 2015 pelos vídeos de destruição produzidos pelo *jiihadismo*. Destaca-se, como exposto acima, que o grupo *Daesh* esteve presente na cidade durante duas temporadas: I) de maio de 2015 a março de 2016; e II) de dezembro de 2016 a março de 2017), quando foram expulsos pela aliança formada pela Rússia, Irã e *Hezbollah*, além do próprio exército sírio.

Embora tenham sido impactantes e inesperados para muitas pessoas, havia antecedentes aos eventos ocorridos em Palmira, sendo o *Daesh* responsável pela destruição de artefatos museológicos, edificações históricas e acervos de bibliotecas após a ocupação, no ano anterior, de Mossul, no Iraque, cidade contemporânea situada no entorno do sítio arqueológico de Nínive, antigo centro urbano que tem origem e história conectadas fortemente com Palmira, seja pela posição privilegiada em relação às rotas comerciais que existiram no Oriente Médio, seja porque ambas estão listadas como patrimônio da humanidade pela UNESCO, dada sua relação com o desenvolvimento das civilizações humanas, sendo Nínive considerada a localidade onde surgiram os primeiros registros da escrita, no período que a História ocidental convencionou chamar de Mesopotâmia.

2.1 A Palmira do presente e do passado

Antes de adentrar especificamente o tema, importa assinalar que no conflito estudado se nota a perseguição a todas as vertentes religiosas, inclusive as do próprio Islã, bem como incontáveis igrejas católicas e ortodoxas que foram queimadas até serem completamente destruídas pelo mesmo grupo. A comunidade internacional, através dos seus órgãos multilaterais (ONU, UNESCO, entre outros), passou a repercutir o confuso cenário de beligerância quando os crimes de guerra se deslocaram das vidas humanas e atingiram o patrimônio arquitetônico do sítio patrimonial correspondente à antiga cidade.

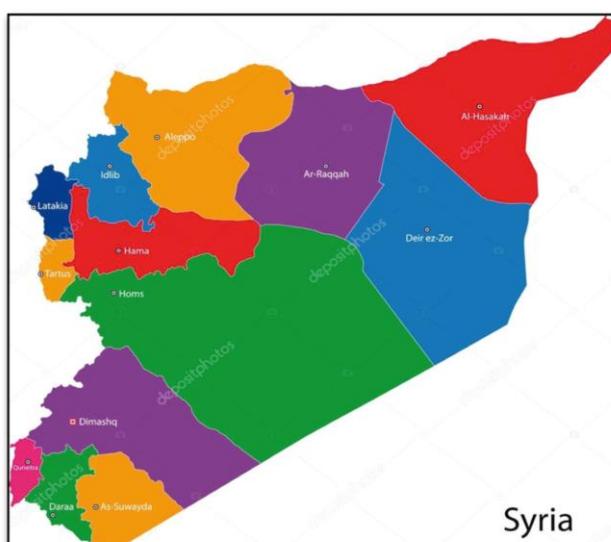
Grandes partes de Palmira, até então conhecida como o oásis da antiga rota da seda, foram destruídas por essa mesma seita intolerante, sob acusação, por parte

do governo sírio e seus aliados, de ter retaguarda protegida pelos serviços de inteligência ocidentais. Isso será especificamente tratado mais adiante, a respeito da localização geopolítica da Síria no Oriente Médio.

Importa à presente discussão da cidade histórica de Palmira, que foi classificada como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1980. A Síria conta com seis locais classificados pelo órgão como Patrimônio Mundial da Humanidade, que são: “os centros históricos de Damasco”, “Bosra e Aleppo”, “o oásis de Palmira”, “o *Krak* dos Cavaleiros e *Qal'at Salah El-Din* (Cidadela de Saladino)” e “os antigos vilarejos do norte do país”. A cidade entrou para a lista de patrimônio mundial da humanidade em um contexto de fortalecimento dos órgãos multilaterais e pleno desenvolvimento do debate acerca da necessidade de proteção do patrimônio arquitetônico mundial.

Palmira está situada na província de Holms, uma das 14 que compõem a unidade síria, por sua vez, situada na região central do país árabe e que comporta os principais desertos do país, além de ser uma região repleta de pequenos pontos e vilarejos, na maioria das vezes de difícil acesso. Sua área não está completamente estabelecida e os dados variam de 42.223 km² a 42.226 km², o que a torna a maior província da Síria, possuindo uma população de 1.647.000 habitantes (estimativa de 2007) e cuja capital é homônima, conforme a figura 1, abaixo.

FIGURA 1: Localização da Província de Holms na Síria (em verde).



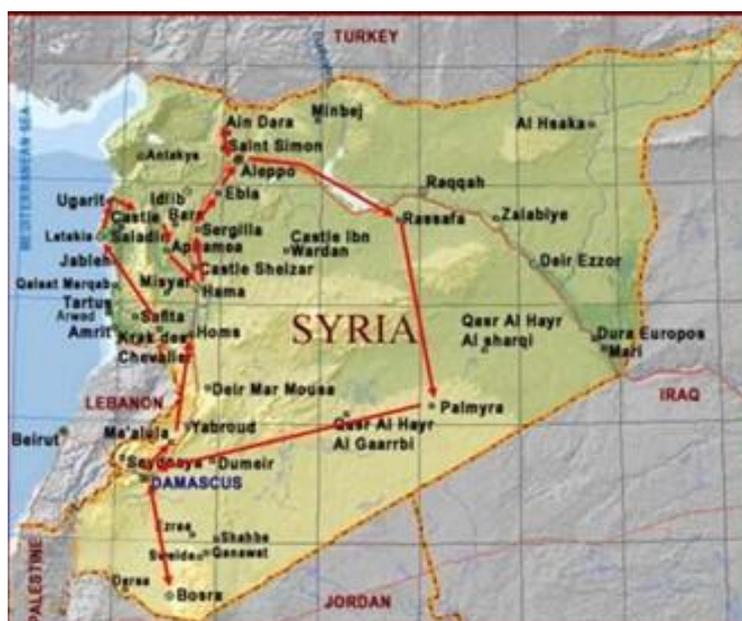
Fonte: Depositphotos - Mapa da Síria. (2019).

A cidade ocupou os noticiários da imprensa, por toda parte, após os atos de

barbárie que chocaram o mundo, quando o grupo extremista *Daesh* dinamitou parte do seu conjunto arquitetônico. Palmira, é um dos seis distritos que pertencem à província de Holms, localizada entre o Mediterrâneo e o rio Eufrates, que são: *Al-Mukharram, Al-Qusayr, Ar-Rastan, Holms, Palmira, Talkalakh*. Na figura 2, encontra-se o enclave da cidade.

FIGURA 2: Localização de Palmira (ao centro).

Fonte: Alberthos Blog (2011)



Com ruínas magníficas, um templo e uma mitologia que cercam sua construção, Palmira é um dos patrimônios da humanidade da Unesco. Embora pesquisadores tenham comprovado sua existência no período neolítico, Palmira ganhou destaque no início do segundo milênio antes de Cristo, quando se tornou ponto de parada de caravanas que cruzavam o deserto sírio.

Um dos aspectos que marcam a antiga cidade é sem dúvida a sua arte e arquitetura, resultado de influências de diversos povos, dentre eles gregos, romanos e persas. A sua constante, ou seja, a sua marca, parece mesmo ser o elemento de trocas e influências, o que caracteriza a cidade com um hibridismo cultural intenso e marcante. Nos séculos I e II, a arte e a arquitetura de Palmira resultou de um encontro de civilizações, conjugando o greco-romano com as técnicas locais e as influências persas (SAMUEL, 2010).

Há também zonas habitacionais e imensos cemitérios no exterior das muralhas rodeadas de portais que cercam cidade. Palmira exerceu uma inequívoca

influência na evolução da arquitetura neoclássica da urbanização moderna (SAMUEL, 2010). Além disso, a cidade é um exemplo único de urbanização antiga que se manteve durante muito tempo em bom estado de conservação fruto de uma política estatal bastante presente no país.

Devido à grande demanda pela preservação de sítios e monumentos que o país possui, a Síria conta com um Ministério das Antiguidades que tem como responsável Maamoum Abdelkarim. Em 2016, após o início do declínio dos grupos *Daesh*, *Al Qaeda* e o chamado exército livre da Síria, o balanço feito pelo ministro era relativamente positivo, diante das dificuldades e esforços de guerra. A época, o membro do governo relatou: “a situação é boa dentro da Cidade Antiga, mas o desastre e a verdadeira destruição estão no antigo mercado” (O GLOBO, 2016, s.p).

O processo de desestabilização teve início nas chamadas “Primaveras Árabes” em 2010, quando o jovem Mohamed Boazizi se imolou na Tunísia deixando um grande rastro de pólvora que incendiou grandes partes da região até atingir o país. Na Síria, especificamente, as primaveras deram força a protestos difusos que irromperam a partir da província de Holms.

O *Daesh* nasceu perto de Herat, no Afeganistão, pela mão de *Ahmed Fadl al-Nazal al-Khalayleh*, ou como é conhecido *Abu Musab al-Zarqawi*, no ano de 1999. Vindo da Jordânia, onde esteve preso por seis anos acusado de terrorismo, *Abu al-Zarqawi* conseguiu assistência logística da *al-Qaeda* para formar um campo de treino (SALTAM & WINTER, 2014, p.15 *apud* NEGRI, 2015). Neste campo formou o grupo *Jamaat al-Tawhid Wal Jihad*, organização do monoteísmo e *Jihad* (HOSKEN, 2015, p. 44 *apud* SILVA et al, 2017).

Foi a guerra do Iraque em 2003 e a política dos Estados Unidos de substituir governos inconvenientes aos seus interesses que determinou o surgimento de grupos extremistas como esse, aproveitando-se, justamente, do vácuo de poder deixado pela intervenção americana com a derrubada de Saddam Hussein, como aponta o professor da Universidade de Columbia, Jeffrey Sachs, em artigo no *Valor econômico*:

Essas operações fracassaram e não conseguiram produzir governos legítimos e nem mesmo uma estabilidade rudimentar. Ao virar de ponta-cabeça governos estabelecidos, embora autoritários, no Iraque, Líbia e Síria, e ao desestabilizar o Sudão e outras partes da África consideradas hostis ao Ocidente, essas ações contribuíram muito para alimentar o caos, banhos de sangue e guerras civis. Foi essa desordem que permitiu ao EI capturar e defender territórios na Síria, Iraque e partes da África Setentrional (SACHS, 2015, s.p).

Há um conjunto de hipóteses que povoam a interpretação de analistas sobre a intenção na destruição da cidade. Pode-se citar algumas delas: a) pode-se supor que, do ponto de vista da geopolítica regional, a cidade passaria a reocupar um papel de destaque na Ásia com a retomada da rota da seda, um projeto pensado pela China; b) a estética da violência utilizada como elemento de terror psicológico em meio a um conflito de grandes proporções; c) provocar a fratura da identidade e memória nacional síria, incorporando a chave sectária e impossibilitando a convivência harmônica entre diferentes etnias e religiões.

Sobre o primeiro aspecto, como hipótese para a ocupação da cidade, é necessário compreender o conflito de modo a contextualizá-lo com a geopolítica regional. O novo projeto chinês para a diversificação das suas relações econômicas entre a Ásia e o resto mundo depende da Síria. O investimento chinês no mundo tem crescido consideravelmente nos últimos anos como aponta o *think tank* americano *American Enterprise Institute for Public Policy Research*:

Entre 2005 e 2018, a China esteve presente nos cinco continentes e investiu cerca de US\$ 1,9 trilhão. Isso equivale, por exemplo, a 13 vezes o valor do Plano Marshall, utilizado pelos Estados Unidos na reconstrução da Europa durante a Guerra Fria (FIGUEIREDO, 2019, s.p).

Em relação ao segundo aspecto que contribui para a compreensão da atuação do *jihadismo* na cidade, pode-se interpretar que a ferramenta do ato de terror perpetrado pelo *Daesh*, em algumas cidades que caíram sob o seu domínio, representa uma luta política que ultrapassa *rifles* e balas de morteiros. Ao inovar a sua atuação incrementando o uso de redes sociais, buscava atingir, inclusive, um público de jovens de outros países, entre estes, de países europeus. Dessa forma, o *jihadismo* lança mão daquilo que chamamos de “estética da violência” (COSTA, 1999).

Nos movimentos que as máquinas exigem daqueles que as utilizam reside já o violento, o brutal e o constante atropelo dos maus tratos fascistas. Da morte da experiência é em grande parte responsável o facto de as coisas, sob a lei da sua pura utilidade, adquirirem uma forma que restringe o trato com elas ao simples manejo, sem tolerância por um excesso, ou de liberdade de acção ou de independência da coisa, e que pode subsistir como germen de experiência, porque não pode ser consumido pelo instante da acção (ADORNO, 1970, p. 30).

Quanto a este aspecto da estética da violência, o estabelecimento de um mecanismo de comunicação que opera de forma dinâmica e explora aspectos psicológicos, o *Daesh* parece ter compreendido bem que através desta ferramenta é

possível fazer guerra psicológica contra os seus alvos.

Sobre o terceiro aspecto, evidencia-se a tentativa da destruição, ou quebra da identidade nacional síria moderna, sustentada na ideia de união de diferentes grupos étnicos e religiões e que estava simbolizada na representação de boa convivência e troca de relações em que Palmira historicamente esteve configurada. Acerca disso, o jornalista e analista francês Thirrey Meissan asseverou:

Acontece que a Síria tem uma longa história de colaboração entre religiões. No século III, a rainha Zenóbia, que se revoltou contra a tirania ocidental do Império Romano e tomou a chefia de árabes do Egípto, da Arábia, e de todo o Levante, fez de Palmira a sua capital. Ela cuidou não só em desenvolver as artes como em proteger todas as comunidades religiosas (MEISSAN, 2019, s.p).

Ainda sobre este aspecto, o relato de um membro do *Daesh* define com maior exatidão o imaginário estabelecido entre o sectarismo e a ideologia que o grupo pretendeu estabelecer no autodenominado califado, como aponta entrevista realizada pelos autores para a revista *The Conversation* em 2017.

O profeta Maomé quebrou os ídolos com suas próprias mãos honrosas quando conquistou Meca. O Profeta Muhammad nos mandou destruir e destruir estátuas. Isto é o que seus companheiros fizeram mais tarde, quando conquistaram terras (ISAKHAN; ZARANDONA, 2017, s.p tradução nossa).

É com este componente que buscaremos analisar a ação do grupo jihadista contra o patrimônio, utilizando-o como mecanismo de campanha para chamar a atenção do mundo e causar um impacto psicológico sobre as populações.

2.2 Daesh e a ação político-militar voltada ao patrimônio histórico

A fúria de aparência iconoclasta perpetrada por fundamentalistas islâmicos na Síria encontra seu paradigma histórico na destruição de um número imenso de sítios patrimoniais pela seita *wahhabi* em toda a península arábica, a partir de meados do século XVIII, culminando na destruição dos Budas *Bamiyan*, pelo *Taleban* no Afeganistão, em 2001, e a destruição da mesquita *al-Askari* pela *Al-Qaeda* no Iraque em 2006. Além disso, poder-se-ia atribuir um “aspecto teológico” na motivação do grupo jihadista, não obstante sua instrumentalização para fins puramente políticos e interesses bastante objetivos e pragmáticos. Isso parece bastante nítido em outro

trecho relatado por Isakhan e Zarandona, representando o pensamento de integrantes do *Daesh*: “Algumas das organizações infiéis dizem que a destruição desses supostos artefatos é um crime de guerra. Nós destruiremos seus artefatos e ídolos em qualquer lugar e o Estado Islâmico governará suas terras” (Isakhan; Zarandona 2017, s.p). Aqui, o líder *jihadista* se refere aos crimes de guerra pelos quais estavam sendo acusados quando das implosões e destruições dos sítios.

Infere-se então que, para destruir a Síria, seria necessário esfacelar a sua multiplicidade religiosa, antagonizando diferentes grupos, jogando maiorias contra minorias na tentativa de impor um culto majoritário sobre os demais. Contudo, o país tem uma extensa trajetória de colaboração entre as diferentes convicções religiosas. A própria rainha Zenóbia (240 – 274 d.C.), que liderou o levante de Palmira contra o Império Romano, cuidou de desenvolver não apenas as artes, mas também a comunhão entre os diversos segmentos religiosos. Este é exatamente um aspecto que o *jihadismo wahhabita* buscou desestabilizar, como forma de derrotar a convivência longínqua, equilibrada e pacífica das crenças naquele espaço.

Um dos primeiros atos do grupo ao alcançar o sítio arqueológico de Palmira foi assassinar e expor publicamente o corpo de Khaled Al-Asaad, arqueólogo sírio responsável pela administração do sítio de Palmira, após mantê-lo em cativeiro durante um mês (BBC, 2015). A ação foi caracterizada pela UNESCO como sendo “um ato horrendo”, que revela uma ação terrorista que parece pouco ou nada disposta a conviver com o diferente. Este elemento psicológico parece escondido nos escombros da arquitetura das cidades sírias.

Al-Assad foi responsável pela Secretaria de Antiguidades de Palmira por mais de quarenta anos e realizava escavações no sítio arqueológico, sobretudo relativas à segunda metade do século III. Em parte graças ao seu trabalho de exposição sobre os bens culturais da cidade, Palmira foi reconhecida em 1980 como patrimônio da humanidade. O seu compromisso se deu até o final da vida, ajudando a evacuar o museu e as obras de arte da cidade, além de esconder parte do patrimônio da cidade do alcance do *Daesh*.

Sua morte revela muito mais do que a eliminação de um agente do governo, demonstrando a absoluta recusa à convivência com a pesquisa, com a ciência, com o estudo da história, entre outras formas de intolerância. Ou seja, uma campanha sistemática e profunda de recusa dos valores da cultura ocidental e do diálogo e convivência pacífica entre as culturas, representados material e imaterialmente nas

ruínas da Palmira histórica.

Khaled, pela sua fama como arqueólogo e protetor dos tesouros da cidade, ainda é lembrado pelo seu ato de coragem diante da ação de barbárie. Mas há um conjunto de outros atores, em sua grande maioria anônimos, de diversas localidades que também perderam suas vidas na luta pela proteção do patrimônio, como aponta a ONG *Heritage for Peace*:

A partir da publicação deste relatório, a DGAM (Direção-Geral de Antiguidades e Museus) perdeu 14 funcionários que protegiam o patrimônio da Síria. Alguns foram mortos durante bombardeios dos edifícios em que trabalhavam, outros por franco-atiradores a caminho do trabalho. Alguns foram ameaçados para que não fossem trabalhar e, quando o fizeram, foram mortos. Além disso, *Khalad al-Assad*, um membro aposentado do DGAM, e especialista mundial no local de Palmyra, foi morto por *Da'esh*. Vários outros foram feridos, alguns gravemente (HERITAGE FOR PEACE, 2012, s.p).

Há incontáveis atos de coragem espalhados pelos locais preservados por todo o país e, sem dúvida, todos eles merecem menção, ou mesmo que a sua história seja contada. Aqui fazemos uma referência aos minutos antes de Palmira cair sob o domínio do *Daesh* e todo o esforço dos trabalhadores e profissionais para evacuar o que fosse possível salvar. Enquanto balas atingiam a parte de fora do museu da cidade, funcionários empacotavam as últimas caixas com artefatos como aponta artigo da revista *New Statesman*:

Contra todas as probabilidades e sob fogo pesado, cinco homens de meia idade conseguiram frustrar os novos bárbaros do Estado Islâmico. Em cenas que lembram o filme de George Clooney, *The Monuments Men*, sobre uma unidade do exército que tenta salvar tesouros de arte escondidos pelos nazistas, Hariri e seus amigos resgataram a inestimável coleção de artefatos do Museu Palmira, o legado de uma das civilizações mais antigas do mundo. Dez minutos depois de os homens partirem, os combatentes da Isis entraram no museu. As vitrines de exibição estavam vazias. Nada foi deixado lá dentro, exceto grandes estátuas que eram pesadas demais para serem erguidas sem um guindaste. Quem foram os homens que salvaram os tesouros de Palmira? O primeiro, Khalil Hariri, foi o diretor do museu. Quando ele saiu em maio, sua esposa ficou na cidade com seu filho pequeno. Tão rápido foi o avanço do ISIS que ele teve que deixá-los para trás e demorou quase um mês para levá-los à segurança. Quando eles se reuniram, ela disse a ele que os Jihadistas saíram do museu e entraram em sua casa a 30 metros de distância, procurando por ele e exigindo saber o que ele havia feito com a coleção (BOWEN, 2015, s.p).

Importante frisar que a estratégia da destruição de patrimônio histórico não é exatamente nova e também foi utilizada em outros territórios onde o grupo exerceu a sua autoridade sobre as populações locais. A destruição é parte de uma campanha

de propaganda que visa a chamar a atenção do mundo. Foi assim que na década anterior (2003), após a derrocada do Estado iraquiano, antecedida pela invasão da coalizão dos Estados Unidos, militantes *jihadistas* já haviam praticada a destruição no Museu de Mossul, no Iraque, com picaretas e marretas, e houve a detonação com dinamite de santuários cristãos e muçulmanos seculares. Na Figura 3, exemplo da destruição “manual” executada em Mossul, Iraque, cidade moderna em cujo território se encontra Nínive, cidade histórica e sítio arqueológico milenar, igualmente considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO.

FIGURA 3: Imagem do Museu de Mossul, Iraque, após ataque pelo Daesh



Fonte: Thaier Al-Sudani/Reuters.

A destruição iconoclasta, juntamente com toda essa propaganda de violência, parece ter boa ressonância entre a base de apoiadores do grupo, ao que se somava a capacidade de agirem com impunidade, enquanto deixavam todos perplexos diante de tais ações.

Nesse sentido, já se desenvolvia ali em Mosul (Iraque), as experimentações para uma espécie de desenvolvimento de uma autoridade que não aceita e não suporta o convívio com o elemento diferente. A coesão nacional iraquiana, totalmente comprometida pelo desmonte do Estado, do seu exército e órgãos institucionais, também tinha a sua identidade nacional destruída com o *Jihadismo*, atacando sítios arqueológicos com escavadeiras e explosivos. Atacar esses elementos de identidade coletiva significou minar o estado de coisas tais como eram conhecidas, assim comprometendo o funcionamento do Estado e dando lugar ao caos e à barbárie.

O *Daesh* promoveu vídeos em que seus integrantes aparecem destruindo

com marretas alguns dos itens do prédio do museu em Mosul em 2015, incluindo estátuas inestimáveis, como parte de uma campanha para apagar qualquer história cultural que seja contrária à interpretação do *wahhabismo*.

FIGURA 4: Destroços de peça exposta no Museu de Mossul após ocupação do Daesh



Fonte: Thaier Al-Sudani/Reuters.

Essa tática, precedida por um tipo de ideologia que pretendia retomar os elementos mais conservadores da *sharia*, revela um fenômeno analisado pelo filósofo francês Paul Ricœur como “fenômeno da ideologia”. Esse aspecto fundamenta tais ações que, do ponto de vista da propaganda, têm o suporte total de uma alegada autoridade espiritual e religiosa superior.

A questão da identidade pessoal e coletiva surge através do fenômeno da ideologia, que se evidencia, segundo Ricœur, em três níveis de atuação: distorção da realidade, legitimação do sistema de poder e a integração do mundo comum (RICŒUR, 2007). Isso parece absolutamente aplicável ao fenômeno de ascensão do Jihadismo em países sufocados por crises, sanções econômicas e em permanente vigilância de atores internacionais, seja por suas posições geoestratégicas, seja pelos seus recursos naturais.

Foi esta interpretação que motivou a declaração, ainda em 2015, da diretora geral da Unesco, Irina Bokova, quando condenou a destruição do Arco do Triunfo da cidade, patrimônio mundial da humanidade, pelo grupo jihadista:

Esta nova destruição mostra até que ponto os extremistas estão assustados com a História e a cultura porquê [...] estas desacreditam todos os pretextos utilizados para justificar seus crimes e os ensina como são: uma pura expressão de ódio e de ignorância. [...]. Não haverá

impunidade para os criminosos de guerra e todo o possível será feito para que os autores destas destruições sejam julgados e punidos em estreita colaboração com o Tribunal Penal Internacional. (APF, 2015, s.p)

Conforme visto, a diretora da UNESCO finaliza a questão sobre a identidade e memória do país, representado na cidade que sofreu os ataques, afirmando que os objetivos do grupo extremista não terão êxito diante da reação da comunidade internacional sobre os atos.

Segundo Bokova, apesar de sua ira criminosa, os extremistas jamais conseguirão apagar a História, nem calar a memória deste lugar, que encarna a unidade e a identidade do povo sírio: “Palmira encarna em sua pedra tudo o que os extremistas odeiam: a diversidade cultural, o diálogo das culturas, o encontro entre povos de todas as origens nesta cidade de caravanas entre Europa e Ásia” (APF, 2015. s.p).

Sobre a atuação dos órgãos multilaterais ainda em março de 2015, a UNESCO iniciou uma ação intitulada “Projeto de salvaguarda do patrimônio sírio”, no sentido de amenizar a destruição dos sítios, dentre eles Palmira, formulando medidas e ações que pudessem ser implementadas durante e após os conflitos. Como parte deste projeto, foi criado o Observatório Internacional do Patrimônio Cultural Sírio, que supervisiona a situação em todo o país, fundamentalmente nas áreas mais afetadas ou em maior risco.

Após essas medidas, a UNESCO pressionou o Conselho de Segurança das Nações Unidas a aprovar a Resolução nº 2199, de 15 de fevereiro de 2015, que prevê a condenação em razão da destruição do patrimônio cultural e chama atenção para o desvio e roubo de obras, antiguidades e outros objetos culturais, comercializados em mercados ilegais. Além deste aspecto, há que se falar sobre o elemento psicológico que assume relevância na questão. Podemos então afirmar que o grupo *Daesh* opera sob uma ação de violência física e também contra os costumes da sociedade síria. Atua ainda na estrutura narrativa, ao atacar símbolos que representam um modo de vida o qual contesta.

Portanto, a luta neste campo de poder transforma os abusos e distorções em elementos táticos de quem almeja o domínio da narrativa, pois uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada (RICŒUR, 2007).

O componente psicológico se estabelece neste tipo de conflito como traumas

vivenciados pelas populações civis, sendo essas as maiores vítimas deste tipo de enfrentamento. Reconstruir uma espécie de retorno às origens do Islã, presente no pensamento *wahhabita*, é um dos objetivos do *Daesh*, e isso, necessariamente, passa por destruir qualquer tipo de convivência com o diferente.

Neste sentido, a necessidade da memória, e a transformação da mesma em um componente da identidade, é um pilar estruturante de qualquer sociedade como observa Joel Candau (2014), em sua obra “Memória e identidade”. Para o autor, os lugares, os escritos, as comemorações e os monumentos são fundamentais para a transmissão de lembranças. Essa estrutura foi abalada na Síria e, mesmo após o enfraquecimento dos grupos jihadistas e a quase total eliminação do *Daesh*, ainda não é possível mensurar as consequências e impactos causados por esta ação.

Há uma clara amostra da representação do quesito da destruição do patrimônio do país proferido por alguns dos moradores, obrigados a saírem dos seus lares de origem para se refugiarem na Europa. Um exemplo é o caso das irmãs Nour e Bayan, da capital Damasco, que fugiram da guerra na Síria e hoje moram em Paris. Para elas, antes do conflito: “o patrimônio cultural tocava cada sentido, da sensação das antigas paredes de pedra sob suas mãos e do delicado cheiro de jasmim no ar, ao chamado melódico para as preces ressoando em nossos ouvidos” (UNESCO, 2017, p. 11). O relato das irmãs sírias transforma a interpretação distante, dos analistas do conflito e de seus impactos para o país, em algo mais próximo de uma realidade, pois nesse relato estão laços, memórias, enfim, laços afetivos de quem viveu no país.

Ao analisar o processo de reconstrução de uma narrativa nacional, Hélène Piralian, psicanalista de origem armênia, refletiu sobre esta questão ao tratar do genocídio armênio e da questão da sua representação. Para ela, a simbolização do evento implica a “(re)construção de um espaço simbólico de vida” (PIRALIAN, 2000, p. 21 *apud* RICŒUR, 2007, p. 98).

Essa ideia de quebra, no sentido de destruição de coesão política de uma territorialidade, é encontrada em diversos autores que trabalham e desenvolvem a questão da memória e da identidade. Dentre eles, destacamos Pierre Nora em sua obra “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, em que assinala sua gravidade:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento [de] que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter

aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados [...] são bastiões sobre os quais se escora.¹³ (NORA, 1993, p.9)

A destruição do patrimônio causada pelo *Daesh* não parece algo a esmo, mas cuidadosamente encenada e sustentada por elementos da teologia que contribuíram com o embasamento da sua propaganda. É dessa maneira que o artigo intitulado “*Erasing history: why Islamic State is blowing up ancient artifact*”, aponta citando uma fonte do *Daesh*:

Descobrimos que a destruição do patrimônio causada pelo EI não foi apenas muito deliberada e cuidadosamente encenada, mas sustentada por três estruturas específicas e claramente articuladas. Em primeiro lugar, o EI foi para grandes cumprimentos teológicos (se seletivos) para justificar sua iconoclastia. Por exemplo, um filme de *Al-Hayat* documentando a destruição no Museu Mosul e Nínive começa: ‘Oh muçulmanos, os restos que você vê atrás de mim são os ídolos dos povos dos séculos anteriores, que foram adorados em vez de *Allah*. Os assírios, acádios e outros tomaram para si mesmos deuses da chuva, da agricultura e da guerra, e os adoraram junto com Alá, e tentaram apaziguá-los com todos os tipos de sacrifícios’. (ISAKHAN; ZARANDONA, 2017, s.p, tradução nossa).

Essa estratégia, quando submetida a interesses beligerantes, potencializa a destruição, aprofunda o caos social e arrasta a região para uma crise sem prazo definido, que tem sido considerada pelos veículos de mídia, como vimos até então, como a maior catástrofe do século XXI no âmbito do patrimônio, ainda que outros eventos isolados tenham tido forte impacto na mídia e na memória social das nações, como o caso da catedral parisiense em 2019 e a destruição de grande parte do acervo científico do Museu Nacional – UFRJ, do Brasil (SÁ et al., 2018), considerada a primeira instituição científica do país, funcionando como unidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O fogo também consumiu as entranhas do edifício histórico em que a instituição é sediada, que também já foi residência oficial do governante do Império do Brasil durante a segunda metade do século XIX. Apesar de o governo ter concluído que o incêndio não foi criminoso, a catástrofe foi alvo de considerações pesarasas pela mídia internacional e brasileira e mais fortemente para a comunidade científica do país. Os prejuízos para a cultura nacional e para a humanidade são inestimáveis, conforme relato de Sá et al (2018):

[...] tratava-se de um incêndio de enormes proporções. As notícias eram

dilacerantes para profissionais e estudantes da instituição, que celebrava seus dois séculos de existência no mesmo ano do desastre: o acervo de 20 milhões de peças, de valor inestimável para diferentes áreas científicas, como arqueologia, biologia, paleontologia, antropologia física e cultural, etnologia, história e botânica, estava quase inteiramente destruído. O Museu abrigava biblioteca e coleções biológicas e documentais; afrescos; fósseis; artefatos de diferentes sociedades pré-colombianas, ameríndias, indígenas, africanas, egípcias e etruscas. Do seu acervo, constavam o crânio de Luzia, o fóssil humano mais antigo das Américas; o meteorito de Bendegó, descoberto no século XVIII, e muitas outras peças que encantaram gerações de visitantes. O próprio prédio histórico, o Palácio de São Cristóvão, um dos maiores patrimônios culturais do país, ficou em ruínas e mal deteve a sua fachada (SÁ et al, 2018, p. 1).

Por outro lado, há que se considerar que a questão do patrimônio, do ponto de vista dos interesses do *Daesh*, envolve também um aspecto de viés administrativo e econômico, nas regiões do Iraque e Síria que caíram sob seu controle. Trata-se da venda de artefatos e antiguidades no mercado ilegal, um dos maiores do mundo. Do mesmo modo, cabe ressaltar que 90% do patrimônio cultural do povo sírio encontra-se em áreas de conflito, o que contribui para sua vulnerabilidade.

Sobre o tráfico de artefatos, o arqueólogo John Russell afirmou ao *International Herald Tribune* que, entre março de 2003 e o início de 2005, de 400 mil a 600 mil antiguidades podem ter sido saqueadas do Iraque, com um valor entre US\$ 10 milhões e 20 milhões. (UNESCO, 2017, s.p). Em virtude disto, em 2015 o Conselho Internacional de Museus emitiu um comunicado em que alertava museus e colecionadores do mundo inteiro para terem atenção sobre a procedência das obras que estavam adquirindo.

Pode-se imaginar a imensa dificuldade em documentar de maneira satisfatória o que circula no mercado ilegal, o que se agrava, no caso específico do tráfico de antiguidades promovido pelos integrantes do *Daesh*, tendo em vista a profundidade do conflito em que participa uma expressiva quantidade de grupos e facções envolvidos em alianças constantemente cambiáveis. Isso tudo é ampliado exponencialmente e torna toda a questão mais complexa quando a guerra e comércio de obras são interdependentes. Soma-se a isso o fato de que a região fronteira entre Síria e Iraque é repleta de sítios e artefatos ainda inexplorados por pesquisadores. Ademais, mesmo em tempos normais estes sítios não contam com a devida segurança, o que se agrava em tempos de beligerância.

O diretor de programas e parcerias do Conselho Internacional de Museus

(ICOM), France Desmarais, expressou à época o seu sentimento sobre as atividades desenvolvidas pelo grupo jihadista: “Estamos vendo a maior destruição do patrimônio cultural em larga escala desde a Segunda Guerra Mundial e teremos que fazer alguma coisa a respeito disso” (MYERS; KULISH, 2016, s.p).

Acredita-se que o percurso desses artefatos alcança compradores nos mais variados países do centro da Europa e também nos Estados Unidos. Os negociantes exploram o mercado ilegal de antiguidades para mover objetos que vêm sendo pilhados há anos em meio aos conflitos na Síria, Iraque, Líbia, Iêmen e Egito, dizem oficiais e especialistas, fazendo com que artefatos ganhem legalidade para o mercado formal e coleções (MYERS; KULISH, 2016, s.p).

O comércio ilegal de obras e artefatos tem um fluxo contínuo, pois, há compradores e mecanismos de trazer as obras da ilegalidade para a legalidade. A região da Mesopotâmia é um dos alvos preferenciais para este tipo de atividade, tendo em vista que a região é um lugar de encontro e troca de civilizações.

Além de Palmira, diversas regiões e cidade vulneráveis ao contrabando de obras e artefatos antigos, uma delas é a cidade de Apamea, rica cidade comercial do século III, que foi bastante saqueada desde o início dos distúrbios no país em 2011, antes mesmo do *Daesh*. Imagens de satélite mostram dezenas de poços escavados nos sítios, onde mosaicos romanos previamente desconhecidos foram encontrados e removidos para venda e o grupo *jihadista* manteve e aprofundou a pilhagem destes espaços, já iniciada em 2011.

Algumas relações anteriores à guerra, entre o governo sírio, liderado pelo partido *Baath*, e alguns países europeus, eram absolutamente amistosas e de cooperação em diversas áreas, incluindo pesquisas acadêmicas. É o caso da Itália, que mesmo durante o auge do conflito manteve laços de mutualidade com o país árabe, quando a situação do governo parecia irreversível do ponto de vista da sua manutenção.

Neste contexto, em setembro de 2015, auge da ocupação do *Daesh* na cidade de Palmira, o Templo de Bel foi completamente destruído pelo grupo terrorista, o que levou o governo italiano a pressionar os órgãos multilaterais, através da UNESCO, a criar uma espécie de “força-tarefa”, então intitulada de “capacetes azuis”, para auxiliar na proteção do patrimônio, como apontam Isakhan e Zarandona (2017):

Em 1º de setembro de 2015, o Instituto das Nações Unidas para Formação Profissional e Pesquisa (UNITAR) publicou fotos de satélite

mostrando que os Jihadistas do grupo EI haviam destruído o Templo de Bel em Palmira. O edifício principal desse sítio do patrimônio mundial da Síria não existe mais! Logo depois, a Itália propôs à Assembleia Geral da ONU a ideia de criar os “Capacetes Azuis para a Cultura”. Em fevereiro de 2016, a Itália assinou um acordo com a UNESCO para criar a primeira força-tarefa de emergência para a cultura, formada por especialistas civis e por carabinieri italianos (ISAKHAN; ZARANDONA, 2017, s.p, tradução nossa).

Ainda que no campo político pesados atores locais e regionais insistissem na palavra de ordem “*Assad must go!*”, referindo-se à liderança política do presidente sírio Bashar Al Assad e ao apoio à política regional da resistência, no campo cultural e da proteção do patrimônio houve uma mudança nas relações. Por conta dessa pressão, aprofundada através da perplexidade dos atos de horror provocados pelo grupo jihadista, os processos de mobilização no campo da cultura e do patrimônio passaram a se intensificar de modo a garantir a proteção dos sítios sírios.

Em seguida aos italianos, os Emirados Árabes também sinalizaram a sua preocupação e passaram a somar esforços na mesma linha, como aponta o artigo da UNESCO:

Depois os Emirados Árabes Unidos, juntamente com a França, realizaram uma conferência internacional sobre a proteção do patrimônio cultural em tempos de conflitos armados, sob os auspícios da UNESCO. Em dezembro de 2016, representantes de mais de 40 países se encontraram em Abu Dhabi para reafirmar sua “determinação comum de salvaguardar o patrimônio cultural em perigo de todos os povos, contra sua destruição e o tráfico ilegal” e também reiterar as sucessivas convenções que, desde 1999, “requerem que protejamos a vida humana, bem como os bens culturais, em tempos de conflitos armados. (UNESCO, 2017, p. 10)

Isso imediatamente trouxe ânimo não apenas àqueles que se importavam com a situação do patrimônio na Síria, mas contribuiu também para reforçar a atenção internacional com relação à guerra em si, com seus milhões de refugiados internos e externos, e seus 500 mil mortos, segundo fonte do Observatório Sírio de Direitos Humanos.

Não é possível afirmar com certeza se a mudança de cenário na guerra foi o elemento que proporcionou uma outra perspectiva de relações quanto à proteção do patrimônio. Contudo, parece absolutamente plausível relacionar tais eventos, tendo em vista que a primeira notícia de que os russos estacionaram os seus caças se dá exatamente no mesmo mês de setembro:

A campanha russa na Síria teve início no segundo semestre de 2015, mais precisamente em 29 de setembro, de modo que um conjunto de

interesses podem ser expressos nesta ação que vão desde a base militar russa em Latakia na região ocidental do país e na fronteira com a Turquia, até as novas arrumações geopolíticas pretendidas pelos serviços de inteligência das potências ocidentais, passando pela real ameaça terrorista que sensibiliza também os russos na questão chechena (NONATO, 2017, p. 70).

Seja como for, o fato é que o novo cenário no terreno de batalha parece ter impulsionado que os países adotassem uma postura mais responsável e mais cuidadosa no que se refere à questão da proteção do patrimônio sírio. Esse sentimento de otimismo fez com que Irina Bokova expressasse sua satisfação, diante da virada de curso que o destino passou a dar para o conflito, afirmando que estava-se despertando “um novo cenário cultural” e sendo construída “uma nova consciência mundial”, surgindo, com o nascimento de “uma nova abordagem para proteger a cultura para a paz e a segurança” (UNESCO, 2017, p. 10).

Imediatamente após a Conferência de Abu Dhabi, a Resolução n. 2347 do Conselho de Segurança da ONU, de 24 de março de 2017, formalizou algumas iniciativas, como a criação de um fundo internacional para bens culturais, bem como uma maior integração entre os serviços de inteligência, para que possam monitorar as relações entre o tráfico de bens culturais e o financiamento de grupos terroristas, bem como entre o terrorismo e o crime organizado.

Há uma curiosa comparação entre a emergência da atenção da comunidade internacional e o que acontece em alguns centros da Europa, entendido de maneira estendida como o Ocidente e todo o resto. A tragédia ocorrida com a Catedral de Notre Dame de Paris, na França, em 19 de abril de 2019, sem sombra de dúvida comoveu mais pessoas de diversas esferas de atuação, se comparada com Palmira.

Sobre este aspecto, o analista de relações internacionais Pepe Escobar, em abril de 2019 ironiza em texto publicado no site “Oriente Mídia” a disparidade de atenção recebida pelas duas situações. Para ele, Notre-Dame, que em muitos sentidos pode ser apresentada como a *Matrix* do ocidente, parcialmente consumida por fogo, recebeu, só no ano passado, um cheque de 2 milhões de euros para restaurar a agulha. Por outro lado, grandes partes de Palmira – oásis legendário da Rota da Seda - fingia seguir o Islã, com a retaguarda protegida por camadas e camadas de ‘inteligência’ ocidental. O ocidente praticamente não deu atenção (ESCOBAR, 2019, s.p).

Com isso é possível refletir sobre as formulações de Edward Said quanto às

relações ambíguas e conflituosas entre o Ocidente e o Oriente, o que, em alguma medida, parece corroborar com a tese do autor. Um intercâmbio desigual, moldado pela pressão e pelo poder político, o Orientalismo é - e não apenas representa - uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o “nosso” mundo (SAID, 1990, p. 24).

A compreensão dessa relação polarizada sobre o Oriente Médio e as culturas asiáticas, em geral é determinante para entender os processos de apelo e mobilização, principalmente quando se trata de catástrofes. A comparação parece inteiramente visível quando colocadas lado a lado, ao que parece atingir os sentimentos das pessoas de modo geral. Com a mobilização internacional centrada em recomendar ou se posicionar a partir de debates na UNESCO pela preservação de sítios arqueológicos e de seu entorno, com eventual uso de forças armadas especiais para este fim, duas tarefas eram cumpridas em um único lance:

a) apontar para as eventuais forças políticas e econômicas interessadas que, se preciso fosse, o patrimônio cultural seria defendido (ou tomado preventivamente para proteção, nos termos das cartas patrimoniais sobre situações de conflito) nos mesmos moldes que o patrimônio econômico, isto é, pela força; e b) garantir, para os diferentes participantes do teatro político internacional, a possibilidade de reaver ou, pelo menos, solicitar o ressarcimento dos bens culturais que tenham sido expropriados durante o conflito.

2.3 Palmira e a tutela patrimonial diante do Direito Internacional

O patrimônio cultural conta com a proteção, sem períodos de conflitos, de um conjunto de normas e convenções elaboradas através de regulações internacionais que foram se adaptando e se aprimorando ao longo das últimas décadas. Esses instrumentos são discutidos conjuntamente pelos Estados que aderem às normativas e ratificam os seus aspectos inscritos.

Cada convenção internacional diz respeito a um escopo específico de aplicação, que geralmente é determinado por: i) seus Estados partes (ou seja, os Estados que assinaram / ratificaram), ii) o período de tempo que abrange desde as convenções, visto que geralmente não se aplicam retroativamente, e iii) seu objeto (por exemplo, bens culturais, conforme definido na convenção) (NEGRI, 2016).

Apesar das variações regionais e locais na legislação, e apesar do caráter

não vinculante das convenções, elas são juridicamente vinculantes e uma certa quantidade de consenso pode ser alcançada. Em geral, sob a lei do conflito armado, a herança cultural estaria protegida contra qualquer ato de hostilidade, desde que não seja usada ao mesmo tempo para fins militares.

O conflito que acomete atualmente a Síria tem um peso relevante na geopolítica mundial, o que complementa a complexidade da conjuntura na qual Palmira está inserida, trazendo à tona os riscos que isto representa para o seu patrimônio. Os inúmeros crimes de guerra cometidos pelo *Daesh*, direcionados à cidade de Palmira, também podem ser enquadrados em um conjunto de tipificações jurídicas, como aponta Vicent Negri, em seu artigo “Estudo jurídico sobre a proteção do patrimônio cultural por meio das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: O patrimônio cultural sob o prisma da resolução 2199 (2015) do Conselho de Segurança”:

Esse ato [do *Daesh*] já é qualificado como crime em virtude do direito internacional costumeiro e, em particular, do Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia. Ademais, o Tribunal Militar Internacional [Tribunal de Nuremberg], a jurisprudência deste Tribunal Internacional e o relatório da Comissão de Direito Internacional (CDI) de 1991, entre outros, todos consideraram que a destruição de edifícios consagrados à religião constitui, sem equívoco, um ato de perseguição no sentido de crime contra a humanidade (NEGRI, 2016, pag. 4).

Os aspectos normativo, patrimonial, identitário e geopolítico, são componentes de uma mesma narrativa, que visa a demonstrar a sofisticação da ação do terrorismo contra as soberanias nacionais. O componente legal, que trataremos a seguir, explicita um conjunto de regras e obrigações que comprometem todos os lados beligerantes. Cabe ressaltar aspectos cruciais, que ajudam a entender de que modo se dá a proteção ao patrimônio que está em um lugar de conflito¹:

- i) A obrigação de cada parte no conflito de respeitar a propriedade cultural.
- ii) Cuidado especial deve ser tomado em operações militares para evitar danos a edifícios dedicados à religião, arte, ciência, educação ou fins de caridade e monumentos históricos, a menos que sejam objetivos militares essenciais. Os bens de grande importância para o patrimônio cultural de todo povo não devem ser objeto de ataque, a menos que imperativamente exigido pela necessidade militar.
- iii) A proibição de usar bens culturais de grande importância para fins que possam expô-los à destruição ou danos, a menos que

¹ Alguns desses aspectos já foram expostos anteriormente, mas aqui consideramos importante apresentá-los em seu conjunto.

- imperativamente exigido por necessidade militar.
- iv) A obrigação de cada parte no conflito de proteger a propriedade cultural.
 - v) Todas as apreensões ou destruições ou danos intencionais feitos a instituições dedicadas à religião, caridade, educação, artes e ciências, monumentos históricos e obras de arte e ciência são proibidas. Qualquer forma de roubo, pilhagem ou apropriação indevida de, e quaisquer atos de vandalismo dirigidos contra, propriedade de grande importância para a herança cultural de todas as pessoas é proibida.
 - vi) A obrigação da potência de ocupação de impedir a exportação ilícita de bens culturais do território ocupado e devolver as propriedades ilicitamente exportadas às autoridades competentes do território ocupado (HERITAGE FOR PEACE, 2015).

Os três primeiros elementos são aplicáveis em conflitos armados internacionais, não nacionais, já o quarto, somente em conflitos armados internacionais (HENCKAERTS et al., 2005). Hipoteticamente, qualquer grupo político que tenha se levantado em armas para combater um governo ou uma intervenção estrangeira deve respeitar essas convenções.

As convenções mais importantes relacionadas à proteção do patrimônio cultural são:

a) Convenção de Genebra (1949) e os Protocolos Adicionais I e II (1977) que proíbem a pilhagem e a destruição de bens culturais por forças invasoras ou ocupantes;

b) A Convenção de Haia (1954), com seus Primeiro e Segundo Protocolos (1954 e 1999), que é o único instrumento internacional destinado especificamente à proteção do patrimônio cultural durante um conflito armado e ocupação, e define as circunstâncias sob as quais a propriedade cultural pode ser atacada, bem como métodos para sua proteção;

c) Convenção da UNESCO (1970), que é a convenção internacional mais amplamente ratificada que existe sobre a questão do tráfico ilícito de bens culturais;

d) Convenção do Patrimônio Mundial (1972), que estabelece os deveres dos Estados Partes na identificação de locais potenciais de importância proeminente para a humanidade e seu papel em protegê-los e preservá-los, bem como proteger seu patrimônio nacional;

e) Convenção sobre Objetos Culturais Roubados ou Ilegalmente Exportados (1995);

f) O Direito Penal Internacional, que permite o julgamento de criminosos de guerra individuais por atos destrutivos ou operações contra o patrimônio cultural, e

g) A Lei Internacional dos Direitos Humanos, que garante o direito de participar na vida cultural e de preservar o patrimônio cultural. (NEGRI, 2016.)

Algumas dessas convenções foram adotadas pela Síria, ao longo do desenvolvimento destas políticas de órgãos multilaterais, com consequências sobre a proteção ao patrimônio. São elas:

a) Convenção de Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado e regulamento de sua execução, adotada em Haia, em 14 de maio de 1954. Na Síria entra em vigor em 1958.

b) Protocolo à Convenção, adotado em Haia, em 14 de maio de 1954. Na Síria entra em vigor em 6 de março de 1958.

c) Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais, adotada em Paris, em 14 de novembro de 1970. Na Síria, entra em vigor em 21 de fevereiro de 1975.

d) Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada em Paris, em 16 de novembro de 1972. Na Síria entra em vigor em 13 de agosto de 1975.

e) Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro 2003. Na Síria entra em vigor em 11 de março de 2005.

f) Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Na Síria entra em vigor em 5 de fevereiro de 2008 (NEGRI, 2016).

Contudo, há que se destacar que, no caso do Iraque vizinho à Síria, o país não é signatário do Protocolo 1, sendo que a Síria o fez em 1983. Mas, em se tratando das ações do grupo jihadista, que não apenas não respeita qualquer tipo de convenção internacional, porque não constitui um governo formal e reconhecido por nenhum país, mas propositadamente as ataca, estas medidas são totalmente ineficazes. A ação de força dos atores e dos órgãos multilaterais é a medida mais adequada para retomar a estabilidade e devolver à nação em questão paz e normalidade.

3. BATALHAS DE PALMIRA: PATRIMÔNIO CULTURAL EM FOGO CRUZADO

Neste capítulo, trataremos dos episódios envolvendo às ocupações militares de *Tadmor* e o impacto destas sobre os sítios arqueológicos de Palmira, seja pelo *Daesh* ou pelas forças sírias e aliadas, no período compreendido entre a primeira incursão do *Daesh* na região, em 2015, e a última vez em que a cidade foi palco de ofensivas, em 2017, quando a Síria recuperou o controle sobre o território, a cidade e os sítios arqueológicos.

Abordaremos os desdobramentos mais relevantes e as reações internacionais, políticas e militares, aos eventos, mobilizadas pelas atrocidades do *Daesh* e motivadas a atuar na recuperação do território tomado pelos jihadistas à Síria e no socorro às pessoas e salvaguarda dos patrimônios neles localizados. Para tanto, recorreremos às reflexões do antropólogo Ömür Harmanşah (2015) sobre o que ele chamou de “política de terra arrasada” praticada pelo *Daesh*, com requintes visuais de crueldade, que o pesquisador recusa entender como “apenas” iconoclastia, mas sim como manifesto político-ideológico de cunho violento, a que Harmanşah chama, recorrendo à palavra-conceito usada em exposição organizada pelo filósofo Bruno Latour (2008), “*iconoclash*”.

Além disso, tecemos apontamentos pertinentes à incidência do conflito diretamente sobre o patrimônio cultural sírio, utilizando fontes relacionadas aos eventos, quais sejam, os documentos oficiais, isto é, aqueles expedidos pelas entidades supranacionais e nacionais, seus órgãos executivos, diplomáticos, governamentais e agências estatais de notícias, bem como referências acadêmicas, jornalísticas e de organizações não governamentais.

3.1 “Governança” do Daesh, da política da terra arrasada à iconoclash

A política de terra arrasada é um tipo de operação militar que consiste em destruir tudo que possa ser útil à força oponente. Podem ser alvo desta política quaisquer coisas, incluindo sistemas de transporte, comunicações e abastecimento, fontes de água e alimento, causando devastação enorme. A prática é proibida pelo Protocolo 1/1977 Adicional à Convenção de Genebra de 1949, mencionada anteriormente, pelo seu caráter extremamente violento e de difícil reversão, em muitos casos, em especial no que se refere aos danos ao meio ambiente e aos recursos

naturais, às estruturas que sustentam a vida das comunidades e à própria dinâmica de vida das populações locais.

A política da terra arrasada não se confunde, todavia, com a destruição punitiva, outra modalidade militar, cuja aplicação que consideramos mais emblemática foi a destruição quase completa, por bombas atômicas, das cidades de Hiroxima e Nagasaki pelos Estados Unidos, após a rendição formal do Japão. A destruição punitiva, que não é objeto deste trabalho, pode ocorrer em conjunto com a política de terra arrasada, causando devastação muito maior que o uso de apenas uma das duas formas de destruição militarmente planejada.

A destruição punitiva tem também um caráter muito mais político que militar, na medida que é uma ação considerada desnecessária e do ponto de vista de uso de recursos, sendo uma demonstração de poder com consequências muito mais graves que a guerra que a precedeu. A política de terra arrasada, por sua vez, pode ser utilizada como tática militar independentemente dos desdobramentos da atuação dos agentes políticos, ainda que no caso aqui analisado, ambas as opções são válidas, isto é, há interesse militar e político na aplicação de uma política de terra arrasada, ainda que direcionada a certos objetos e pessoas, por parte do *Daesh*.

Como dissemos, a política de terra arrasada é um processo planejado, mas que se concretiza durante o andamento do conflito. No caso dos ataques a Palmira, não se aplica esta política de maneira extensiva, na medida que são poupadas outras estruturas urbanas de Tadmor, à exceção da prisão, como vimos, reiterando o interesse de uso pelo próprio *Daesh* destes recursos, que são escassos no contexto geográfico em que se encontra *Tadmor*.

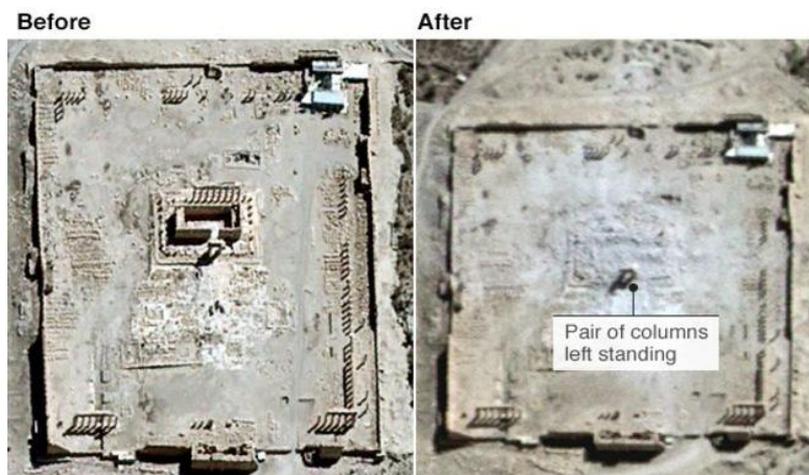
Cabe ressaltar que as pessoas e estruturas escolhidas pelo *Daesh* como forma de simbolizar esta terra arrasada foram, neste caso, maioritariamente escolhidas dentre aquelas que tinham relevância política no contexto de Tadmor, quais sejam, o diretor do órgão responsável pelo trato das antiguidades e os responsáveis pelo funcionamento da prisão.

O *Daesh* adotou uma forma peculiar de política de terra arrasada, que se volta não aos recursos úteis aos inimigos em termos de sobrevivência e acesso a recursos, como já observamos, mas buscam, sim, o apagamento de povos e de seus patrimônios culturais, a que chamaremos de política de cultura arrasada, embora suas implicações mais sinistras possam parecer menosprezadas pelo uso da palavra cultura, sua adjetivação demonstra o caráter hostil desta composição conceitual.

Pode ser objeto de ressalva considerar a explosão da prisão de Tadmor como um dos atos de cultura arrasada. Entretanto, é fato que muitos dissidentes jihadistas foram encarcerados pelo governo sírio nesta prisão, sendo que sua detonação simbolizou, de certa maneira, pelo menos para os membros do *Daesh* que ali estiveram aprisionados, uma espécie de “Queda da Bastilha Síria” (a comparação se dá apenas neste texto, porque claramente jamais seria feita como tal por um militante jihadista, por exemplo), resguardadas as dimensões de cada um dos momentos históricos postos em diálogo neste parágrafo.

Os ataques que resultaram na destruição parcial do sítio arqueológico, que por sua vez, receberam atenção diversa e repercutiram na mídia ocidental e nos órgãos internacionais, tiveram sua notícia e divulgação utilizadas pelo governo sírio para angariar aliados para enfrentar o próprio *Daesh* e serviram, ao mesmo tempo, para divulgar, de certa maneira, a propaganda *jihadista* incutida na imagem do patrimônio histórico (uma ruína por si mesmo) reduzido a nada por explosivos. Produziu-se um vazio que representa um certo tipo de triunfo e a imagem deste vazio se torna repleta, como um registro da ação do *Daesh*, isto é, uma tentativa de apagamento da memória, mas que deixa para citar os termos de Ricoeur (2007), no caso, o patrimônio cultural de *Tadmor*.

Vê-se na Figura 5, um exemplo prático do resultado da aplicação da política da terra arrasada que o *Daesh*, assim como outros grupos políticos e religiosos extremistas, aplicam ao patrimônio cultural na cidade histórica de Palmira. Mais adiante, trataremos mais detalhadamente sobre o impacto destes ataques diretos e propositais do *Daesh* aos sítios arqueológicos, assim como das sucessivas ofensivas militares que tiveram lugar em *Tadmor*.

FIGURA 5: Templo de Bel antes e depois da *iconoclash*.

Fonte: BBC (2016).

O sítio arqueológico de Palmira surgiu de escavações no entorno de vestígios da cidade antiga que se erguia dentro do oásis de Tadmor. Em grande medida, sua constituição enquanto patrimônio cultural se deve a este esforço, primeiramente de interessados em termos econômicos, isto é, pelo comércio ilegal de artefatos, depois, o interesse fica mais voltado à preservação e ao exercício científico da arqueologia, da antropologia e da história; e, por fim, o retorno à exploração econômica, por meio do turismo voltado às ruínas da cidade histórica.

Todos são fatores relevantes, em conjunto com a existência da *Tadmor* moderna, tanto para a ocupação humana desta localidade mais recuada em relação às áreas mais densamente povoadas da Síria, em razão do deserto existente na região, como para a destruição social e cultural do sítio arqueológico ali colocada em prática pelo *Daesh* numa ação planejada que foi iniciada, como observado, nos ataques ao patrimônio cultural de Mossul (bibliotecas públicas, universidades e templos de diversas religiões), em especial do sítio arqueológico da cidade histórica de Nínive, situada igualmente próxima ao espaço urbano da cidade norte-iraquiana. Assim, houve um apelo à ação do governo sírio e seus aliados de operações com vistas à retomada do controle de *Tadmor* e seu entorno urbanizado, sem a qual dificilmente seria possível evitar maiores danos além dos causados no período das ocupações pelo *Daesh* (2015-2017).

Ao avaliar o tipo de destruição perpetrada pelo *Daesh*, em especial naquelas em que há exposição midiática dos atos destrutivos, Harmanşah (2015) tem uma visão cética quanto ao que considera uma suposta iconoclastia de cunho religioso do

Daesh, representada, segundo uma narrativa ocidental mencionada por ele, nos vídeos gravados pelos membros do *Daesh* e divulgados na *internet*, com cenas das destruições praticadas pelo grupo sendo classificadas, por este motivo, de iconoclastas.

Harmanşah refuta o uso da expressão com um pensamento bastante eficaz a respeito do uso de recursos visuais (apenas visuais para as destruições de patrimônio cultural, mas audiovisuais, mais especificamente, no caso das decapitações de pessoas) para atingir um objetivo iconoclasta. Destacamos a seguinte reflexão do antropólogo:

Gostaria que tratássemos os vídeos do ISIS não como itens de pesquisa arquivística, algo a ser minerado em busca de informações objetivas, mas como artefatos do discurso ideológico, o que nos permitirá questionar sua condição documental. Ao fazer isso, também podemos desafiar o rótulo de documentário do vídeo, apontando seu caráter performativo (HARMANŞAH, 2015, p. 173).

O fato de que o grupo estava praticando atos registrados em seus vídeos que foram considerados por alguns como iconoclastas, afirma Harmanşah, também é uma escolha feita pelo *Daesh*, não porque os atos representem o desejo de expressar ódio aos ícones que o *Daesh* escolhe e destrói, mas especificamente com o interesse de divulgar sua própria identidade, a partir do que o pesquisador chama de “espetáculos de destruição”, por mais repulsiva que seja e pareça uma ideia como esta.

O registro audiovisual de decapitações e detonações de patrimônios e de estruturas civis, torna os atos de guerra verdadeiros espetáculos, em que o objetivo principal é um produto violento, a destruição. Os espetáculos de destruição *jihadista* no Levante foram documentados amplamente pela mídia quando de sua ocorrência, mas tiveram seu conteúdo removido da maior parte dos locais da *internet* que os continham.

Foram mencionados de maneira selecionada neste trabalho alguns dos resultados destes espetáculos, na forma de figuras em alguns casos, que servem para os fins acadêmicos da discussão presente, e na forma narrativa em outros, dado o caráter de propaganda de certos conteúdos veiculados diretamente pelo *Daesh*, com o que concordamos com a expressão de Harmanşah e entendemos que não devem ser divulgados, na íntegra ou parcialmente.

Ao recusar o rótulo de iconoclastia aos ataques do *Daesh* a pessoas e ao

patrimônio, Harmanşah reafirma que a centralidade da imagem nos atos do *Daesh* requer outra abordagem, que possa evidenciar essa dupla condição dos atos de seus espetáculos de destruição:

[...] rotular os atos do ISIS como iconoclastia ingenuamente os categoriza como atos atemporais contra a figuração. Pelo contrário, considero-os atos performativos de produção de imagens de violência na esfera pública, ao mesmo tempo que utilizam as ferramentas discursivas de quebra de imagem nessa performance em particular, citando histórias de iconoclastia. Eu prefiro ver o trabalho destrutivo do ISIS operando no reino do que Bruno Latour famosamente chamou de "*iconoclash*" – as guerras de imagens contemporâneas e perpétuas na esfera pública, tanto destrutivas quanto construtivas, e impulsionadas por tecnologias avançadas de hipermodernidade capitalista, mobilização de novas mídias e a economia global do consumo extensivo e regeneração de imagens violentas (Latour 2002). Nesse sentido, vejo o ISIS não como um fenômeno religioso anacrônico, mas como emergindo da própria cultura dinâmica de nosso momento supermoderno. É por meio de um envolvimento crítico com esta hipermodernidade que podemos desenvolver as ferramentas intelectuais necessárias para responder responsabilmente a um fenômeno como o ISIS, que continua a tirar vidas e aniquilar comunidades locais enquanto estou a escrever (HARMANSAH, 2015, p. 176).

As ideias de tradição e patrimônio, como vimos, vêm de iniciativas capitaneadas pelas nações ocidentais, o que pode sugerir que a *iconoclash* jihadista responde, de certa forma, aos discursos de conservação e proteção de inspiração ocidental, materializados discursivamente nas resoluções aprovadas pelos órgãos internacionais. Neste sentido, Latour (2008) reflete sobre a maneira com que agem os iconoclastas "clássicos", na medida que sua ação não é necessariamente destrutiva, mas de marcação de posição, de modo que a destruição é a diferença básica entre a iconoclastia e a *iconoclash*:

E o que aconteceu que possa explicar que, após cada ícono-crise, um cuidado infinito seja posto em ação para restaurar as estátuas despedaçadas, salvar os fragmentos, proteger os escombros? Como se fosse sempre necessário desculpar-se pela destruição de tanta beleza, de tanto horror; como se de repente não se tivesse certeza do papel e da causa da destruição que, antes, parecia tão urgente, tão indispensável; como se o destruidor tivesse, de repente, se dado conta de que algo além houvesse sido destruído por acidente, algo em relação ao qual uma reconciliação fosse agora devida. Não são os museus os templos nos quais sacrifícios são feitos para se pedir desculpas por tanta destruição, como se quiséssemos de repente parar de destruir e estivéssemos começando o culto indefinido de conservar, proteger, reparar? (LATOURE, 2008, p. 1).

Recorremos também à ideia de *iconoclash* aqui, assim como recorreu

Harmanşah, para apresentar o funcionamento da política destrutiva do *Daesh* em todas as matérias, aplicando de forma estrita os preceitos da *sharia*, ao atuar de forma violenta para reprimir os grupos não seguidores destes preceitos do próprio Islã. Mas tudo isso é feito com clara orientação para a divulgação ampla desta atuação, tanto para a população dos territórios ocupados, a partir da exposição de pessoas presas e de seus corpos assassinados e mutilados em praça pública, como para a destruição de espaços públicos relacionados com as comunidades indesejadas nos territórios sob o regime do *Daesh*.

Em outras palavras, a divulgação dos atos de vandalismo e de destruição de bens culturais para públicos amplos serve como forma de registro desta destruição da *iconoclash* jihadista e, de certa forma, ajuda a construir formalmente, no âmbito dos discursos veiculados para o mundo (falamos aqui prioritariamente das telecomunicações, que abrangem toda a Terra hoje) e sobre o mundo, a política de terra arrasada, que abordamos acima.

A abordagem de Latour não tem caráter eminentemente científico, como dissemos, dado que suas reflexões são do âmbito da Filosofia e da Arte, e não precisam ter. No nosso caso, entretanto, utilizamos a polissemia relacionada com a ideia da *iconoclash* para apontar a ambiguidade que surge de uma avaliação, ainda que superficial, do impacto deste método pouco ortodoxo de propaganda política, que consiste, ao nosso ver, em dois aspectos igualmente relevantes:

a) do choque causado pela violência visual, real, proposital e desejada, como forma de demonstração de poder e de oposição frontal aos ideais daquilo que é destruído em seus vídeos, sejam pessoas ou objetos (o *Daesh* tornou-se famoso, lembremos, por divulgar na *internet* vídeos de assassinatos por decapitação, os quais já foram banidos da *internet* aberta pelo teor de grave violação de direitos humanos, de modo que não podem ser referenciados diretamente aqui, além de divulgar depredações em patrimônios culturais de locais diversos); e

b) o interesse e o sucesso na divulgação massiva, através dos recursos audiovisuais facilitados pelos avanços tecnológicos, de seus ícones (aqui representados pelo próprio *Daesh*, cujo rastro se destaca na documentação da destruição parcial do sítio arqueológico e total da prisão, sem distinção entre patrimônio cultural e demais formas patrimoniais), dando existência e público aos espetáculos da destruição indicado por Harmanşah.

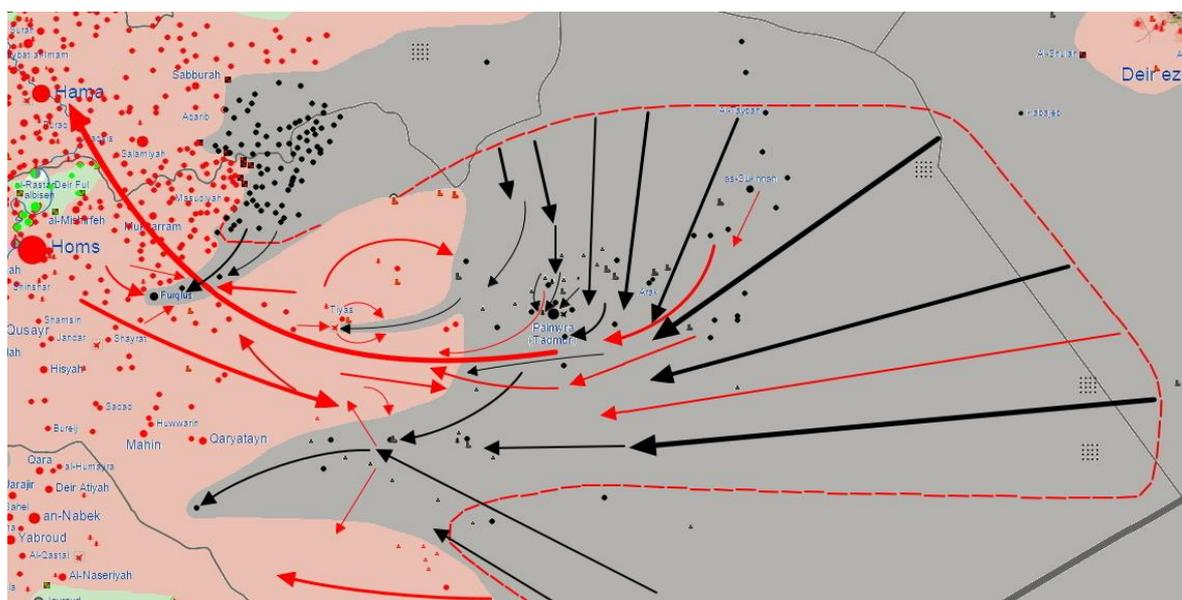
Ao expor a destruição causada por si daquilo que o *Daesh* renega, isto é, o

modelo ocidental de vivência e a convivência do Islã com as outras religiões, parece haver, por parte do *Daesh*, o lançamento de um desafio cultural profundo, porque utiliza os instrumentos privilegiados da ação cultural ocidental (plataformas digitais de compartilhamento de vídeos e redes sociais) para provocar ao mesmo tempo, uma reação, normalmente de repulsa, e criar o sentimento de medo, tanto pela ação violenta em si, quanto pela anulação do conflito ético representada pela exposição da crueldade em forma de vídeo em conhecidas páginas de compartilhamento de vídeos e em redes sociais existentes na rede mundial de computadores. Em outras palavras, mesmo censurada, a *iconoclash* jihadista está *online* e não há como mudar esta condição, senão lidar com ela.

3.2 As cinco “Batalhas de Palmira”

No contexto da Guerra Civil Síria, a primeira ocupação de *Tadmor* pelo *Daesh*, como vimos, ocorreu em maio de 2015 (BBC, 2015), a partir de um cerco à cidade, que convencionaremos aqui chamar de “Primeira Batalha de Palmira”, cuja ofensiva pode ser observada na Figura 9, abaixo.

FIGURA 6: Ofensiva do Daesh sobre Tadmor em 2015.



Fonte: Wikimedia commons (2015, s.p.).

No centro da Figura 6 se encontra *Tadmor*, a oeste, no canto direito da imagem, um ponto vermelho sinaliza Homs, capital da província síria de mesmo nome,

da qual *Tadmor* também faz parte. A vitória do *Daesh* nesta campanha garantiu não somente o uso da cidade pelo grupo por cerca de dez meses, mas também um avanço do controle territorial amplo em direção às áreas mais populosas do país e, eventualmente, em direção a Damasco, capital síria, de modo que o *Daesh* se apoderou de praticamente todo o deserto fronteiriço do Leste sírio.

Apesar de as forças *jihadistas* estarem, quase sempre, em número muito menor que as forças governamentais e aliadas, neste período o *Daesh* impôs, sob forte esquema armado e utilizando a *iconoclash*, a *sharia* às comunidades locais e cidades ao longo de sua passagem, o que gerou uma migração parcial da população síria, dentro e fora de seu território. Além das migrações, o contexto bélico produziu um problema também em termos econômicos, que não se resume ao inventário da destruição, mas se estende sobre a identidade cultural dos povos sírios, como aponta Michael Danti, comentarista do jornal estadunidense *The Washington Post*, cuja reflexão se dá assim que se tem notícia da invasão do *Daesh* a *Tadmor*:

A captura de Tadmor e Palmira aumentou substancialmente as apostas em termos humanitários, estratégicos e de patrimônio. A proteção cultural cuidadosa é uma extensão natural da ajuda ao povo da Síria - não entra em conflito com ela. O patrimônio cultural e o patrimônio cultural da região constituem a pedra angular da identidade cultural e das concepções de comunidade. Antes da guerra, o turismo era um dos pilares da economia de Tadmor, assim como para a Síria como um todo. O tecido cultural da comunidade de Tadmor está ameaçado: mesquitas, santuários, cemitérios, bibliotecas, museus, escolas e centros culturais estão em perigo. Nossos esforços para preservar e proteger a cultura são parte integrante e inextricável da resolução de conflitos, medidas de contraterrorismo e esforços humanitários. O Estado Islâmico definiu as apostas: estamos lutando contra a limpeza cultural e uma ideologia insidiosa e destrutiva em várias frentes em um teatro cada vez mais global. Qualquer pessoa que questione a importância de proteger a cultura no contexto da luta atual pelo futuro do Oriente Médio faria bem em refletir sobre até onde o Estado Islâmico está disposto a ir para limpar todos os vestígios dela. Estas não são apenas “pedras velhas” (DANTI, 2015, p. 1).

O patrimônio de Palmira, assim como outros sítios patrimoniais sírios, tinha sido inserido formalmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (WHC) na lista de patrimônios em risco em 2013 (UNESCO, 2013a), em decorrência da Guerra Civil Síria, garantindo que fosse providenciada sua proteção e evitada sua destruição através dos símbolos internacionais e demais sistemas protetivos promovidos pela ONU, ainda que o pressuposto é que sempre pode haver eventuais danos aos sítios arqueológicos, colaterais ao processo de conflito em si. Todavia, apesar das notícias de contrabando de itens patrimoniais, não houve notícias de grandes destruições

neste período que possam ser comparadas ao que se deu a partir de maio de 2015. Em 27 de maio, pouco tempo depois da captura de Tadmor, o tabloide britânico *The Telegraph* noticiava que, em vídeo, as forças do *Daesh* na cidade teriam dito que não destruiriam os sítios arqueológicos, mas não descartavam a demolição de ícones politeístas (SHAHEEN, 2015).

De fato, o primeiro patrimônio cultural material de que se teve notícia de destruição foi a escultura conhecida como Leão de Al-lāt, cujo estado anterior à demolição pelo *Daesh* pode ser observado na Figura 10 abaixo.

FIGURA 07: Leão de Al-lāt após restauração realizada em 2005.



Fonte: Wikimedia commons (2010).

Depois de uma restauração realizada em 2005, a escultura foi exposta ao ar livre, na entrada do Museu de Tadmor:

Os trabalhos de restauração foram conduzidos pela Direção Geral de Antiguidades e Museus, em cooperação com especialistas e arqueólogos poloneses, a UNESCO e outras organizações internacionais a partir de um plano estratégico para recuperar todos os artefatos antigos e preservar a civilização e patrimônio sírios (SÍRIA, 2017, s.p.).

Consta que, seguindo protocolos e recomendações da ONU sobre o patrimônio em conflitos, que vimos no capítulo 1, a estátua foi protegida por placas metálicas e sacos de areia durante a Guerra Civil (THE GUARDIAN, 2015, s.p.). A destruição pelo *Daesh* ocorreu em 27 de junho de 2015, deixando a escultura bastante danificada, conforme observamos na Figura 8, a seguir.

FIGURA 8: Leão de Al-lat parcialmente destruído no Museu de Tadmor



Fonte: Universidade de Varsóvia (2016)

Tendo passado por duas restaurações, o Leão de Al-lat, originalmente parte integrante de uma das paredes do Templo de Al-lat, sofreria seu terceiro “desmonte” sob a *iconoclash* jihadista:

A escultura de 2000 anos do Leão de Al-lat foi descoberta em 1977. Foi eventualmente reconstruída por arqueólogos Bortosz Markowski e Robert Zukowski em 2005, quando foi movida de seu sítio arqueológico e colocada em um pedestal do lado de fora do Museu Nacional de Palmira. Em julho de 2015, a estátua foi depredada e destruída por terroristas do ISIS (SÍRIA, 2017, s.p.).

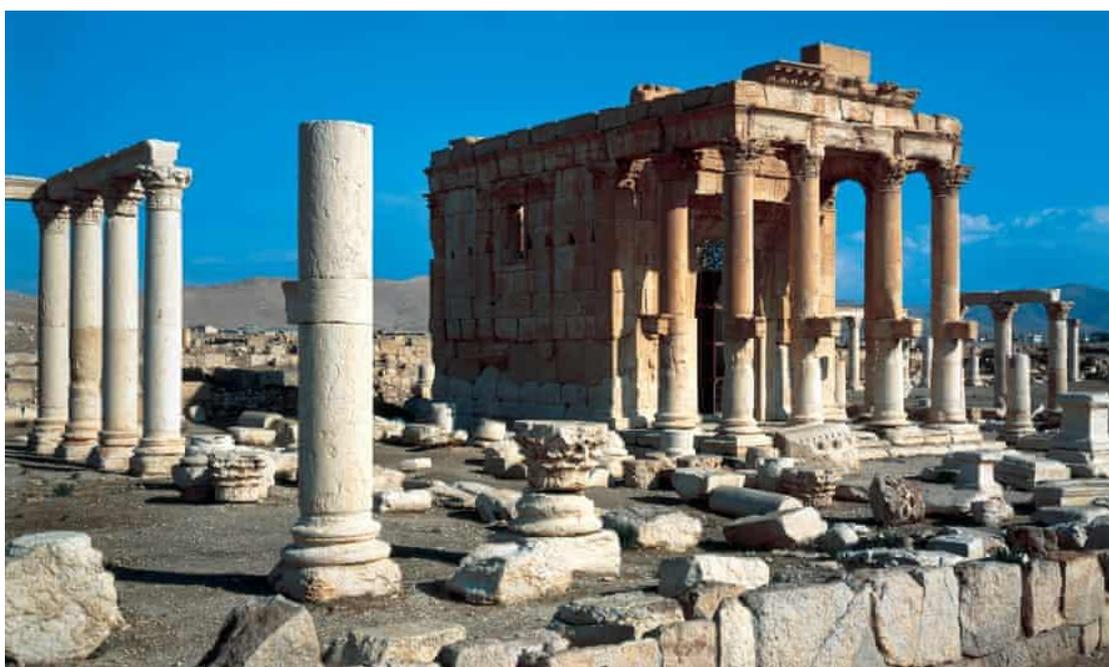
O destino do Leão de Al-lat mudará após a Segunda batalha de Palmira, que veremos adiante. No mesmo período, também foram reportadas pela imprensa

internacional destruições de patrimônios de tamanho menor (BBC, 2015a).

Estima-se que em Tadmor, a partir de 2015, a população diminuiu em cerca de um terço devido à retirada forçada de parte da população. Embora tenha havido preocupação das autoridades internacionais e do governo sírio quanto a esta ocupação de maneira relativamente imediata, a ocupação acabou acrescentando mais pessoas aos grupos de refugiados sírios que se espalharam pela Terra e não foi adequadamente tratada pelo governo sírio, o que ocasionou, em conjunto com outros conflitos regionais, uma crise humanitária de refugiados, cujos desdobramentos já têm sido objeto de estudo (RODRIGUES, 2019).

Entre julho e agosto de 2015, as forças sírias tentam retomar Tadmor, sem sucesso. Neste período, que podemos considerar, na cronologia aqui proposta, como a “Segunda Batalha de Palmira”, a qual resultou em fracasso do governo sírio e na segunda vitória do *Daesh*, que obteve a manutenção da ocupação da cidade e deu continuidade à *iconoclash* nos sítios arqueológicos de Tadmor, como vimos acima. Localizado nas proximidades da entrada da área dos sítios arqueológicos em Tadmor, a edificação principal do Templo de Baal-Shamin era uma das estruturas mais completas entre as ruínas de Palmira, como podemos observar na Figura 9:

FIGURA 9: Templo de Baal-Shamin antes de sua destruição



Fonte: *The Guardian* (2015a).

No dia 23 de agosto de 2015, a mídia internacional repercutiu, mais uma vez

tendo como base vídeos e imagens divulgadas pelo *Daesh*, a destruição do Templo de *Baal-Shamin* com explosivos (BBC, 2015b; THE GUARDIAN, 2015), restando apenas escombros da edificação. Quanto às colunatas do entorno, possivelmente foram poupadas pelo grande esforço que seria a demolição manual e também o alto custo de uso de explosivos para cada parte remanescente do templo e das demais estruturas mantidas intocadas pelo *Daesh*. Na Figura 10, abaixo, registro jornalístico do resultado da ação do *Daesh* feito após a primeira reconquista da cidade pelos sírios.

FIGURA 10: Escombros do Templo de Baal-Shamin



Fonte: *Time* (2016).

Na semana seguinte, o *Daesh* dinamitou o Templo de Bel, principal estrutura templária da antiga Palmira, cujo cenário prévio e posterior à destruição foi apresentado nas Figuras 11 e 12. A figura 11, a seguir, que mostra um panorama do Templo de Bel e seus muros, erigidos sobre uma colina, cercados pelas palmeiras do oásis de Palmira. Nota-se que as ruínas do Templo de Bel conservavam, até 2015, uma área edificada significativa em seu conjunto principal, considerando que sua construção ocorreu há pelo menos dois milênios.

Após a detonação pelo *Daesh*, restou em pé, perseverante, o pórtico que

decorava a entrada principal do templo, ainda que este também tenha sido severamente danificado, ficando sob risco de desabamento (ver Figura 12).

FIGURA 11: Imagem panorâmica do Templo de Bel



Fonte: Syrian Heritage Archive (2021).

FIGURA 12: Pórtico e escombros do Templo de Bel após agosto de 2015



Fonte: Syrian Heritage Revival (2016).

Ainda no período da Segunda Batalha de Palmira, as forças do *Daesh*

destruíram várias torres no Vale das Tumbas, inclusive a chamada Torre de Elabel, considerada o exemplar mais significativo entre os monumentos funerários de Palmira (BBC, 2015c).

Após o recuo das forças sírias da tentativa falhada de recuperar Tadmor na Segunda Batalha de Palmira, o *Daesh* continuou escolhendo alvos nos sítios arqueológicos para “exercitar” a iconoclash. Além de destruir estruturas fortificadas e militares, o que seria esperado de grupos armados envolvidos no conflito, ainda que estas estruturas sejam protegidas pela ONU, os alvos preferidos do *Daesh* permaneciam sendo aqueles atrelados à religião, haja vista os dois templos destruídos que comentamos acima, ambos dedicados a deidades de sistemas religiosos politeístas da Antiguidade, além das tumbas que continham igualmente ícones politeístas. Isto ajudava a manter a aparência de que as ações divulgadas pelo *Daesh* de destruição patrimonial eram “apenas” iconoclastia em larga escala, o que muda levemente quando o alvo passa a ser um monumento, digamos, laico, isto é, dedicado não à religião, mas a outros fins, no caso a políticos e governantes, além de servir às funções urbanísticas e de ornamentação pública de sua época, como veremos a seguir.

FIGURA 13: Arco do Triunfo, conforme restauração datada dos anos 1930

Fonte: Syria Photo Guide (2021).



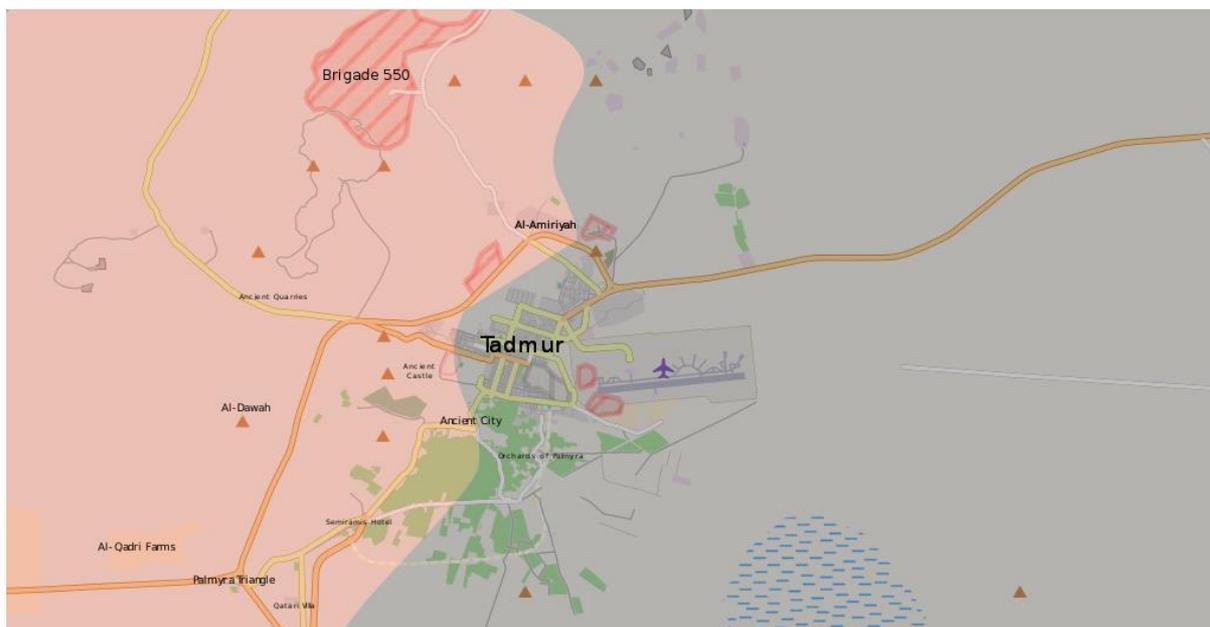
Depois das grandes edificações de cunho religioso do patrimônio cultural

palmireno destruídas ao longo de 2015, em outubro a que serviu de alvo para o *Daesh* foi o Arco do Triunfo, também chamado de Arco Monumental, retratado na Figura 13, acima. Localizado no centro do sítio arqueológico, conectando duas seções da Grande Colunata, a principal e mais ricamente ornada avenida da cidade histórica (que também servia de ligação entre Damasco, Nínive e o norte do território de Palmira, que hoje são a Síria e a Turquia modernas). O Arco Monumental foi restaurado a partir das ruínas encontradas ainda durante a vigência do Mandato Francês da Síria, nos anos 1930, tendo resistido por quase um século a diversas mudanças, inclusive à Guerra Civil que havia iniciado em 2011. Boa parte da estrutura foi destruída por explosivos no dia 04 de outubro de 2015 (THE GUARDIAN, 2015b), tornando mais custosa sua restauração, assim como ocorreu com os templos.

Ocorre, em março de 2016, a “Terceira Batalha de Palmira”, em que as tropas sírias finalmente fazem recuar as forças jihadistas, resultando na retomada de parte do território de Tadmor pelas forças governamentais e aliadas. Todavia, esta situação também será provisória, conforme veremos adiante.

Na Figura 14, abaixo, é possível observar a posição em que se encontra Tadmor no momento em que tropas do governo sírio e aliados (representadas pela cor rosa) disputam palmo a palmo o território com o *Daesh* (representado pela cor cinza), sendo que a cidade se encontra, neste momento, na zona limítrofe de influência entre os dois contendores, o que significa um risco imenso tanto para a população local como para o sítio arqueológico, na medida em que, havendo uso militar do perímetro da cidade antiga por qualquer uma das forças, as chances de destruição, proposital ou não, é grande. Apesar disso, relatórios pós-batalha informaram que não houve prejuízos relacionados diretamente à batalha ao patrimônio do sítio arqueológico de Palmira.

FIGURA 14: Ofensiva das tropas sírias sobre Tadmor em março de 2016.



Fonte: Wikimedia commons (2016)

Em vez das questões relacionadas à crise humanitária, que já estava em curso na Síria desde 2011, o esforço do regime de Assad priorizou a expulsão do *Daesh* da cidade, considerando que o prolongamento da presença jihadista poderia agravar a crise humanitária em Tadmor, certamente, mas poderia também ocasionar mais danos ao patrimônio cultural, seja pela manutenção do território sob poder do *Daesh*, seja pelo fato de as ofensivas de ambos os lados poderem ocasionar danos colaterais no espaço em que ocorrem.

Nota-se que grande parte do sítio arqueológico, assinalado na Figura 14 como Cidade Antiga (*Ancient City*), está sob o domínio das forças sírias, enquanto toda a área urbana de Tadmor (assinalada como *Tadmur* no mapa, sua transliteração do árabe para inglês), inclusive seu grande aeroporto e acessos rodoviários, permanecem sob domínio do *Daesh*.

A retomada do controle territorial de Tadmor se deu em termos de controle sobre entradas da cidade pelos lados oeste e sudoeste, além de estruturas do sítio arqueológico, mas não do território como um todo, sendo que o *Daesh* e as forças sírias permaneceram em combate direto nos arredores de Tadmor.

Percebendo que a Síria conseguiria retomar o controle sobre Tadmor, o *Daesh* decidiu depredar a Cidadela de Palmira, possivelmente tentando inviabilizar seu uso antes de desocupá-la. Na Figura 15, abaixo, nota-se que as paredes externas da Cidadela ficaram marcadas pelos explosivos detonados pelo *Daesh*.

FIGURA 15: Cidadela de Palmira em março de 2016

Fonte: Síria (2016).

O levantamento das destruições promovidas pelo *Daesh* na cidade não pode ser realizado de maneira sistemática pelo governo sírio, dado que, ainda em 2016, ocorre movimentação militar do *Daesh* na região para uma recuperar a ocupação integral da cidade, que veremos a seguir.

Um recuo dos exércitos governamentais e aliados, para concentrar, em meados de 2016, na pacificação da cidade de Aleppo, ao Norte da Síria, resultou em enfraquecimento das defesas do Sul e uma nova ofensiva do *Daesh* contra Tadmor, no que chamamos de “Quarta Batalha de Palmira”, da qual o grupo sairá vitorioso pela terceira vez, ocupando novamente Tadmor no mês de dezembro daquele ano (BBC, 2016b), rumando a partir dali para oeste, em direção à base aérea de Tiyas, conforme observa-se na Figura 16, abaixo.

As setas de cor preta na Figura 16 sinalizam os avanços do *Daesh* (cinza) sobre o território sírio (rosa), ocupando totalmente Tadmor, chegando a criar um cerco sobre a base militar de Tiyas (a “península” rosa, no centro da imagem) e à metade do caminho entre Tadmor e a capital da província, Homs (rosa e verde). A linha pontilhada sinaliza a situação anterior ao avanço do *Daesh* neste quarto episódio. O avanço se deu tanto pela concentração de forças sírias, turcas e russas em Aleppo, enfrentando rebeldes curdos, quanto pela atuação do gruoi jihadista e de forças opositoristas ao governo de Assad, em continuidade à guerra civil iniciada em 2011.

FIGURA 16: Ofensiva do Daesh sobre Palmira em dezembro de 2016

Fonte: Wikimedia commons (2016).

Ao concentrar esforços em obter acesso à base aérea de Tiyas, área parcialmente sitiada a oeste de Tadmor, como vemos na Figura 16, o *Daesh* acabou provando não ter condições de manter posições de defesa e ataque simultaneamente. O que leva, em conjunto com o cessar-fogo e a desescalada da Guerra Civil, à contraofensiva lançada pela Síria e forças aliadas em meados de janeiro de 2017, sendo concluída em março deste ano.

A ofensiva iniciada em 2017 chamaremos de “Quinta Batalha de Palmira”, ainda que tenha sido uma resposta quase imediata à anterior. Neste evento, um contingente muito maior nas forças armadas, nacionais e internacionais, enseja a escalada do conflito em favor da Síria e retira o controle de boa parte dos territórios das mãos do *Daesh*, na medida em que são assassinados os líderes das forças jihadistas, de modo que toda a porção urbana de Tadmor retorna à administração militar síria ainda no primeiro trimestre.

Em janeiro, ainda que, possivelmente não estivessem cientes de que “desfrutavam” de seus últimos momentos de seu domínio terrorista sobre Tadmor, os jihadistas se lançavam tanto à tentativa de assalto à base aérea de Tiyas, quanto à continuidade da política de *iconoclash* a partir dos sítios de Palmira.

Entre os dias 19 e 20 de janeiro, foram noticiadas a execução em massa de cidadãos palmirenos em frente a tropas do *Daesh* dentro do Teatro Romano de

Palmira (ver Figura 17, abaixo), seguidas da destruição direcionada contra o próprio teatro e contra o *Tetrapylon*, monumento adjacente (BBC, 2015a; 2015b).

FIGURA 17: Teatro Romano de Palmira pré-iconoclash (2016)



Fonte: BBC (2017a).

No mesmo dia 20 de janeiro, a Agência Russa de Notícias (TASS) repercutiu falas de suas autoridades governamentais que atribuíram a cruel matança de pessoas em frente a tropas dentro de um espaço cultural por natureza. Em seguida, a destruição de parte do proscênio (área correspondente à “fachada” e o “palco” na Figura 17 , que serve de cenário para o Teatro, para usar termos teatrais modernos. Por sorte não foi de grandes proporções quantitativas, como a que ocorreu com as edificações centrais do Templo de Baal-Shamin e do Templo de Bel, como podemos ver Figura 18, abaixo.

FIGURA 18: Concerto russo no Teatro Romano de Palmira, em 2016

Fonte: Wikimedia commons (2016b)

A danificação de parte do Teatro cumpre um efeito simbólico muito parecido com aquele causado pela iconoclastia “clássica”, qual seja, pela sua característica de “marcar” o patrimônio alvo de ódio, haja vista que foi danificado neste ato de forma mais severa somente o frontão principal do proscênio e não todo o Teatro ou o proscênio completo, por exemplo. É como se o *Daesh* quisesse “ferir” aquele ícone cultural com as mesmas intenções com que fere os ícones politeístas. Neste sentido, cabe mencionar ser fundamental a presença do registro e divulgação destes atos, que inclui a iconoclastia como ferramenta e conteúdo em outro contexto, o da propaganda (na acepção inglesa da palavra, que difere semanticamente da palavra publicidade, que muitas vezes é vista como equivalente a palavra propaganda em português), configurando a *iconoclash*.

Há que se destacar também que, contrariamente a essa mesma iconoclastia mencionada no parágrafo anterior, o ataque não é direcionado a um ícone eminentemente religioso, mas a um ícone eminentemente cultural.

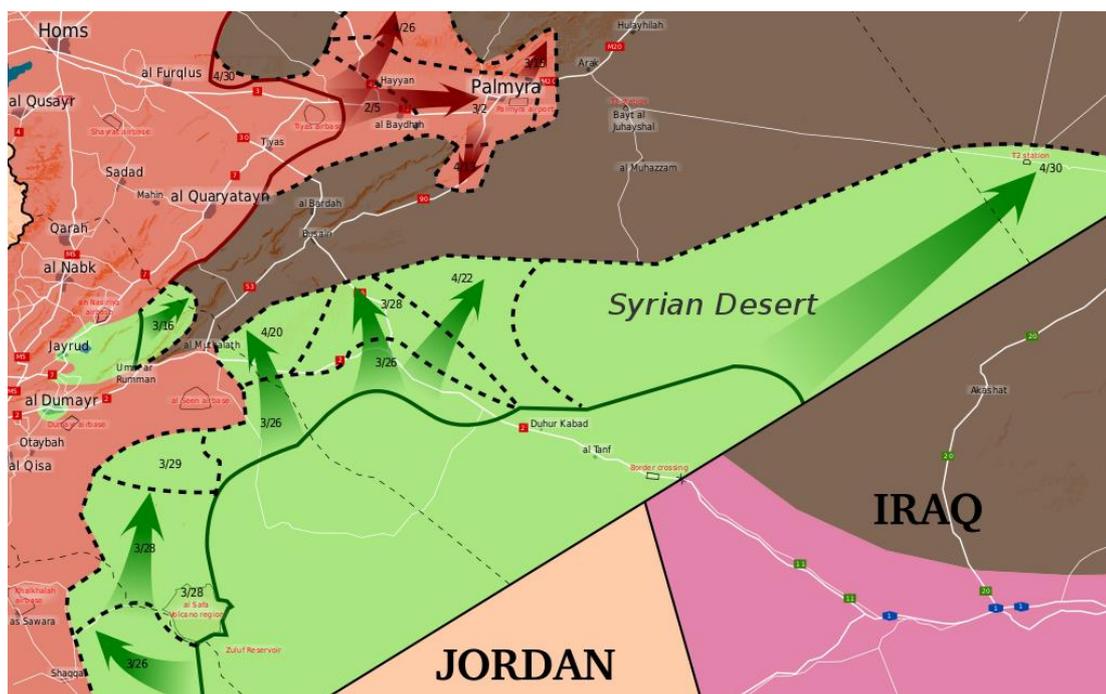
Na Figura 19, abaixo, pode-se averiguar a dimensão do dano causado pelo *Daesh* ao Teatro Romano. Não reproduziremos imagens dos outros ocorridos no Teatro sob égide do *Daesh* pelos motivos já apresentados ao longo desta narrativa.

FIGURA 19: Proscênio do Teatro Romano pós-Daesh (2017)

Fonte: The Global Pannel (2017).

Na Figura 20, abaixo, observa-se que, a partir abril de 2017, grandes porções do território são recuperadas na região das fronteiras sírio-jordanianas e sírio-iraquianas, devido principalmente, como dissemos, a atuação de forças estrangeiras (verde) em favor das tropas sírias (rosa), as quais atuam de modo mais direto exatamente na Batalha de Palmira, o que demonstra a dimensão simbólica que aquele lugar representa, tanto do ponto de vista militar, como da identidade e do patrimônio – ou seja, deveria ser retomada sob o comando das forças sírias, daí que a região fronteira seja tomada do *Daesh* (marrom) pelos aliados.

FIGURA 20: Situação da Síria entre abril e junho de 2017



Fonte: Wikimedia commons (2017).

A Figura 20, também destaca, em bege, o território da Jordânia e em fúcsia a região norte do Iraque que não estava ocupada pelo *Daesh* naquele período.

Em meados de junho de 2017, o governo sírio já havia retomado o controle total sobre o território de Tadmor e, consequentemente, sobre grande parte do patrimônio da Palmira histórica, inclusive sobre o oásis adjacente, o que não retiraria o risco sobre os patrimônios sírios na cidade, mas certamente afastaria a possibilidade imediata de novas destruições.

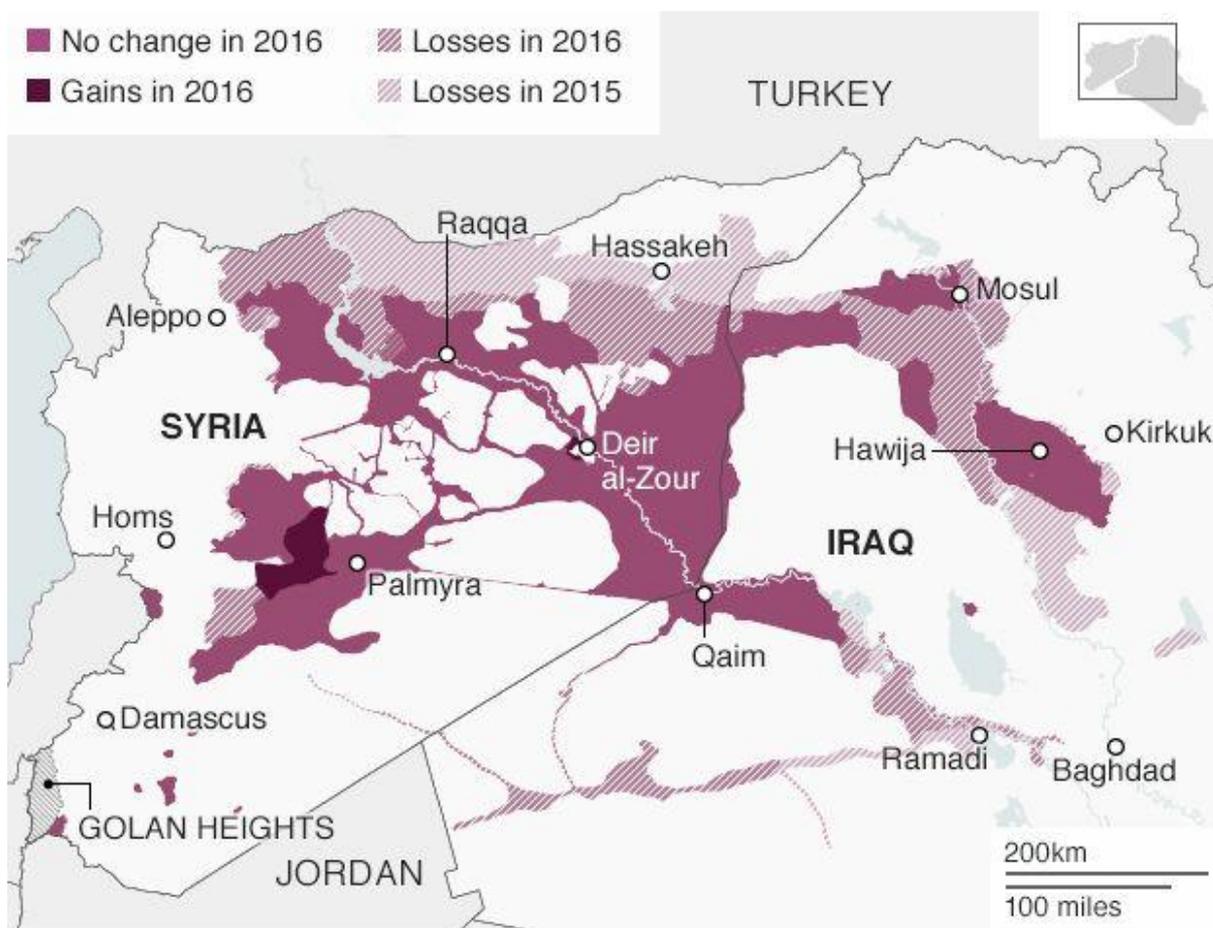
Neste ínterim, a diplomacia internacional esteve preocupada duplamente com a “questão síria”: a partir de 2013, como reação às Primaveras Árabes e, de 2014 em diante, com as primeiras ações perpetradas pelo *Daesh*, também como forma de reação aos eventos prévios, primeiro em Mossul e nos sítios arqueológicos de Nínive, em seguida em Tadmor, sendo que outros patrimônios, em territórios sírios e iraquianos, também sofreram danos ao longo das guerras civis nestes dois países, mas também com as movimentações massivas de populações pelo território, das quais, parte chegou a pisar em outros territórios, parte não.

Na Figura 21, abaixo, são destacadas em tons de roxo as mudanças nas dimensões e locais de domínio do *Daesh* entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016. A região de Palmira é notória por nela constar, como notamos anteriormente, avanços territoriais em direção ao oeste, onde se localiza Homs, capital da província

homônima. Estas conquistas, todavia, ocorrem no final de 2016, sendo revertidas sistematicamente na Quinta Batalha de Palmira, conforme apontamos acima.

FIGURA 21: Territórios ocupados pelo Daesh entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016

IS territorial gains and losses, Jan 2015 – Dec 2016



Source: IHS Conflict Monitor

Fonte: BBC (2017a).

Na seção seguinte, conforme dissemos, trataremos das questões relacionadas às Negociações de Paz na Síria, que envolvem o governo sírio e grupos opositores. Ao *Daesh* e a outros grupos classificados pela ONU como terroristas não foi permitida a participação em qualquer um dos espaços de resolução da Guerra Civil. Pelo contrário, nos mesmos documentos que tratavam do estabelecimento do cessar-fogo, também se tratou da intensificação do combate às forças jihadistas, ainda que esta intensificação tenha ocorrido em territórios vizinhos, em especial no Iraque e na Turquia.

3.3 O ISSG, as Negociações de Paz e a escalada contra o Daesh

Entre outubro e novembro de 2015, pouco antes da Terceira Batalha de Palmira (dada a cronologia aqui estabelecida, centrada no patrimônio cultural como conceito, conforme vimos nos capítulos anteriores), vários membros das Nações Unidas constituíram, em duas reuniões em Viena, capital da Áustria, o Grupo Internacional de Apoio à Síria (ISSG), criado especialmente para tentar solucionar a Guerra Civil Síria.

De modo a visualizar com clareza e precisão os termos da Declaração de criação do ISSG, destacamos de seu conteúdo, a seguir, alguns trechos que situam o papel fundamental do Daesh no aprofundamento da crise humanitária e da guerra civil.

O primeiro parágrafo da Declaração do ISSG, publicada pelo Serviço Europeu para a Ação Externa (EEAS), órgão diplomático da União Europeia, anuncia a composição do grupo, multicontinental, mas com predominância dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e dos membros da Liga Árabe, da qual a Síria, mesmo sendo membro fundador, foi suspensa desde 2011 devido à guerra civil já citada:

Reunião em Viena em 14 de novembro de 2015 como Grupo de Apoio Internacional da Síria (ISSG), Liga Árabe, China, Egito, UE, França, Alemanha, Irã, Iraque, Itália, Jordânia, Líbano, Omã, Catar, Rússia, Arábia Saudita, Arábia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Nações Unidas e Estados Unidos (EEAS, 2015, §1 tradução e grifos nossos).

No segundo parágrafo, são estabelecidos os objetivos do grupo:

Posteriormente, os participantes iniciaram um diálogo construtivo para dar continuidade ao progresso feito na reunião de 30 de outubro. Os membros do ISSG expressaram um senso unânime de urgência para acabar com o sofrimento do povo sírio, a destruição física da Síria, a desestabilização da região e o aumento resultante de terroristas atraídos para os combates na Síria (EEAS, 2015, §2, tradução e grifos nossos).

Vale ressaltar que os objetivos de “acabar com o sofrimento do povo sírio” e “[acabar com] a destruição física da síria” coadunam com as diretrizes das Convenções de Genebra e dos Protocolos Adicionais, embora isso não signifique que não haja perda de vidas no processo de “pacificação” proposto nestes objetivos. Como propostas, o ISSG defendeu a necessidade de uma transição política pacífica e um

cessar-fogo imediato entre o governo e a oposição sírios:

O grupo concordou em apoiar e trabalhar para implementar um cessar-fogo nacional na Síria que entrará em vigor assim que os representantes do governo sírio e da oposição derem os primeiros passos para a transição sob os auspícios da ONU com base no Comunicado de Genebra (EEAS, 2015, § 4).

Indubitavelmente, o papel do Conselho de Segurança no processo se coloca como fundamental, com diversas tarefas colocadas pelo ISSG, certamente impulsionadas pelo próprio Conselho:

Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU se comprometeram a apoiar uma resolução do Conselho de Segurança da ONU para capacitar uma missão de monitoramento de cessar-fogo endossada pela ONU nas partes do país onde os monitores não ficariam sob ameaça de ataques terroristas, e apoiar um processo de transição política em acordo com o Comunicado de Genebra. Todos os membros do ISSG também se comprometeram, como países individuais e apoiadores de vários beligerantes, a tomar todas as medidas possíveis para exigir a adesão ao cessar-fogo por esses grupos ou indivíduos que eles apoiam, fornecem ou influenciam (EEAS, 2015, §5, tradução e grifos nossos).

Salienta-se que as atividades promovidas em nome do ISSG pelo Conselho não abrangem os territórios em disputa com o *Daesh*, que é classificado pelo ISSG como terrorista, assim como o Nusra, mencionado anteriormente, com atuação semelhante: “O cessar-fogo não se aplica a ações ofensivas ou defensivas contra *Daesh*, ou Nusra ou qualquer outro grupo que o ISSG concorda em considerar terrorista” (EEAS, 2015, §5).

Adiante, o ISSG reiterou sua preocupação com infrações às disposições das Convenções de Genebra sobre deslocamentos de populações (migrações de refugiados) e sobre as práticas contra o patrimônio natural, econômico e cultural do país:

[...] de acordo com a cláusula 5 do Comunicado de Viena, o ISSG discutiu a necessidade de tomar medidas para garantir o acesso humanitário rápido em todo o território da Síria, de acordo com a Resolução 2165 do CSNU e solicitou a concessão dos pedidos pendentes da ONU para entregas humanitárias. O ISSG expressou preocupação com a situação dos refugiados e pessoas deslocadas internamente e com o imperativo de construir condições para seu retorno seguro, de acordo com as normas do Direito Internacional Humanitário e levando em consideração os interesses dos países anfitriões. A resolução da questão dos refugiados é importante para a solução final do conflito sírio. O ISSG também reafirmou os efeitos devastadores do uso de armas indiscriminadas sobre a população civil e o acesso humanitário, conforme declarado na UNSCR 2139. O ISSG concordou em pressionar as partes a cessarem imediatamente o uso dessas armas indiscriminadas (EEAS, 2015, §7).

[...]

O ISSG reafirmou a importância de cumprir todas as resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU, incluindo a Resolução 2199 do CSNU sobre a interrupção do comércio ilegal de petróleo, antiguidades e reféns, dos quais os terroristas se beneficiam (EEAS, 2015, §8).

Por fim, destaca-se que o ISSG também expressou, inequivocamente, sua posição quanto à classificação política do Daesh e do Nusra:

Em relação à luta contra o terrorismo, e de acordo com a cláusula 6 do Comunicado de Viena, o ISSG reitera que o Daesh, Nusra e outros grupos terroristas, conforme designados pelo Conselho de Segurança da ONU, e ainda, conforme acordado pelos participantes e endossado pelo Conselho de Segurança da ONU, devem ser derrotados (EEAS, 2015, § 11).

Publicada a Declaração do ISSG, com o imediato endosso do Conselho de Segurança da ONU, foram então os participantes das Negociações de Paz nomeados conforme a Declaração, a saber, o próprio ISSG, o governo sírio e representantes das oposições, assim como foram nomeados os não participantes, de maneira geral o que o ISSG classificou como “grupos terroristas”, citando nominalmente apenas o Daesh e o Nusra. Novamente, uma iniciativa que colocava dois planos simultâneos em andamento:

a) as preparações para um cessar-fogo entre as forças beligerantes internas, facilitando a concentração dos esforços de guerra contra os grupos terroristas; e

b) a declaração, pelo ISSG e em nome da Síria, de guerra contra as forças do Daesh em território sírio, tendo, inclusive, sua definição formal como grupo terrorista buscada nos instrumentos regulatórios de Genebra e no veredito dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

As atividades promovidas pelo ISSG, a partir daí, foram chamadas “Negociações de Paz sobre a Síria” (*Peace Talks on Syria*), que acabaram colaborando de fato para um cessar-fogo na guerra civil, embora não tenha chegado, até aí, a concretizar os objetivos de sua Declaração, de “acabar com o sofrimento do povo sírio”. A Declaração do ISSG também estabeleceu uma data para novo encontro do grupo, sob auspício das Nações Unidas, estipulada em 1 de janeiro de 2016 (EEAS, 2015, §11).

Em 18 de dezembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2254/2015, repetindo a maior parte do plano de transição proposto na Declaração do ISSG. Cabe mencionar, entretanto, que a Resolução amplia a indicação nominal dos grupos considerados terroristas, cujo acesso é vetado nas Negociações de Paz.

8. Reitera seu apelo na Resolução 2249 (2015) para que Estados Membros previnam e suprimam atos terroristas cometidos especificamente pelo Estado Islâmico no Iraque e no Levante (ISIL, também conhecido como Daesh), Frente Al-Nusra (ANF), e demais indivíduos, grupos, empresas e entidades associadas à Al Qaeda ou ISIL e outros grupos terroristas, conforme designados pelo Conselho de Segurança, e conforme venha a ser acordado pelo ISSG e determinado pelo Conselho de Segurança, de acordo com a Declaração do ISSG de 14 de novembro de 2015, e para erradicar o porto seguro que estabeleceram em partes significativas da Síria, e observa que o cessar-fogo mencionado não se aplica a ações ofensivas ou defensivas contra esses indivíduos, grupos, empresas e entidades, conforme estabelecido na Declaração do ISSG de 14 de novembro de 2015 (ONU, 2015, §8, tradução nossa)

O cronograma de execução do plano previa seis meses de Negociações de Paz e formação de um governo provisório. Como Enviado Especial da ONU para a Síria, foi indicado o diplomata italiano Staffan de Mistura. Após confusões envolvendo a representação das oposições sírias, que se desdobrou ao longo do mês de dezembro de 2015, com uma tentativa de iniciar uma nova Conferência de Genebra para a Paz na Síria no final de janeiro de 2016, que ficou conhecida como “Genebra III”, acompanhando a sequência das Conferências de Genebra sobre o mesmo tema, ainda que as Negociações de Paz tenham sido infrutíferas naquele momento.

Em 12 de fevereiro de 2016, o ISSG estabeleceu uma força-tarefa para o cessar-fogo, sob égide das Nações Unidas, comandada em conjunto por Rússia e Estados Unidos, com prazo de uma semana para sua instalação em solo sírio (ONU, 2016a, §3). Em 22 de fevereiro, reunidos como copresidentes do ISSG, ministros das relações exteriores de Rússia e Estados Unidos anunciam conclusão do acordo de cessação de hostilidades na Síria, que teria início no dia 27 de fevereiro, a zero horas do fuso de Damasco (ESTADOS UNIDOS, 2016, §2).

Os Estados Unidos abandonam a co-presidência do ISSG após ataque de tropas estadunidenses a tropas sírias, supostamente ignorantes da condição de aliados de suas vítimas. Houve outras reuniões preparatórias e de debates de conjuntura para busca de soluções para a paz na Síria no período, ao mesmo tempo, em que tropas estrangeiras agiam no território sírio de maneira a não seguir os protocolos estabelecidos por elas mesmas nas instâncias políticas internacionais.

Vale mencionar que apenas em 20 de dezembro de 2016, já durante a Quarta Batalha de Palmira, ocorrem as preparações para a primeira etapa das “Negociações de Paz de Astana”, sendo a organização deste evento redesenhada para formar uma nova co-presidência, desta vez tripartite, dividida entre Turquia, Rússia e Irã, cujas

discussões são consubstanciadas na Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores da República Islâmica do Irã, da Federação Russa e da República da Turquia sobre as medidas acordadas para revitalizar o processo político para encerrar o conflito na Síria (RÚSSIA, 2016).

Em 29 de dezembro de 2016, Turquia e Rússia enviam ao Conselho de Segurança a Declaração de Cessar-fogo na República Árabe Síria (excetuando o cessar-fogo, claro, para o *Daesh* e demais grupos terroristas) e três Acordos Conjuntos relacionados às estratégias militares para execução do cessar-fogo e proteção de pessoas e bens de todas as ordens, todos, com efeito a partir do dia seguinte (30 de dezembro), a zero hora de Damasco (ONU, 2016b). O esforço político de Rússia e Turquia foi saudado e apoiado pelo Conselho de Segurança na Resolução 2336, de 31 de dezembro de 2016 (ONU, 2016c, §1).

A partir do estabelecimento do cessar-fogo por amplo reconhecimento dos órgãos internacionais, iniciou-se o “processo político” estabelecido na Resolução de 2015, como vimos anteriormente. Ao mesmo tempo, seguindo igualmente a previsão dos regulamentos das Nações Unidas, continuou o combate às forças terroristas no território sírio.

Assim que é estabelecido o cessar-fogo, é também iniciada a Quinta Batalha de Palmira, dando continuidade, então, ao plano de escalada contra o *Daesh* previsto na Declaração de cessar-fogo (RÚSSIA, 2016). Esta será a segunda ocasião em que as forças sírias e aliadas saem vitoriosas, conforme observado neste capítulo. Além de “cuidar dos seus”, providência básica encontrada nos textos das Negociações de Paz referentes ao atendimento das populações locais, violentadas em quase todos os seus direitos humanos, inclusive à vida, a partir de agora caberia ao povo sírio retomar, novamente sob égide das Nações Unidas, os destinos de seu território, ainda que isto pareça, a curto prazo, uma utopia.

Entre 23 e 25 de janeiro de 2017, ocorre a primeira etapa das “Negociações de Paz de Astana” (Astana I), nas quais se reúnem uma delegação do governo sírio e representantes de diversos grupos opositores, sob auspícios de Rússia, Turquia e Irã, da qual também participa Staffan de Mistura, o Enviado Especial da ONU para a Síria. Astana I se encerra com um acordo entre as nações membras da co-presidência tripartite para criar um órgão de monitoramento também trilateral, com objetivo de fazer cumprir o cessar-fogo declarado em 30 de dezembro, como ação prévia à terceira etapa das Negociações de Paz de Astana, previstas para ocorrer no

mês seguinte.

Astana II ocorreu entre 15 e 16 de fevereiro de 2017 e teve como objeto a construção do instrumento jurídico de embasamento para o processo de monitoramento do cessar-fogo na Síria (SESEMBAYEVA, 2017). Entre 23 de fevereiro e 3 de março de 2017, ocorre em Genebra a Quarta Conferência de Genebra para a Paz na Síria. Depois dos oito dias de rodadas de negociações, as partes concordaram com uma agenda regulada pela Resolução 2254 para continuidade das negociações. A rodada seguinte foi marcada para 23 de março.

A terceira etapa das Negociações de Paz de Astana acontece entre 14 e 15 de março, tendo como resultado a inclusão do Irã junto à Turquia e à Rússia como estado garantidor do cessar-fogo (assinando, portanto, a Declaração Conjunta de 29 de dezembro), sob protesto de alguns grupos da oposição síria, em especial os grupos ligados ao islamismo sunita, dada a vinculação religiosa do Estado persa ao islamismo xiita.

De 3 a 5 de maio de 2017 se dá a quarta etapa das Negociações de Astana. Nesta etapa, são tomadas decisões importantes quanto à governança militar do território sírio. Turquia, Rússia e Irã assinam o “Memorando conjunto sobre a criação de áreas de desescalada na República Árabe da Síria”, cujo nome é quase todo autoexplicativo, exceto pela palavra “desescalada”, que comentaremos adiante.

Em Astana IV foram propostas, também pela co-presidência tríplice, áreas de desescalada em pontos estratégicos para proteção de áreas previamente expostas ao *Daesh*, a saber: a Província de Idlib, que fica a sudoeste da Província de Aleppo, partes da região Norte da Síria controladas por opositoristas ao regime de Assad, por algumas ocasiões controladas pelo *Daesh*, a Província de Homs, em que se localiza Tadmor, Ghouta oriental, região da periferia de Damasco, também controlada pelos rebeldes, e a fronteira sírio-jordaniana, por onde as forças estrangeiras puderam atuar na retomada de Tadmor e do deserto sírio. O Memorando entrou em vigor em 6 de maio (RÚSSIA, 2017).

Embora seja um tópico muito importante para explicar a forma com que tem sido tratada a crise humanitária síria, a divisão acima descrita não será analisada de forma extensiva neste trabalho, dado que a continuidade das Negociações de Paz se dá como outra etapa do desenvolvimento da história recente síria. Também justifica esta decisão o fato de a delimitação temporal do trabalho estar voltada aos acontecimentos envolvendo o patrimônio cultural de Tadmor, que foi cenário e, às

vezes, personagem protagonista, de diversas batalhas, mas que culminam na ocupação do território por forças militares sírias em 2017.

Cabe ressaltar a iniciativa inédita de uma espécie de descentralização das negociações de paz levadas a cabo pela ONU, que ocorreram quase sempre em algumas das cidades europeias que sediaram historicamente eventos diplomáticos, como Genebra e Viena, onde a ONU também possui escritórios permanentes, além da cidade africana de Nairóbi, capital do Quênia.

Os documentos do ISSG publicados já sob o comando de Turquia, Rússia e Irã, mencionam a disposição da diplomacia cazaque em oferecer sua capital, então denominada Astana (em 2019, a cidade será renomeada Nursultan), para sediar as Negociações de Paz, após sugestão do presidente da Turquia, Recep Erdogan. Isso se dá, parcialmente, após a mudança drástica do quadro de relações internacionais que coincide com o período do mandato de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos, que ocasionou sua retirada da co-presidência do ISSG, mas também das negociações improfícuas de Genebra. Esta “guinada diplomática” na direção da Ásia Central, ainda que pareça promissora, talvez possa ser minimizada com o fim do governo estadunidense supracitado, mas este também é um assunto para dissertar em outra ocasião, dadas as limitações temporais aqui propostas.

Outro destaque importante é o fato de que, embora continuassem a enfrentar divergências no campo político, expostas e debatidas publicamente ao longo das Negociações de Paz de Astana, as forças sírias passaram, já nas últimas semanas de 2016, a atuar em conjunto nas Batalhas de Palmira, enquanto aliados estrangeiros avançavam sobre outras áreas sob domínio do *Daesh*. Embora tenha um caráter eminentemente militar, a decisão de manter sob a liderança síria a libertação de Tadmor do jugo jihadista, conforme viemos dizendo, tem forte impacto no campo simbólico, isto é, no eventual registro da narrativa histórica síria, a ser construído no futuro a partir destes eventos como uma “Reconquista de Palmira” por seu povo, mas também tem impacto real sobre a retomada da vida pública e das funções sociais de Tadmor e de seus sítios arqueológicos.

Na medida em que é afastada a hipótese de retomada do conflito civil, justamente pelas garantias e instrumentos acordados na Declaração de Cessar-fogo e demais protocolos diplomáticos, está instalada, por outro lado, situação diversa do retorno a uma normalidade esperada no pós-conflito, que é substituída pela reinserção sistemática de pessoal e material bélico estrangeiro em praticamente todos os pontos

do território sírio, tornando, na prática, estes agentes os reais administradores do território e da vida pública síria, o que pode ter consequências imprevisíveis, haja vista as várias tropas da ONU instaladas provisoriamente há décadas em diferentes pontos da Terra.

Dada como consumada a recaptura de Tadmor ao final da Quinta Batalha de Palmira, ficou estabelecida a extinção, ainda que provisória, da ameaça externa representada pelo *Daesh* e grupos terroristas correlatos, reforçada pela significativa diminuição das possibilidades de deslocamento das forças jihadistas no território sírio, em especial após a implantação do cessar-fogo da guerra civil, que proporcionou a escalada do conflito contra o *Daesh*. Este último, perdendo posições importantes e concomitantemente se viu cada vez mais isolado nos desertos entre a Síria e o Iraque e, não menos importante, cada vez mais longe dos centros urbanos, dos recursos e patrimônios. Neste sentido, a condição de Palmira, a cidade histórica, e sua “irmã mais nova” Tadmor, passa a ser a de espaço de expectativa, seja da reconstrução, material ou não, seja da reinvenção da sua memória e da sua história, arrancando resiliência de suas “novas ruínas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas, resoluções e documentos recomendativos das Nações Unidas e dos órgãos acessórios, permanentes e provisórios, embora tenham plena validade jurídica e reconhecimento amplo, certamente não foram observados no contexto da ocupação de Tadmor pelo do *Daesh*. Após a detonação da prisão na cidade moderna, que cumpria um papel estratégico do ponto de vista militar e de campanha em detrimento do governo sírio, as ações destrutivas seguintes se voltaram às ruínas da cidade histórica. Esta movimentação, como vimos anteriormente, cumpria dois papéis:

a) continuar a política de terra arrasada, *modus operandi* do regime jihadista, simbolizada de maneira contundente com a destruição parcial e depredações às edificações e ruínas dos sítios arqueológicos e sua zona de influência direta; e

b) dar sequência à forte e emblematicamente marcada violência visual e crueldade aos assassinatos de reféns, herança da *sharia*, sistema jurídico de inspiração teocrática baseado no Islamismo de orientação salafista, nos mesmos moldes dos ataques a Nínive, configurando o que Harmanşah (2015), citando Latour (2008), chamou de *iconoclash*.

No caso de Palmira, antes mesmo das notícias das perdas em termos de patrimônio cultural, não há dúvida de que a gravidade é exponencialmente maior no caso das execuções sumárias em massa, igualmente mencionadas anteriormente. A *iconoclash* como forma de comunicação política é uma violência ao mesmo tempo, real e simbólica, porque instrumentalizada pela hiper-realidade, para acompanhar novamente Harmanşah (2015), alcançada com o uso de expedientes existentes nas comunicações existentes para divulgar sua propaganda, cujo produto tecnicamente similar é o formato televisivo do *reality show*.

Ao produzir seus espetáculos de destruição hiper-reais, os grupos terroristas apenas usam de uma ferramenta histórica de caráter religioso, a iconoclastia, com interesses menos visíveis do que a simples destruição de ídolos religiosos alheios. A *iconoclash* gera medo, redenção e fuga nas populações, em sua maioria vulneráveis por diversos fatores, mas inclusive e especialmente fatores religiosos e étnico-raciais. Mas não se trata, absolutamente, de ação desprovida de intenções:

Não podemos e não devemos tratar a representação fílmica [da destruição] como um documento. Sua dura realidade reside em sua representação, bem como a mentalidade da produção de um reality show. O objetivo principal é a produção do espetáculo: o que acontece nele é real, embora completamente

encenado (HARMANŞAH, 2015, p. 174).

Cai por terra, então, a ideia de que havia espontaneidade do Daesh nas ações de *iconoclash* ao longo de sua campanha destrutiva:

Ao contrário do que se argumentou sobre o ISIS como uma entidade anacrônica e medieval em sua ideologia e mentalidade, eu argumento que o ISIS é um fenômeno hipermoderno, incorporando as mais poderosas ferramentas da hiper-realidade na disseminação de seus atos violentos (HARMANŞAH, 2015, p. 174-175).

Harmanşah conclui sua argumentação reiterando a necessidade de avaliar criticamente os conteúdos veiculados pelo Daesh:

Assim, devemos encontrar maneiras melhores de lidar com a máquina de propaganda do ISIS de forma mais crítica, e ir além de tentar freneticamente identificar o que em seus vídeos foi destruído e o que não foi (HARMANŞAH, 2015, p. 174-175).

A menção à necessidade de avaliação crítica sobre os conteúdos a que somos expostos nos rememora sobre outro debate contemporâneo, que não abordaremos diretamente aqui, mas que também perpassou as discussões sobre o conflito sírio e sobre a atuação do Daesh, que foi chamado popularmente de *Fake News* (do inglês “notícia falsa”), cujas dimensões também não são mensuráveis, dada amplitude de seu alcance e a concorrência com suas contrapartes, que não são necessariamente notícias verdadeiras, mas sim verificáveis (TANDOC JR et al, 2017).

Neste sentido, seguimos o posicionamento de Harmanşah (2015) de que nada dos materiais produzidos e divulgados pelo *Daesh* contendo destruição de patrimônio cultural, tampouco as imagens de violência contra pessoas, deve ser considerado como documentos históricos e fonte verificáveis de informações, sendo sua exposição limitada somente ao essencial, isto é, ao resultado de suas ações documentando partir de fontes documentais verificáveis, sejam elas de caráter jornalístico, sejam de documentos oficiais emitidos pelos entes políticos nacionais e supranacionais envolvidos nas ações, individuais e conjuntas, de apoio à Síria.

Quanto ao desenvolvimento da ideia de desescalada mencionada no Memorando Tripartite do ISSG, cabe ressaltar que parte de outro conceito advindo da chamada teoria dos conflitos, sobre a qual foram realizados estudos em diferentes áreas do conhecimento, desde a psicologia às relações internacionais. Ressaltamos

aqui a acepção de escalada encontrada no *The handbook of conflict resolution: theory and practice* (Manual de Resolução de Conflitos: teoria e prática, ainda sem versão brasileira), extenso tratado com abordagem multidisciplinar de autoria do psicólogo estadunidense Morton Deutsch, em colaboração com Peter T. Coleman e Erik C. Marcus (2006). Baseados na concepção de Morton Deutsch, divulgada em trabalhos anteriores (DEUTSCH, 1969), segundo a qual o conflito pode ter duas naturezas, a construtiva (ou cooperativa) e a destrutiva (ou competitiva), os autores afirmam que, no caso da ocorrência desta última, há fatores individuais e coletivos que “tendem a influenciar as interações do conflito na direção da escalada, ou seja, o processo pelo qual os conflitos se tornam mais intensos e mais hostis” (DEUTSCH et al, 2006, p. 185). Nesta perspectiva, a escalada,

envolve o uso crescente de métodos mais pesados de influência, especialmente táticas coercitivas ou punitivas, por cada grupo para atingir seus objetivos em oposição aos do outro grupo. A escalada também normalmente resulta na proliferação de questões, não apenas as mais básicas sobre as quais o conflito é percebido (salários ou benefícios no conflito sindicato-administração), mas também questões de processo que surgem de como as duas partes tratam uma à outra (o uso do engano nas negociações). A escalada se alimenta em grande parte do medo e da atitude defensiva, em que as ameaças de uma parte para atingir seus objetivos são enfrentadas pelas contra-ameaças da outra, e essas interações recíprocas passam a um nível mais alto de custos cada vez em um clima de desconfiança crescente. A “profecia autorrealizável” identificada pela primeira vez por Robert Merton (1952) entra em cena de maneira específica, em que a defesa e a desconfiança motivam movimentos cautelosos ou controladores, que provocam uma contra-ação defensiva e hostil que é então percebida como justificativa da ação inicial. Este tipo de interação, por exemplo, levou Ralph White (1984), a caracterizar a Guerra Fria como parcialmente devida à “agressão com motivação defensiva”. (DEUTSCH et al, 2006, p. 185, tradução nossa).

A escalada está relacionada, então, à manutenção e agravamento do conflito em sua dinâmica competitiva:

A dinâmica competitiva-destrutiva também foi capturada por Deutsch (1983) em sua elucidação do “processo social maligno”, que descreve a interação cada vez mais perigosa e custosa de conflitos intergrupais de alta intensidade. Por meio de uma combinação de rigidez cognitiva e preconceitos, profecias autorrealizáveis e compromissos involuntários com crenças e ações anteriores, as partes são arrastadas para uma espiral crescente em que os investimentos anteriores justificam o aumento dos riscos e as perdas inaceitáveis fecham uma saída. Assim, é compreensível que os grupos fiquem presos em conflitos destrutivos e, por si próprios, pareçam incapazes de diminuir ou resolver a situação (DEUTSCH et al., 2006, p. 184-185).

Nota-se que, embora trate teoricamente sobre conflitos, o que requer certo grau de abstração e padronização de condições iniciais e desenvolvimento do

processo teorizado, a ideia de escalada tem sido aplicada em diferentes contextos de conflito, inclusive para caracterizar os desdobramentos da Guerra Fria, como mencionado acima pelos autores. A extinção da União Soviética, tida como uma das duas forças conflitantes na Guerra Fria, sobrestou a escalada deste conflito em definitivo, sendo que os processos que se seguiram, de fragmentação e desestabilização interna e colateral entre as diferentes nações que declararam independência da União, seguiram caminhos distintos daquele necessário ao uso da desescalada, embora tenham dado início a novos conflitos e renovado outros em toda à Terra, ao contrário da perspectiva otimista dos autores.

Vale ressaltar que o Manual de Resolução de Conflitos, tal qual sugere seu título, funciona como um documento que é, ao mesmo tempo, acadêmico e político, na medida que não apenas descreve os conflitos como processos de interação humana em diferentes níveis, mas também propõe que se utilizem métodos específicos para a resolução destes conflitos.

A desescalada, então, serve como um possível instrumento da resolução de conflitos, podendo ser alvo de “resistência” de uma ou mais partes conflitantes que – devido ao profundo interesse na manutenção do conflito por diversos fatores, em especial as confluências políticas que ensejam a “polarização” no discurso político das partes – encaram como potenciais ameaças a proposição da desescalada e a inclusão de outras partes no conflito, mesmo que no sentido da mediação e reversão da competição em cooperação, chamada pelos autores de “intratabilidade” (DEUTSCH, 2006, p. 186).

Quando encontra condições favoráveis, em especial quando se iniciam processos de negociação de paz, a desescalada assume caracteres reais, palpáveis, que se configuram em práticas e medidas político-militares reais. O modelo de desescalada para o conflito sírio foi apresentado no Memorando sobre a criação de zonas de desescalada na República Árabe Síria (RÚSSIA, 2017) e estava atrelado às resoluções da própria ONU que tratam dos métodos de mediação e a resolução de conflitos, sejam eles intranacionais ou internacionais. Neste sentido, o Memorando aponta que:

[...] zonas de desescalada devem ser criadas com o objetivo de colocar fim imediato à violência, melhorar a situação humanitária e criar condições favoráveis para a resolução política do conflito na República Árabe Síria (RÚSSIA, 2019, parágrafo 1, tradução e grifos nossos).

É certo que a utilização da palavra pode ter sentido ambíguo, dado que a consecução da desescalada se dá em termos de ocupação por forças militares de paz do território em conflito (e, conseqüentemente, sobre os recursos e os patrimônios dentro dele) mas, em especial, sobre a população civil deste território, o que nem sempre resulta em uma desescalada de fato. O sistema de garantias do cessar-fogo, chamado de Memorando de “desescalada”, é aprovado durante as Negociações de Paz de Astana e entrou em vigor em 04 de maio de 2017, quando as forças garantidoras da paz igualmente mencionadas no Memorando, a saber, Turquia, Rússia e Irã, passaram a implantar as medidas mais drásticas relacionadas ao combate aos terroristas e as zonas de desescalada e de transição, com respectivos postos de controle do território.

No parágrafo que finaliza o terceiro capítulo, mencionamos três ideias que surgem nestas considerações como balizas orientadoras, ainda que conscientemente provisórias, no horizonte de expectativas representado na ideia de pós-conflito. A primeira delas é a ideia de “reconstrução”.

Os desdobramentos humanitários do conflito sírio merecem, certamente, atenção pormenorizada de quem se debruça sobre o tema. É tarefa urgente para os legisladores patrimoniais, de primeira hora das Nações Unidas, assim como para os governos dos países envolvidos durante o curto, porém avassalador período de domínio do *Daesh*, que acabou por ficar em segundo plano ao longo do trabalho devido à ênfase nas questões relacionadas ao patrimônio cultural, objeto desta pesquisa.

É necessário ressaltar que pouco tempo depois de iniciados os ataques do *Daesh*, mas já como resultado da crise iniciada em 2011, a crise humanitária se tornaria manchete mundial justamente porque negligenciada no devido tempo, protelando a garantia dos direitos básicos para as populações civis atingidas diretamente pelos conflitos armados.

Dada a amplitude global da divulgação das ações da *iconoclash*, o espalhamento da doutrina da *sharia* e dos ideais jihadistas por outros países do mundo árabe se deu muito rápido, inclusive gerando novas parcerias ao *Daesh* para além do Oriente Médio. Boko Haram, na Nigéria (SILVA; INÁCIO, 2018), e células do *Daesh* em diversos países com apoio de grupos islâmicos sunitas, como o Paquistão e o Afeganistão, são exemplo desta ampliação do *Daesh* em longa distância e, virtualmente, no mundo inteiro através da internet (PARVEZ, 2016).

A presença do *Daesh* na Síria aprofundou a crise humanitária e repercutiu nas agendas políticas e midiáticas da Europa e do Ocidente de um modo geral, na medida que tomou proporções maiores em razão do deslocamento de enormes contingentes de pessoas, causando um fluxo migratório para diversos lugares, em especial em direção à própria Europa, pela esperança de prosperidade e de abrigo contra os horrores da guerra e da política violenta e antidemocrática de ambos os lados do conflito, em especial quando se trata do caso da Síria. Neste sentido, tão impactante quanto a forma com que o *Daesh* assassina pessoas em nome da sharia, é a imagem da criança que, não tendo forças para seguir viagem em um bote, sucumbe e é encontrada falecida na areia de uma praia do Mediterrâneo.

A reconstrução é também a ideia de que algo foi danificado ou destruído. A ideia se encaixa tanto no plano material, como processo necessário à sobrevivência num determinado lugar exposto à destruição. Costuma ser a etapa seguinte ao cessar-fogo ou ao acordo de paz em situações de conflito. Talvez, para os brasileiros, o plano econômico mais famoso que conhecemos em torno da reconstrução pós-conflito é o Plano Marshall, pacote de medidas que ajudou quase toda a Europa Ocidental a recompor não só a economia, mas as próprias edificações e estruturas, que haviam sido destruídas durante a Segunda Guerra Mundial (SCHAIN, 2001).

A reconstrução não é algo que ocorre apenas no plano material. Está relacionada, assim como a própria ideia de patrimônio, aos bens imateriais, em especial e inclusive aqueles que tenham sofrido danos ao longo de processos de conflito, como ocorre na maior parte das vezes em que há, por exemplo, perseguições a minorias sociais, étnico-raciais ou outras ou a mesma política de terra arrasada comentada anteriormente. Ao mesmo tempo, então, a reconstrução pode ser material e imaterial, na medida que o patrimônio se constitui a partir de elementos externos a si mesmo. A esta ideia de reconstrução, Candau e Ferreira atribuem o conceito de *affordance* patrimonial, que traduzimos aqui como “dotabilidade”:

Modestamente, limitamo-nos a destacar um critério de elegibilidade que, até onde sabemos, não está documentado na literatura científica, ou está apenas de forma implícita. Propomos a noção de dotabilidade patrimonial e defendemos a ideia de que, pressupondo que tudo é patrimonial, a probabilidade de que os diferentes candidatos que constituem este todo entrem neste processo a depender da intensidade da sua dotação patrimonial. Parafraseando a famosa e um tanto cínica piada sobre igualdade – todos os seres humanos são iguais, mas alguns são mais do que outros! – poderíamos dizer que todos os legados do passado, próximos ou distantes, são iguais no processo de patrimonialização, mas alguns são mais do que outros, em particular pelo seu grau de dotabilidade (CANDAU; FERREIRA,

2015, p. 24).

Neste sentido, o patrimônio uma vez identificado, independentemente do critério de elegibilidade (a não ser a sua dotabilidade, hipoteticamente universal), estará dotado também da proteção que é garantida pelos instrumentos que foram discutidos na primeira parte deste trabalho.

A reconstrução representa, por isso, tanto a ideia de que é possível, de alguma forma, recomeçar a vida “do ponto onde parou”, isto é, enxergando a guerra como um interlúdio, não como parte necessária do processo de vivência. É da perspectiva da reconstrução que são elaborados, por diferentes atores, muitos dos projetos pós-conflito, com diversas abordagens e resultados, dos quais podemos destacar o levantamento sobre o resultado da reconstrução em contexto pós-conflito de Sarajevo e Beirute:

[...] importante apontar que as políticas de patrimônio e de branding da cidade servem a plataformas de certos grupos dominantes, enquanto em diferentes partes da cidade, outros projetos de patrimônio e arquitetônicos dão voz a outras plataformas, sejam os sérvios da Bósnia no leste de Sarajevo ou Muçulmanos xiitas no sul de Beirute. Como tal, a memória do império está conectada tanto ao poder no momento contemporâneo quanto às hierarquias lembradas dos passados imperiais. Através dos caprichos da historicidade texturizada, alguns dos atores dominantes na reconstrução agiram em nome de grupos particulares que há séculos constituíam as elites locais na época do império (BADESCU, 2019, p. 26).

Embora os resultados de propostas de reconstrução nem sempre privilegiem uma recomposição da situação anterior tal qual era, na medida que é esta uma impossibilidade factual, também não se pode dizer que seja este um movimento simples de ser decidido e, quando tal, a quem cabe realizar esta reconstrução.

A disposição apresentada pelos grupos opositoristas e o governo sírio para o cessar-fogo e o início das Negociações de Paz já indica, sem dúvida, que está posto um processo de reconstrução, não apenas política, mas do patrimônio imaterial representado pelos povos anteriormente conflitantes. Sendo assim, entendemos que, não de maneira peremptória, que é possível entender que as Negociações de Paz Genebra-Astana a que fizemos referência no capítulo precedente somam-se ao esforço de reconstrução das relações políticas do país e, por extensão, do patrimônio cultural imaterial sírio.

Para exemplificar a reconstrução em termos materiais, retomamos o primeiro caso em que esta foi adotada especificamente na tomada de decisões sobre quais

medidas adotar para salvaguardar o patrimônio sírio danificado ou destruído pelo Daesh. O Leão de Al-lat, danificado em meados de 2016, conforme vimos anteriormente, teve suas peças removidas do Museu Nacional de Tadmor ainda em 2016, tendo passado por restauração em Damasco até que o processo se completasse, em 01 de outubro de 2017, quando foi disposta à visitação pública no Museu Nacional de Damasco (ver Figura 25, abaixo), onde permanecerá até que as condições de segurança para seu traslado a Tadmor possam ser asseguradas (SÍRIA, 2017).

Figura 22: inauguração do Leão de Al-lat restaurado, em Damasco



Fonte: Síria (2017).

Além da reconstrução factual, foram criados diversos projetos de reconstrução, material e imaterial, dos patrimônios destruídos em Palmira. Neste sentido, a segunda palavra, reinvenção, que também advém das possibilidades virtualmente infinitas da dotabilidade patrimonial. Com a reinvenção podem surgir, a partir mesmo dos vestígios e escombros de patrimônios outrora destruídos, novos processos de significação e ressignificação. Neste sentido, a reinvenção abrange e amplia a reconstrução, na medida que não se restringe à recomposição da vida, em termos materiais e imateriais, no pós-conflito.

A reinvenção quer, também, dar conta de restabelecer a paz, mas ao mesmo tempo criar condições para a superação do conflito, o que pode ser um processo difícil nos momentos iniciais do pós-conflito. Ainda assim, a reinvenção é capaz de “curar feridas”, em especial nos casos em que ela é uma necessidade. São múltiplos

exemplos de reinvenção pós-conflito ao longo da História, podendo estar relacionados tanto a mudanças paulatinas como a quebras radicais com sistemas filosóficos, políticos, econômicos, religiosos, ideológicos, sociais ou culturais ou a combinação eventual de dois ou mais destes sistemas, quando não todos.

Não é preciso recorrer ao passado distante para encontrar formas de reinvenção pós-conflito, reinvenções tão radicais como a causada pelos acontecimentos históricos nos Estados Unidos e na França, no final do século XVIII, que ensejaram tanto uma quebra de paradigma sobre o Absolutismo europeu quanto, de maneira indireta, proporcionaram reinvenções mais “amenas”, por assim dizer, que pipocaram pela Terra na forma de dezenas de processos de independência colonial europeia, a partir do século XIX.

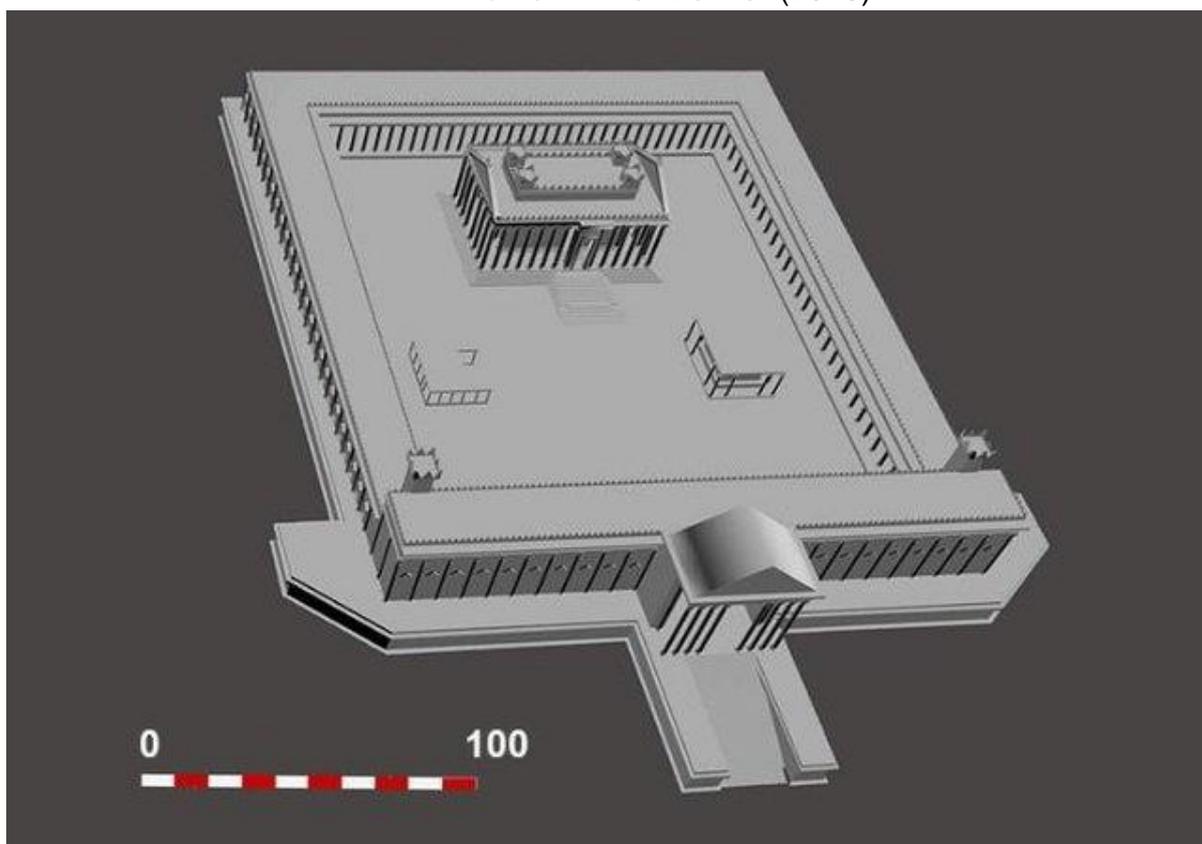
No século XX, despontam muitas reinvenções simultâneas, dada a sequência ininterrupta de conflitos locais e regionais que precederam e sucederam às duas Guerras Mundiais, conflitos que, por si só, causaram uma reinvenção global, isto é, sob todos os aspectos mencionados acima como “quebras radicais de sistemas”. No caso do Continente Africano merece menção especial por ter seus povos submetidos continuamente a conflitos, que, somente no século XX, para não mencionar tempos anteriores igualmente terríveis, ocasionaram sua divisão cultural, social e política realizada de forma arbitrária principalmente pela Europa imperialista.

Casos emblemáticos de reinvenção, neste sentido, por diferentes razões, mas compartilhando muitas semelhanças, são o Japão e a Alemanha, países que passaram por profundos processos de reinvenção sociais, econômicos e militares ao longo de sua história e, em especial, no século XX, e que figuram no cenário global contemporâneo entre as principais potências. Cabe mencionar, como referência ao uso da ideia de reinvenção no pós-conflito nestes dois países, dois trabalhos que, embora tenham abordagens e métodos distintos e tratem de períodos históricos diferentes, discutem o mesmo tema, utilizando precisamente a palavra “reinvenção”. São eles: *A Dramatic Reinvention: German Television and Moral Renewal after National Socialism, 1956–1970* (Uma reinvenção dramática: a televisão alemã e a renovação moral após o Nacional-Socialismo, em tradução livre), de Stewart Anderson (ANDERSON, 2020) e *War and National Reinvention: Japan in the Great War, 1914–1919* (Guerra e reinvenção nacional: Japão e a Grande Guerra (1914-1919), de Fredrick R. Dickinson (DICKINSON, 1999).

Em relação às formas possíveis de reinvenção do patrimônio cultural no pós-

conflito sírio, podemos mencionar duas iniciativas. A primeira é a reconstrução virtual, em modelos gráficos tridimensionais baseados em fotografia, desenhos e mapas, de todos os patrimônios culturais materiais destruídos ou danificados pelo Daesh, em especial os templos destruídos nos sítios de Tadmor, com o que é possível observar na Figura 23, abaixo:

FIGURA 23: Reconstrução virtual completa do Templo de Bel
Fonte: Ahmet Denker (2016).



A segunda reinvenção é a retomada das atividades turísticas relacionadas aos patrimônios localizados em solo sírio, que tem o papel duplo de reaproximar o país da comunidade internacional da Síria e também de levantar o ânimo dos povos sírios com a chegada de novos visitantes ao país. Neste sentido, vale mencionar que, em 2019, o governo sírio promovia o uso cultural do Teatro Romano de Palmira, além da reabertura dos sítios, o que é um processo ainda em andamento, mas que iniciou assim se deu o cessar-fogo (ver Figura 24).

FIGURA 24: Apresentação musical no Teatro Romano em 2019

Fonte: ANBA (2019).

Os primeiros casos de reinvenção, isto é, as propostas de reconstrução virtual, têm tido continuidade e contado com a participação de universidades, ONGs, governos e obviamente dos órgãos da ONU, até mesmo de cidadãos engajados na luta pela proteção aos patrimônios da humanidade. A reinvenção se dá, por isso, como uma ampliação dos patrimônios, pois não desconsidera a memória e a história, mas as acolhe para a construção de um novo capítulo.

Por fim, a terceira palavra a que nos referimos para tratar das perspectivas pós-conflito é a resiliência. Começamos com o fato de que o registro da palavra resiliência (e respectivo adjetivo resiliente) está consolidado no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (ABL, 2009a, 2009b). A área de origem apontada pelo dicionário Aulete (2021) para a palavra é a Física, sendo que a resiliência, numa acepção científica, seria:

Propriedade de um material retornar à forma ou posição original depois de cessar a tensão incidente sobre o mesmo, determinada pela quantidade de energia devolvida após a deformação elástica, geralmente medida em percentual da energia recuperada que fornece informações sobre a

elasticidade do material (AULETE, 2021, s.p.).

Por extensão, a segunda acepção, igualmente científica, se aplica à área da Ecologia: “capacidade de um ecossistema retornar à condição original de equilíbrio após suportar alterações ou perturbações ambientais” (AULETE, 2021, s.p.). Por fim, a acepção figurativa da palavra afirma que resiliência é a “habilidade que uma pessoa desenvolve para resistir, lidar e reagir de modo positivo em situações adversas” (AULETE, 2021, s.p.).

Segundo Yunes (2001), a palavra se refere a capacidade de retomar ao normal após um processo de debilidade física, de saúde psíquica ou de uma determinada dificuldade. Ainda segundo o autor, uma segunda definição é a habilidade de um determinado objeto retomar a sua condição originária após finalizada uma ação de pressão externa.

Entretanto, é da área da saúde que o conceito toma as dimensões que procuramos dar a ele neste texto. A resiliência, no contexto da área da Saúde que trata do especificamente dos traumas (Psiquiatria e Psicologia, não necessariamente nesta ordem), seria a habilidade

de se dobrar sem quebrar, se recuperar e eventualmente crescer em face das experiências adversas da vida. A American Psychological Association (2014) define resiliência como "o processo de se adaptar bem em face de adversidade, trauma, tragédia, ameaças ou mesmo fontes significativas de estresse (parágrafo 4)". Embora estas definições sejam úteis, elas não refletem a natureza complexa da resiliência (...). Os determinantes da resiliência incluem uma série de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que interagem entre si para determinar como alguém responde a experiências estressantes (SOUTHWICK et al, p. 2).

A resiliência é o oposto ao comportamento do grupo *Daesh*, que age com violência e procura renunciar convivência com qualquer forma de vida cultural que tenha traços de diferença com o seu modo de vida e convicções religiosas, que se materializam, reafirmamos, na *iconoclash* e na política de terra arrasada.

Ao longo das campanhas de tomada de territórios e do avanço de suas forças combatentes, ocorriam também conversões religiosas forçadas, destruição de propriedades públicas e privadas, civis, militares e religiosas, além dos mencionados assassinatos e deslocamentos forçados de populações. Esses atos contínuos resultavam em tentativas de eliminar traços e culturas minoritárias que habitavam regiões onde o grupo esteve presente.

Embora parte significativa da reação à invasão jihadista tenha sido o

deslocamento de populações, em fuga ou expulsas pelas forças do *Daesh* dos territórios ocupados, isso não significa que não tenham permanecido grandes contingentes de pessoas no território sírio e, mais delicado ainda, dentro das zonas de conflito direto, isto é, sob fogo cruzado, para usar expressão que aplicamos ao risco patrimonial no capítulo anterior. Expostos ao tratamento desumano da guerra civil, os povos sírios enfrentaram o *Daesh* e têm saído vitoriosos, demonstrando que, de alguma forma, há ânimo para reconstrução e reinvenção.

As capacidades de resistência e de reconciliação das populações sírias quanto à preservação das suas identidades e de seus patrimônios – pela reconstrução patrimonial, material e imaterial, que também enseja a reinvenção de suas práticas e modos de viver em comunidade, na medida em que se torna necessário ressignificar patrimônios e vivências a partir do rescaldo da destruição – constituem o que chamamos aqui de resiliência, como virtude daqueles que, diante da catástrofe, seguem firmes na busca pela sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3apBBz5>. Acesso em: 20 de jul. 2019
- ADORNO. Theodor. **Minima moralia**. Edições 70. Lisboa. Disponível em: <http://bit.ly/2KG2DVh>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- AFP. Unesco condena destruição pelo EI do Arco do Triunfo em Palmira. **Agence France Presse**, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2KhpUNZ>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- AGÊNCIA EFE. EUA ajudam Daesh. **Agência EFE**, 2017. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/russia/201710309718631-eua-ajudam-Daesh-siria-pushkov/>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- ANBA. Em Homs e Palmira a vida após a destruição. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, 2019. Disponível em: <https://anba.com.br/em-homs-e-palmira-a-vida-apos-a-destruicao/>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- ANDERSON, Stewart. *A Dramatic Reinvention: German Television and Moral Renewal after National Socialism, 1956–1970*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2020.
- AULETE. **Resiliência**. 2021. Disponível em: <https://aulete.com.br/resiliencia>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- BADESCU, Gruia. Traces of empire architectural heritage imperial memory and post-war reconstruction in Sarajevo and Beirut. **Academia.edu**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2P4sNqH>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- BBC. Arqueólogo 'guardião' de Palmira teria sido morto pelo 'EI'. BBC News Brasil, 15 ago.2015 Disponível em: <https://bbc.in/2P9LSYK>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- BBC. *Islamic State militants destroy Palmyra statues*. **BBC**: Londres, 02 jul. 2015a. Disponível em: <https://bbc.in/3am8BrV>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- BBC. *Palmyra's Baalshamin temple 'blown up by IS'*. **BBC**: Londres, 24 ago. 2015b. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-34036644>
- BBC. *Islamic State 'blows up Palmyra funerary towers'*. **BBC**: Londres, 04 set. 2015c. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-34150905>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- BBC. *Syrian forces battle IS near ancient ruins of Palmyra*. **BBC**, Londres, 2016b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-32756301>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- BBC. *Palmyra: IS retakes ancient Syrian city*. **BBC**, 2016c. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-38280283>. Acesso em: 31 jan. 2021.

BBC. *Syria: Islamic State group 'kills 12' in Palmyra*. **BBC**, Londres, 19 jan. 2017a. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-38678189>. Acesso em: 31 jan. 2021.

BBC. *Syria: IS destroys part of Palmyra's Roman Theatre*. BBC: Londres, 20 jan. 2017b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-38689131>. Acesso em: 31 jan. 2021.

BBC. *Província do Paquistão adota a lei islâmica da sharia*. Disponível: <http://bit.ly/33CzItH>. Acesso em: 20 abr. 2019

BOWEN, Jeremy. *The men saving Syria's treasures from Isis*. New State Man America. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2KwgqO5>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL, Decreto nº 1.087, de 8 de setembro de 1936. Disponível em: <https://bit.ly/3aqBfld>. Acesso em: 17 jul. 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CANDAU, J.; FERREIRA, M. L. M. *Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine*. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 21-36, out./dez. 2015

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da Violência: Jornalismo E Produção De Sentidos**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1999. Disponível em: <http://bit.ly/2YN7wom>. Acesso em: 17/07/2019.

DANTI, Michael. *The Islamic States threat to cultural heritage*. **The Washington Post, Washington** (Estados Unidos), 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/05/29/the-islamic-states-threat-to-cultural-heritage/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

DENKER, Ahmet. *Rebuilding Palmyra virtually: recreation of its former glory in digital space*. **RESEARCHGATE**, jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3v4rsPX>. Acesso em: 31 jan. 2021.

DEPOSIT PHOTOS. *Mapa de Holms*. Disponível em: <http://bit.ly/31kQHik>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DEUTSCH, Morton. *Conflicts: productive and destructive*. Journal of Social Issues. Hoboken (Estados Unidos), 1969, v. 25, n. 1, jan./abr. 1969.

DEUTSCH, Morton, COLEMAN, Peter T., MARCUS, Eric C. 2006 **The handbook of**

conflict resolution: theory and practice. São Francisco (Estados Unidos): Jossey-Bass, 2006, 2 ed.

DICKINSON, Fredrick R. **War and National Reinvention:** Japan in the Great War, 1914–1919. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Asia Center, 1999.

EEAS. **Statement of the International Syria Support Group (ISSG).** Serviço Europeu para a Ação Externa: 14 de novembro de 2015. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3088_en. Acesso em: 31 já. 2021.

ESCOBAR. Pepe. Pepe Escobar: Bamiyan, Babilônia, Palmira, Notre-Dame. Oriente mídias, cultura de resistência. 2019. Disponível: <http://bit.ly/2YozOWM>. Acesso em: 17 de jul. 2019.

ESTADOS UNIDOS. **Joint statement of the United States and the Russian Federation, as co-chairs of the ISSG, on cessation of hostilities in Syria.** Departamento de Estado dos Estados Unidos: 22 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2016/02/253115.htm>. Acesso em: 31 jan. 2021.

FIGUEIREDO. Danniell. One Belt, One Road: entenda a Nova Rota da Seda chinesa! Politize, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2KgBeKs>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

FRANÇA. **Compreenda a posição da França sobre a Síria.** Ministério dos Assuntos Estrangeiros: 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3gpGUCh>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GUEDES, MARIA TARCILA FERREIRA. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 26, e19, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dEtLUI>. Acesso em: 15 Abr. 2021.

HARMANŞAH, Ömür. ISIS, heritage, and the spectacles of destruction in the Global Media

HERITAGE FOR PEACE. Disponível em: <https://bit.ly/2YxWF2a>. Acesso em: 20 de jul. 2019

ISAKHAN. Benjamin; ZARANDONA. Jose Antonio Gonzalez. Erasing history: why Islamic State is blowing up ancient artifacts. **The Conversation**, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2YHmvw5>. Acesso em: 17 jul. 2019.

LATOURE, Bruno. O que é *iconoclash*? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 111-150, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2RR9WR6>. Acesso em 31 jan. 2021.

MEISSAN. Thierry. **A sociedade síria e o laicismo. Oriente mídias, cultura de resistência.** 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2M1ZDVY>. Acesso em: 15 de jul.

2019.

MYERS, Steven Lee; KULISH, Nicholas. Antiguidades pilhadas pelo EI interessam ao mercado negro. **Estadão**. Disponível em: <http://bit.ly/2M2g9oW>. Acesso em: 17 de jul. 2019.

NASSER, Salem. **Uma linha na areia**. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2ZblJuu>. Acesso em: 21.10.2016.

NEGRI, Vicent. **Estudo jurídico sobre a proteção do patrimônio cultural por meio das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: O patrimônio cultural sob o prisma da resolução 2199 (2015) do Conselho de Segurança**. Disponível em: <http://bit.ly/2P1iDX7>. Acesso 22 de mar. 2019.

NONATO, Diego. **O conflito sírio e os riscos para o patrimônio da cidade de Palmira**. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <http://bit.ly/33CzItH>. Acesso em: 22 de mar. 2019

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, V.10, 1993

O GLOBO. **Símbolos históricos da cidade síria de Aleppo viram pó**. Disponível em: https://glo.bo/2KqNveg_. Acesso em: 15 jul 2019

ONU. **Statement of the International Syria Support Group (ISSG)**. Grupo de Internacional de Apoio à Síria: Munique, 12 de fevereiro de 2016a. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2016-02-11/note-correspondents-statement-international-syria-support>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ONU. **Joint Statement on establishing the ceasefire regime in the Syrian Arab Republic**. Conselho de Segurança: Nova Iorque, 29 de dezembro de 2016b. Disponível em: <https://undocs.org/S/2016/1133>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ONU. **Resolução 2336 (2016)**. Welcomes efforts by Russia and Turkey to end violence in Syria and jumpstart a political process. Conselho de Segurança: Nova Iorque, 31 de dezembro de 2016c. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2336>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ONU. **Syrian Cities Damage Atlas**. UNITAR/UNOSAT, 2019. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/reach_thematic_assessment_syrian_cities_damage_atlas_march_2019_reduced_file_size_1.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Traduzido por Alain François [et. al.]. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Leda Maria de Oliveira. Migrações do século XXI: novas perspectivas. **Cadernos CERU**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jan./dez. 2019, p. 124-142. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/169034>. Acesso em: 31 jan. 2021.

RÚSSIA. Joint Statement by the Foreign Ministers of the Islamic Republic of Iran, the Russian Federation and the Republic of Turkey on agreed steps to revitalize the political process to end the Syrian conflict. **Ministério das Relações Exteriores:** Moscou, 20 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.mid.ru/ru/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2573489?p_p_id=101_INSTANCE_cKNonkJE02Bw&_101_INSTANCE_cKNonkJE02Bw_languageld=en_GB. Acesso em: 31 jan. 2021.

RÚSSIA. **Memorandum on the creation of de-escalation areas in the Syrian Arab Republic.** Ministério das Relações Exteriores: Moscou, 06 de maio de 2017. Disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2746041. Acesso em: 31 jan. 2021.

SÁ Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero, LIMA, Nísia Trindade. O Museu Nacional na história das ciências e da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública.**

SACHS, Jeffrey. Valor Econômico: Como deixar de alimentar o terrorismo. 2015. Disponível em: encurtador.com.br/pFGQV. Acesso em: 31 jan. 2019.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAMUEL, David. Sítio de Palmira, patrimônio da humanidade na Síria. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2MITyUu>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SCHAIN, Martin. **The Marshall plan: fifty years after.** Nova Iorque: Palgrave, 2001.

SEISEMBAYEVA, Aigerim. Second round of syrian talks in Astana adopt mechanism to monitor ceasefire. **Astana Times**, Astana (Cazaquistão), 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://astanatimes.com/2017/02/second-round-of-syrian-talks-in-astana-adopt-mechanism-to-monitor-ceasefire/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA Katlen Carvalho da. INÁCIO, Tiago Viesba Pini. BLUM, Gustavo Glodes. TEORIA DOS JOGOS: UMA ANÁLISE DA ALIANÇA ISIS-BOKO HARAM. In: **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, nº1, p. 116 -123, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31843/22925> Acesso em: 10.10.2020

SÍRIA. Palmyra castle partially damaged due to ISIS acts, plans to restore it to its former glory. Agência Árabe Síria de Notícias (SANA), 26 mar. 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160327133431/http://sana.sy/en/?p=72903>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SÍRIA. **Restoration works of Palmyra's famous ancient statue of Lion of Allat completed.** Agência Árabe Síria de Notícias (SANA), 01 out. 2017. Disponível em: <http://sana.sy/en/?p=114930>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SHAHEEN, Kareem. *Isis releases footage of Palmyra ruins intact*. **The Telegraph**, 27 de maio 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/may/27/isis-releases-footage-of-palmyra-ruins-intact>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SYRIA PHOTO GUIDE. *Palmyra – Monumental Arch*. **Syria Photo Guide**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2QKrc9S>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SYRIAN HERITAGE REVIVAL. Templo de Bel. **Syrian Heritage Revival**, 2016. Disponível em: <http://syrianheritagerevival.org/palmyra/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SOUTHWICK, Steven M., Bonanno, George A., MASTEN, Ann S., PANTER-BRICK, Catherine, YEHUDA, Rachel. Resilience definitions, theory, and challenges: interdisciplinary perspectives. *European Journal of Psychotraumatology*, 2014, v. 5.

Hermitage chief: New Palmyra destruction comes across as militants' vengeance. Agência Russa de Notícias (TASS), Moscou, Disponível em: <https://tass.com/politics/926402>. Acesso em: 31 jan. 2021

TIME. The Louvre offers a safe haven to endangered treasures from war zones. **TIME**, Nova Iorque, XX xxx. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xcRyCs>. Acesso em: 21 jan. 2021

THE GLOBAL PANEL. *Palmyra and the war on Syria*. **The Global Panel**, 03 set. 2017. Disponível em: <http://www.theglobalpanel.com/2017/09/03/palmyra-war-syria/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

THE GUARDIAN. ISIS militants destroy palmyra lion Al Lat. **The Telegraph**, 02 jul. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/02/isis-militants-destroy-palmyra-stone-lion-al-lat>. Acesso em: 31 jan. 2021.

_____. ISIS 'blows up temple dating back to 17AD' in Palmyra. **The Guardian**: Londres, 01 ago. 2015a. Disponível em: <https://bit.ly/3apLjS3>. Acesso em: 31 jan. 2021.

_____. *ISIS blows up another monument in 2000 year city of Palmyra*. **The Guardian**, Londres, 05 out. 2015b. Disponível em: <https://bit.ly/2QepuqH>. Acesso em: 31 jan. 2021.

VEYNE, Paul. *Palmira. El tesoro irremplazable*. Ariel Barcelona 2016.

UNESCO. Patrimônio como legado do passado para o futuro. **UNESCO**, 2021. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

UNESCO. *Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 37th session (Phnom Penh, 2013)*. **Comitê do Patrimônio Mundial**: Paris, 2013. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2013/whc13-37com-20-en.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

UNIVERSIDADE DE VARSÓVIA. PCMA experts visited Palmyra. Polish Centre for Mediterranean Archeology: Varsóvia, 24 abr. 2016. Disponível em: <https://pcma.uw.edu.pl/en/2016/04/24/pcma-experts-visited-palmyra/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

WIKIMEDIA COMMONS. Ofensiva do Daesh sobre Tadmor em 2015. Autor: BlueHypercane761. **Wikipédia**, 19 maio 2015. Disponível em: <https://bit.ly/32tBhuN>. Acesso em: 31 jan. 2021.

WIKIMEDIA COMMONS. Ofensiva da Síria sobre Tadmor em 2016. Autor: BlueHypercane761. **Wikipédia**, 23 mar. 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/3v6Q1Mh>. Acesso em: 31 jan. 2021.

WIKIMEDIA COMMONS. Concerto da Orquestra Sinfônica do Teatro Mariinsky em Palmira, Síria. **Wikipédia**, 05 maio 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/32z1ub8>. Acesso em: 31 jan. 2021.